

I - Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2015, cujas contas agora se apresentam, a Câmara Municipal desempenhou as suas atribuições dentro dos princípios normais de gestão, encontrando-se o executivo a funcionar no cumprimento do quadro jurídico-legal que lhe dá corpo e em função, quer das suas próprias deliberações, quer das deliberações da Assembleia Municipal, observando no decurso da sua atividade os objetivos fixados nos documentos previsionais, designadamente as GOP – Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2015.

Do ponto de vista político, as deliberações foram enquadradas, para além de outras, pela lei nº 169/99 de 18/9 na redação que lhe foi dada pela lei nº 5/A-2002 de 11/1 e pelo regime jurídico das autarquias locais, instituído pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e ainda pelo regime financeiro das autarquias locais a que a lei n.º 73/2013 de 3 de setembro veio dar corpo.

Em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os **Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015**, para que, nos termos da alínea l) do artigo 25.º da supra referida lei, possam ser apreciados e votados pela Assembleia Municipal.

A exploração do exercício de 2015 saldou-se por um resultado positivo de 1.014.378,11 €.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro, o município possuía ao seu serviço 313 trabalhadores.

INVESTIMENTO

No decurso do exercício o município pagou 4.016.788,36 € com aquisições de bens de capital.

FINANCIAMENTO

Em 2015 o município apresentou um grau de autonomia financeira de 32,0 %.

O município recorreu à banca tendo obtido receitas de empréstimos no valor de 682.047,70 € que correspondem aos seguintes empréstimos:

- Empréstimo de Curto Prazo no valor de 450.000 € (o qual foi totalmente pago em dezembro de 2015)
- Empréstimo junto ao Banco Europeu do Investimento (BEI) para fazer face às empreitadas do Centro Escolar do Bonito (145.006,49 €), Melhoria das Acessibilidades (63.668,97 €) e Ciclovias - Freguesia N. Sra. de Fátima (35.058,37 €). Este empréstimo totalizou 243.733,83 €, tendo sido recebidos até ao final do ano 232.047,70 €, estando em falta 11.686,13 €.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os proveitos no valor de 13.847.553,73 € apresentam um aumento de 5,4 % relativamente ao ano de 2014, causado essencialmente pelas rubricas:

- “Impostos e Taxas” (+ 595.993,98 € face a 2014)

O aumento está relacionado diretamente com as verbas recebidas do IMT.

- “Proveitos e Ganhos Extraordinários” (+ 314.978,37 € face a 2014).

Este aumento está relacionado:

- **Multa contratual** no valor de 200.126,94 €, aplicada à entidade Nogueira e Matias Lda na sequência do incumprimento do contrato referente à Escola Básica do Bonito.
- **Anulação de provisões** no valor de 165.051,32 € pelo facto dos processos que lhe deram origem terem ficado resolvidos.
- Aumento da rubrica “transferências de capital” na sequência da **especialização aos subsídios para investimento**.

Os custos totais foram de 12.833.175,62 €. Comparando com o ano de 2014 registou-se uma redução dos custos em 953.295,85 €.

BALANÇO

Em 2015 o ativo líquido totaliza 59.440.858,95 €.

O imobilizado líquido é a área mais significativa, com 89,1 % do total do ativo.

Os fundos próprios representam 32,5 % e o passivo 68,5 %.

Destes, só 6,4 % se consideram exigíveis a curto prazo, visto que os restantes dizem respeito a empréstimos bancários a médio e longo prazos e a acréscimos e diferimentos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme visto anteriormente, o resultado do exercício saldou-se por um resultado líquido positivo no valor de 1.014.378,11 €.

Para a aplicação de resultados, o POCAL estipula o seguinte:

“2.7.3 - Resultado líquido do exercício

2.7.3.1 - *A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.*

2.7.3.2 - *No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 «Resultados transitados».*

2.7.3.3 - *Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:*

- a) Reforço do património;*
- b) Constituição ou reforço de reservas.*

2.7.3.4 - *É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido.*

2.7.3.5 - *Sem prejuízo do disposto no número anterior deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas legais», no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.”*

Propõe-se à Digníssima Assembleia, que o resultado líquido seja transferido para a conta 59 “resultados transitados”, e que o seu montante seja distribuído da seguinte forma:

1 – que 5%, no montante de 50.718,91 €, seja utilizado para reforçar a reserva legal, em cumprimento do ponto 2.7.3.5.

2 – que os remanescentes 95 %, no montante de 963.659,20 €, sejam aplicados em reforço do património, em conformidade com a alínea a) do ponto 2.7.3.3.

Entroncamento, 31 de março de 2016

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

II – Enquadramento, Organização, Participações e Financiamento de Investimentos

1.1. Nota introdutória

Apesar de haver sinais positivos na economia nacional na era pós-troika, existe ainda um sentimento de desconfiança dos nossos parceiros europeus face a Portugal, o qual, é motivado em grande parte pela instabilidade governativa que se vive atualmente.

O défice externo, sem os efeitos da dissolução do Banif, ficou-se nos 3 % ficando no ar a duvida do que irá acontecer em 2016 com o caso do Novo Banco.

No conjunto do ano de 2015 o PIB aumentou 1,5 % e como resposta a taxa de desemprego fixou-se em 11,8 % (dezembro), ou seja, uma redução de 1,6 % face aos valores registados em igual período homólogo. Apesar da redução os valores continuam bastante elevados, fazendo crer que uma maior redução só poderá ser alcançada com níveis de crescimento mais elevados. Um maior crescimento poderá acontecer com o aumento da procura interna, o que só é conseguido com uma redução substancial da carga fiscal.

Por cá, assistiu-se a um enorme esforço financeiro do Município para concluir financeiramente todas as empreitadas comparticipadas, resultando numa redução da dívida em 8,76 %, ou seja, 1.032.709,72 €. A redução da dívida poderia ser bastante superior não fosse a subscrição obrigatória do FAM no valor de 496.358,86 €.

A redução dos custos operacionais, mais do que um objetivo é uma necessidade real, para que o município possa ser mais sustentável e ter reservas de tesouraria para avançar com diversos investimentos ao abrigo do novo quadro comunitário “**Portugal 2020**”.

1.2. Breve caracterização das principais variáveis macroeconómicas

Fonte www.ine.pt:

“Síntese económica de conjuntura - Dezembro de 2015” – INE – Instituto Nacional de Estatística.

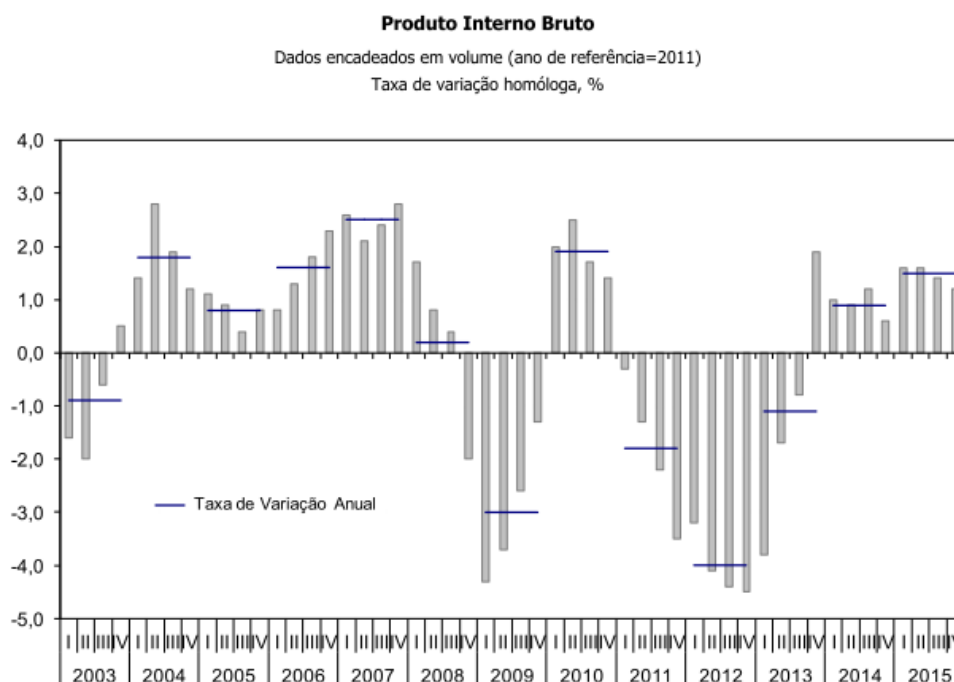
“Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida - 4º Trimestre de 2015 e Ano 2015” – INE – Instituto Nacional de Estatística.”

Fonte www.bportugal.pt:

“Boletim Económico – Dezembro 2015 – Banco de Portugal”

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 1,2% em volume no 4º trimestre de 2015 (variação de 1,4% no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu no 4º trimestre, traduzindo, em larga medida, a desaceleração do Investimento. A procura externa líquida registou um contributo negativo de magnitude inferior à observada no 3º trimestre, refletindo a desaceleração das Importações de Bens e Serviços mais intensa que a das Exportações de Bens e Serviços. Comparativamente com o 3º trimestre, o PIB registou uma taxa de variação de 0,2% em termos reais (variação nula no 3º trimestre). O contributo da procura interna foi negativo em resultado da redução do Investimento, enquanto a procura externa líquida contribuiu positivamente, devido ao crescimento das Exportações de Bens e Serviços. Para o conjunto do ano 2015, o PIB registou um aumento de 1,5% em volume, após uma taxa de 0,9% no ano anterior, traduzindo um contributo menos negativo da procura externa líquida.



Atividade Económica

O indicador de clima económico diminuiu entre outubro e dezembro, após ter estabilizado nos dois meses anteriores, interrompendo o perfil ascendente observado desde o início de 2013.

Por sua vez, o indicador de atividade económica aumentou ligeiramente em novembro, após ter diminuído nos dois meses anteriores.

Em termos homólogos, a informação proveniente do ICP aponta para uma redução da atividade económica na indústria, na

construção e obras públicas e em setores de serviços, mais acentuada que nos dois meses anteriores nos últimos dois casos.



Consumo Privado

O indicador quantitativo do consumo privado, disponível até novembro, registou um crescimento homólogo ligeiramente mais acentuado nos últimos dois meses, suspendendo a trajetória descendente iniciada em maio. No último mês, a evolução do indicador resultou do aumento do contributo positivo da componente de consumo de bens duradouros.

O indicador qualitativo do consumo, baseado nas opiniões dos empresários do comércio a retalho, disponível até dezembro, estabilizou pelo segundo mês consecutivo, após ter diminuído em setembro. O indicador de confiança dos Consumidores diminuiu em novembro e dezembro de forma menos expressiva no último mês, após ter estabilizado no valor mais elevado desde abril de 2001. Não considerando médias móveis de três meses, este indicador aumentou em dezembro.



De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (CNT) a capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 1,3% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2015 (1,9% no trimestre anterior). Para este resultado contribuiu sobretudo a redução da poupança corrente, traduzindo os efeitos conjugados do aumento da despesa de consumo final (taxa de variação de 0,8%) e da ligeira redução do rendimento disponível das famílias em 0,1%. A taxa de poupança diminuiu para 4,0% (4,8% no trimestre anterior), o que corresponde ao valor mais baixo desde o 1º trimestre de 1999.

Investimento

O indicador de FBCF diminuiu em novembro, após ter aumentado nos quatro meses anteriores. A evolução observada no último mês deveu-se ao contributo positivo menos acentuado da componente de material de transporte, uma vez que as componentes de construção e de máquinas e equipamentos apresentaram contributos positivos mais expressivos.



O indicador relativo ao investimento em construção aumentou no mês de novembro, retomando o perfil ascendente iniciado em agosto. As vendas de cimento produzido em território nacional abrandaram em dezembro, após terem acelerado no mês anterior. Por sua vez, as vendas de varão para betão produzido em território nacional apresentaram um acentuado movimento ascendente entre outubro e dezembro, invertendo a trajetória negativa registada desde abril.



No entanto, sem a utilização de médias móveis de três meses, estas vendas abrandaram no último mês. O licenciamento para a construção de novas habitações passou de uma variação homóloga de 11,8% em outubro para 10,1% em novembro. As apreciações dos empresários do setor da construção e obras públicas relativas à atividade corrente da empresa agravaram-se em

dezembro, contrariando a recuperação verificada no mês anterior. No mesmo sentido, o saldo das opiniões sobre a evolução da carteira de encomendas, também disponível até dezembro, diminuiu nos últimos quatro meses interrompendo o movimento ascendente observado desde o início de 2013.

Procura Externa

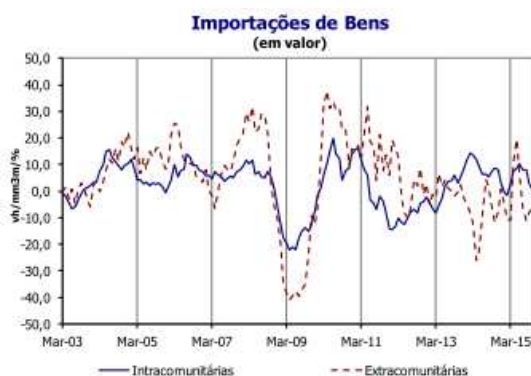
O saldo das opiniões relativas à procura externa, considerando as empresas da indústria transformadora com produção orientada para o mercado externo, recuperou em dezembro, após o agravamento observado entre agosto e novembro.

De acordo com os resultados preliminares do comércio internacional de bens, em termos nominais, as exportações apresentaram uma variação homóloga de 1,1% em novembro (0,3% no mês anterior), suspendendo o perfil de desaceleração observado desde maio. As exportações de material de transporte apresentaram o contributo positivo mais significativo para o crescimento homólogo das exportações de bens, enquanto as exportações de combustíveis continuaram a registar o único contributo negativo (ligeiramente mais intenso que no mês anterior), refletindo em parte a significativa redução dos preços destes bens nos mercados internacionais.

As exportações nominais de bens com destino à AE apresentaram um crescimento homólogo de 7,4% em novembro, mais 1,5 p.p. que em outubro. Por sua vez, as exportações nominais de bens extracomunitárias passaram de uma redução homóloga de -11,9% em outubro para -13,7%.

As importações nominais de bens registaram uma variação homóloga de -1,2% em novembro (-1,3 em outubro), interrompendo o acentuado movimento descendente iniciado em junho. A evolução das importações de bens no último mês resultou sobretudo do aumento do contributo positivo das importações de material de transporte.

As importações nominais de bens com origem na AE registaram um crescimento homólogo de 0,5% em novembro (1,1% em outubro). As importações extracomunitárias apresentaram em termos homólogos uma diminuição de 5,1% em novembro (variação de -11,9% no mês anterior), refletindo também a significativa redução dos preços destes bens.



Mercado de Trabalho

De acordo com as estimativas mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, fixou-se em 12,4% entre setembro e novembro (13,5% em novembro de 2014).

A população empregada (15 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, registou um crescimento homólogo de 1,2% em outubro e novembro e uma variação em cadeia nula (0,2% em outubro).



Preços

Em 2015, o IPC registou uma taxa de variação média anual de 0,5% (-0,3% em 2014). Para a taxa de variação positiva do IPC no ano de 2015 contribuíram sobretudo as classes de “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, “Bebidas alcoólicas e tabaco” e de “Comunicações”, com variações médias anuais de 1,0%, 4,1% e 4,1%, respetivamente (-1,3%, 3,1% e 1,1% em 2014). Relativamente às contribuições negativas, destacam-se as das classes de “Vestuário e calçado” e de “Transportes”, embora menos intensas que as verificadas em 2014 (taxas de variação média anual de -2,0% e -1,0% em 2015, respetivamente, e -2,1% e -1,2% em 2014).

Em dezembro, a variação homóloga do IPC situou-se em 0,4% (0,6% nos dois meses anteriores). Nas classes com contributos positivos para a variação homóloga do IPC, salientam-se as de “Bebidas alcoólicas e tabaco”, de “Comunicações” e de “Bens e serviços diversos”, com variações homólogas de 4,3%, 4,9% e 1,3%, respetivamente (4,3%, 4,7% e 1,7% em novembro). A classe com maior contributo negativo para a variação homóloga do IPC foi a de “Vestuário e calçado”, com uma variação homóloga de -2,3% (-1,7% no mês anterior).



Projeções

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica ao longo do período 2015-2017 (Quadro 1.1). Esta evolução deverá traduzir-se num crescimento médio anual do PIB de 1,5 por cento em 2015, seguido de crescimentos de 1,7 e 1,8 por cento em 2016 e 2017, respetivamente, o que configura um dinamismo da atividade próximo do projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a área do euro.

Quadro 1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2015-2017 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2014	BE dezembro 2015			BE outubro 2015	BE junho 2015		
		2015 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2015 ^(p)	2015 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)
Produto Interno Bruto	100,0	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	1,9	2,0
Consumo Privado	65,9	2,7	1,8	1,7	2,6	2,2	1,7	1,7
Consumo Público	18,5	0,1	0,3	0,1	0,1	-0,5	0,2	0,0
Formação Bruta de Capital Fixo	14,9	4,8	4,1	6,1	6,2	6,2	4,4	6,0
Procura Interna	99,6	2,4	1,8	2,1	2,5	2,1	1,8	2,1
Exportações	40,0	5,3	3,3	5,1	6,1	4,8	6,0	6,4
Importações	39,7	7,3	3,6	5,6	7,9	5,7	5,5	6,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^(a)								
Procura interna		1,1	0,9	0,9	1,1	1,1	0,7	0,8
Exportações		0,4	0,8	0,9	0,6	0,6	1,2	1,2
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,4	2,5	2,3	2,3	3,0	3,2	3,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,6	1,7	1,3	1,7	2,1	2,1	2,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,1	1,6	0,5	0,5	1,2	1,3

Fonte: Banco de Portugal.

1.3. Organização do município

1.3.1 Assembleia municipal

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/assembleia-municipal/composicao>

A Assembleia Municipal do Entroncamento é composta por vinte e três elementos, sendo vinte e um eleitos por sufrágio direto e universal e dois por inerência, por serem os presidentes de juntas de freguesia.

Em termos da representação partidária, é a seguinte:

PS – 9 elementos

PSD – 5 elementos

BE – 3 elementos

CDU – 3 elementos

CDS – 1 elemento

Freguesias – 2 elementos (PS)

Presidente

João Antonio de Matos Lérias - PS

1º Secretário

Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho - PS

2º Secretário

Lúcia Dias Abelha - PS

1.3.2. Câmara Municipal

A Câmara Municipal do Entroncamento é composta por sete elementos.

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/presidente>

www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/camara-municipal/executivo

Para além do presidente do órgão, há seis vereadores, dois em regime de permanência. Dos seis vereadores, três não têm tarefas atribuídas.

Presidente – Jorge Manuel Alves de Faria (PS)

Vereadores:

Vice-Presidente (PS) – Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim

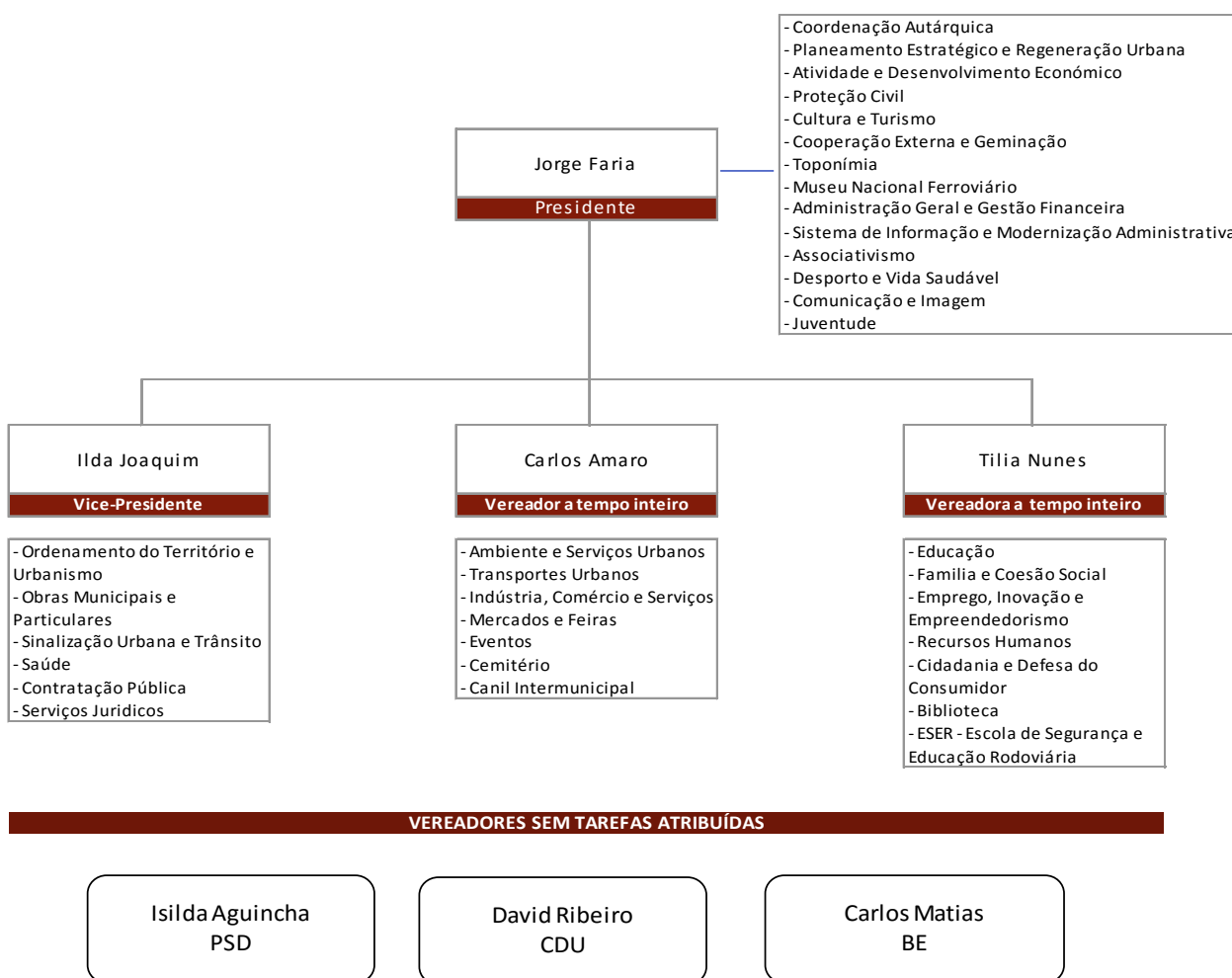
Vereador a Tempo Inteiro (PS) – Carlos Manuel Pires Rei Amaro

Vereadora a Tempo Inteiro (PS) – Tília dos Santos Nunes

Vereadora (PSD) – Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha

Vereador (CDU) – José David da Silva Ribeiro

Vereador (BE) - Carlos Manuel Godinho Matias



1.4. Participações societárias e não societárias do município do Entroncamento

Entidades participadas	Modo de participação
Societárias	
TAGUSGÁS - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	Ações
Não societárias	
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	Quota mensal de associado
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Quota anual de associado
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Quota mensal de associado
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	Quota mensal de associado
Fundação Museu Nacional Ferroviário	Participação financeira inicial de 10.000 €.

1.5. Geminações

Nesta data, o município do Entroncamento, tem acordos de geminação com os municípios de Villiers-Sur-Marne (França), Mosteiros (ilha do Fogo – Cabo Verde) e Penafiel (Distrito do Porto).

Villiers-Sur-Marne

A geminação entre o Concelho do Entroncamento e Villiers-Sur-Marne surgiu de um intercâmbio populacional e cultural, concretizada no dia 3 de Dezembro de 1989.

Penafiel

A geminação entre o nosso município e a cidade de Penafiel realizou-se no dia 17 de Novembro de 1991.

Mosteiros

O Município do Entroncamento está geminado com o Município de Mosteiros, na Ilha do Fogo em Cabo Verde, desde 22 de Maio de 1997.

1.6. Organização dos Serviços Municipais

A estrutura orgânica, a estrutura nuclear, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas do Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Entroncamento foram aprovadas pela Assembleia Municipal do Entroncamento na sua sessão de 26/09/2014.

No seguimento dessa aprovação e enquadrada na mesma, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 21/10/2014, aprovou a estrutura flexível da organização dos Serviços do Município do Entroncamento.

Para a prossecução das suas atribuições legais, o município dispõe dos serviços que a seguir se discriminam, organizados da forma que se apresenta, com indicação das Unidades Orgânicas Flexíveis (UOF), refletidas no organograma seguinte, e Subunidades Orgânicas Flexíveis (SOF) e Áreas e Setores de Atividade:

A — Serviços de Apoio à Presidência:

- 1 — Gabinete de Apoio à Presidência
- 2 — Gabinete de Apoio à Vereação
- 3 — Serviço Municipal de Proteção Civil
- 4 — Serviço Municipal de Veterinária

B — Serviços de Apoio Geral

1 — Divisão de Administração Geral (DAG — UOF):

- 1.1 — Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos (SOF)
- 1.2 — Secção de Licenças e Taxas (SOF)
- 1.3 — Serviços Jurídicos e de Notariado
 - 1.3.1 — Serviços Jurídicos
 - 1.3.2 — Serviços de Notariado
- 1.4 — Fiscalização Municipal
- 1.5 — Serviço de Águas, Saneamento e RSU
- 1.6 — Cultura, Turismo e Atividades Económicas
 - 1.6.1 — Cultura
 - 1.6.2 — Turismo
 - 1.6.3 — Atividades Económicas
- 1.7 — Desporto, Juventude e Tempos Livres
- 1.8 — Arquivo Municipal
- 1.9 — Biblioteca
- 1.10 — Serviço de Apoio Social e Psicológico
 - 1.10.1 — Habitação Social
 - 1.10.2 — Apoio Social e Psicológico
 - 1.10.3 — Saúde

2 — Divisão de Gestão Financeira (DGF — UOF):

- 2.1 — Secção de Pagamentos e Apoio Geral (SOF)
- 2.2 — Tesouraria (SOF)
- 2.3 — Contabilidade e Património
- 2.4 — Gabinete de Investimentos e Planeamento
- 2.5 — Aprovisionamento e Armazéns
- 2.6 — Mercados e Feiras

3 — Unidade de Inovação, Recursos Humanos e Educação (UIRE — UOF)

- 3.1 — Tecnologias de Informação
- 3.2 — Recursos Humanos
- 3.3 — Comunicação, Imagem e Protocolo
- 3.4 — Educação
 - 3.4.1 — ESER — Escola de Segurança e Ensino Rodoviário

C — Serviços Operativos:

1 — Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU — UOF):

- 1.1 — Núcleo Técnico
- 1.2 — Setor de Gestão de Viaturas
- 1.3 — Setor de Gestão da Rede Viária
- 1.4 — Setor de Higiene Urbana e RSU
- 1.5 — Setor de Manutenção de Equipamentos e Edifícios Municipais
- 1.6 — Setor de Transportes Urbanos e Estacionamento
- 1.7 — Setor de Ambiente
- 1.8 — Setor de Espaços Verdes
- 1.9 — Setor de Águas e Saneamento
- 1.10 — Setor de Cemitério
- 1.11 — Setor de Eletricidade

2 — Divisão de Gestão Urbanística e Obras (DGUO — UOF):

- 2.1 — Setor de Apoio Administrativo
- 2.2 — Núcleo Técnico
- 2.3 — Setor de Apoio Técnico
- 2.4 — Setor de Planeamento e Gestão do Território/SIG
- 2.5 — Setor de Gestão e Fiscalização de Obras

Responsáveis pelos diferentes serviços municipais em 31/12/2015:

Divisão de Administração Geral – Gilberto Martinho

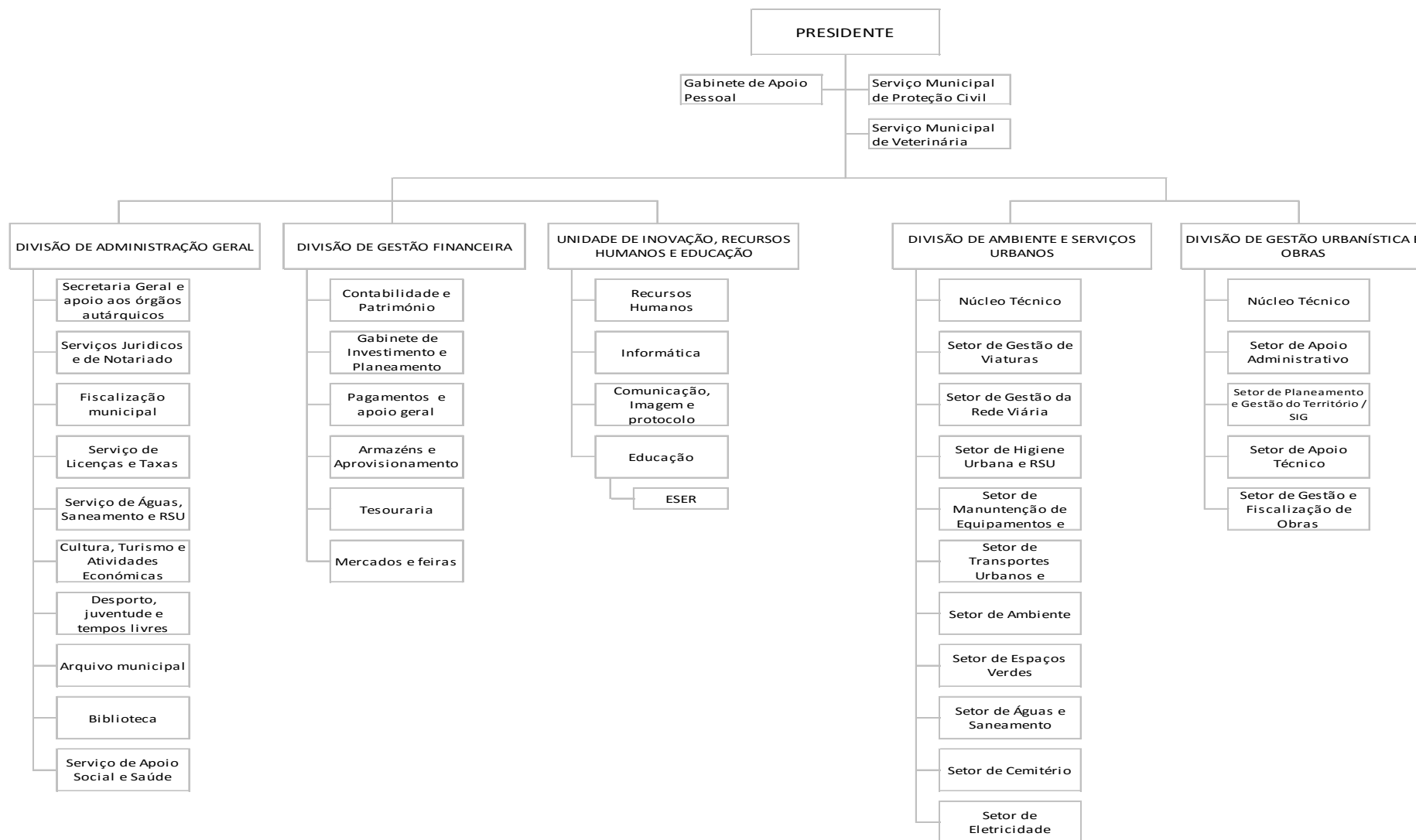
Divisão de Gestão Financeira – Hugo Gonçalves

Divisão de Gestão Urbanística Obras – José Blazer Rodrigues

Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos – Rafael Domingos

Unidade de Inovação, Recursos Humanos e Educação – Sem responsável atribuído

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

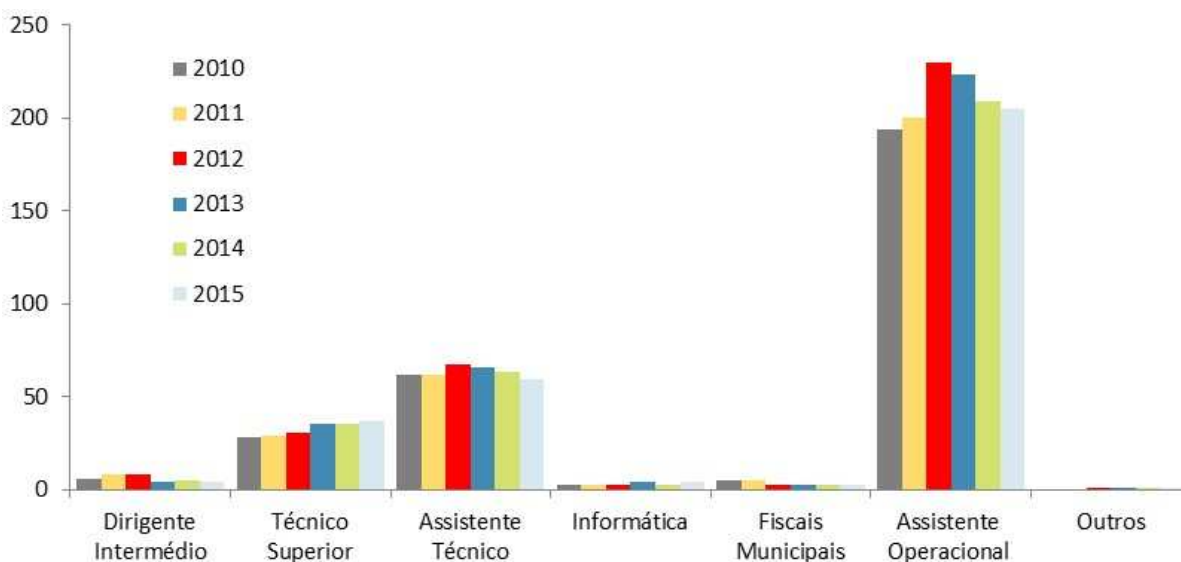


Quadro de pessoal

Distribuição por categorias

N.º DE TRABALHADORES, POR CATEGORIA E POR ANO

Anos	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Informática	Fiscais Municipais	Assistente Operacional	Outros	Total
2010	6	28	62	3	5	194	0	298
2011	8	29	62	3	5	200	0	307
2012	8	31	67	3	3	230	1	343
2013	4	35	66	4	3	223	1	336
2014	5	35	63	3	3	209	1	319
2015	4	38	59	4	3	205	0	313
% 2015	1%	12%	19%	1%	1%	65%	0%	-2%



No que respeita à distribuição por categorias, verifica-se que em 2015 a maior parte dos trabalhadores (65 %) tinham a categoria de assistente operacional e 19% de assistente técnico.

Nos grupos dirigente + técnico superior existiam 13 % dos trabalhadores.
A Informática e a fiscalização municipal representavam 1 % dos efetivos, cada.

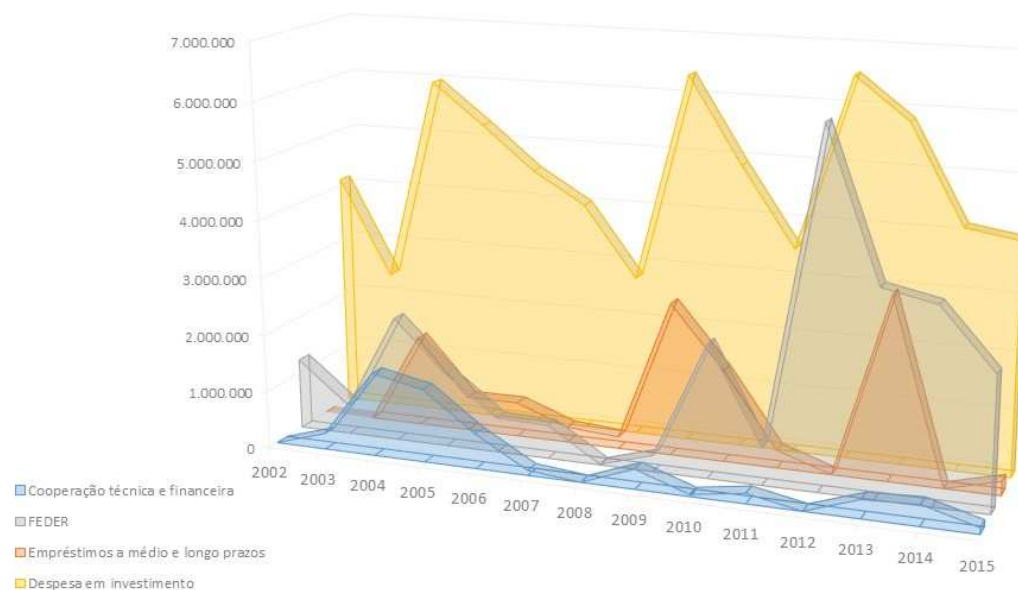
Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma redução de 6 funcionários.

1.7. Financiamento de investimentos. Evolução.

O financiamento dos investimentos municipais foi feito com base nas receitas próprias, nas receitas de empréstimos e nas receitas originadas nos fundos comunitários e em contratos-programa celebradas com a administração central.

Em termos anuais, as receitas foram (valores em euros):

Receitas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Cooperação técnica e financeira	0	277.595	1.455.906	1.277.158	611.825	86.699	0	348.404	33.779	178.754	0	322.748	364.992	112.120	5.069.979
FEDER	1.238.287	511.230	2.178.488	1.292.609	605.824	586.780	12.113	284.628	2.314.205	648.149	6.068.303	3.521.760	3.333.164	2.308.184	24.903.725
Empréstimos a médio e longo prazos	0	0	1.581.962	598.222	601.310	270.250	204.455	2.663.481	1.595.000	310.000	0	3.181.878	0	243.734	11.250.291
Despesa em investimento	4.110.409	2.426.530	5.975.764	5.281.445	4.542.312	4.006.015	2.797.037	6.368.622	4.907.231	3.558.261	6.525.039	5.828.121	4.154.853	4.016.788	64.498.427



PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Receitas por projeto:

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA (Contratos-programa) - Participações recebidas no período 2002 - 2015

Cooperação técnica e financeira	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Projeto															
Museu Nacional Ferroviário - Redonda		90.310													90.310
Aquisição e remodelação de edifícios municipais		187.049		178.646		86.699		140.136		65.837					658.367
Direção-Geral de Viação - Parque estac. Rua MR Gameiro		236													236
Transportes urbanos			60.000	72.654											132.654
Transportes urbanos - 2ª. Fase								208.267	33.779	112.918					354.964
Requalificação da zona envolvente ao mercado diário			235.067	390.802	14.408										640.277
Piscina municipal			481.943	14.512	15.983										512.438
Pavilhão desportivo municipal			132.116	63.103											195.219
Museu Nacional Ferroviário			510.000												510.000
Arruamentos da zona envolvente ao Tribunal			36.781	44.597											81.378
Protocolo de modernização administrativa				28.784											28.784
Req espaços urbanos, desportivos e zonas verdes e de lazer				484.058	581.434										1.065.492
Nova Escola EB 2,3 Dr. Ruy d'Andrade												322.748	364.992	112.120	799.860
Total Cooperação técnica e financeira (contratos-programa)	0	277.595	1.455.906	1.277.158	611.825	86.699	0	348.404	33.779	178.754	0	322.748	364.992	112.120	5.069.979

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



FEDER – Comparticipações recebidas no período 2002 - 2015

FEDER	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Inf. de saneamento básico e pavim. de áreas urb. do concelho	222.555														222.555
Prosiurb	8.767														8.767
Eixo 1 - Pavilhão polidesportivo - 2.ª fase - cobertura	175.048	10.688													185.737
Eixo 1 - Saneamento básico do concelho	227.883	88.097	47.538												363.518
Eixo 1 - Projeto de qualificação de zonas urbanas	369.444	267.244													636.688
Eixo 2 - Requalificação de espaços públicos do concelho	183.869	71.901													255.769
Eixo 3 Piscina e Pavilhão	2.134														2.134
POE -Remodelação da Iluminação Pública - Zona Sul	48.587														48.587
Museu Nacional Ferroviário		64.623													64.623
Espaço internet		6.786													6.786
Adap. de infraest. e aquis. de equipam. e acesso a rede de inform.		1.892													1.892
Requalificação urbana da zona envolvente ao mercado diário			1.094.886	295.312	8.927										1.399.125
Pavilhão desportivo municipal			660.578	341.700											1.002.279
Piscina municipal			375.486	23.219											398.705
Recinto multiusos				525.529	228.636										754.165
Escolas 1.º ciclo - Hardware + software					21.839	1.149									22.989
Rede de ciclovias - R. Dr. Francisco Sá Carneiro				106.848	332.551										439.399
Jardim de infância Norte					13.871	205.105									218.976
Programa de apetrechamento informático do Pré-escolar						380.526	2.448								382.974
Zona Industrial - 2.ª fase								184.754							184.754
Escola básica 1.º ciclo + Jardim de infância Sul								99.874	390.579						490.454
Req. Urb. Freg. S. João Baptista									272.940			151.004			423.944
Exec.Rot.-Cruz. Av. Dr. J. Eduardo V. Neves/A. Cab									10.295			7.380			17.674
Req. Urb. Bairro da Coferpor Nascente									73.600			65.422			139.022
Man.Red. Viária-R.Af.Alb.,R.Prof.J.F.Corujo, LgVa									26.310			13.909			40.219
Req. Urbana - Bairro Coferpor (Nascente) - 2ª Fase									43.379			18.074			61.453
R. Acesso ao Interior do Parque do Bonito									14.466			6.027			20.493
Req.Urb.Freg.N.Sr.Fátima-Lg de Stº. Ant.-Complem												5.868			5.868
Req. Urb. - Bairro da Coferpor (Poente)									87.089			90.636			177.725
Req.Urb. Freg.N.Sr. Fátima									264.862			180.711			445.573
Rua 1º de Maio e R. Pedro Alvares Cabral										45.864	112.934	8.673			167.471
Rua Luís Falcão de Sommer (Iluminação)										29.290	1.905				31.195

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



FEDER	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Rua Luís Falcão de Sommer (Jogos de Água)										21.592	45.726	1.455			68.773
Rua Luís Falcão de Sommer (Mob. Urbano)										40.846	2.553				43.399
Rua D. Nuno Alvares Pereira											31.682	778			32.460
Bairro Frederico Ulrich										8.260	152.441	9.751			170.453
Remodelação da biblioteca municipal									559						559
Envolv. aos Campos Sint. e Baln. (Arr Exter à Piscina Mun. - 2.ª F.)									587.893						587.893
Parque do Bonito - Envolvente Campo Relvado e Bancada Poente									156.041						156.041
Parque do Bonito - Parque Radical							9.665		129.703						139.368
Requalificação urbana do Largo José Duarte Coelho									256.490						256.490
Remodelação Centro convívio 3.ª idade										55.430					55.430
Parque verde do Bonito										446.867	1.167.312	52.109	8.513	11.812	1.686.613
Centro Escolar Norte e Acessibilidades											253.840	638.793	1.116.611	265.923	2.275.166
ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária											15.329				15.329
Gestão e monitorização da parceria											4.496	11.436		1.790	17.722
Médio Tejo Gestão em SIG											877	5.284	22.057		28.217
Posto de turismo - alterações											614				614
Rede aberta multi-serviços											146.648				146.648
Remodelação do Centro Cultural											8.128	2.782			10.910
Remodelação do centro de convívio 3.ª idade											3.465			3.100	6.564
Remodelação do edifício da biblioteca - 1.º andar											39.788				39.788
Remodelação e ampliação EB1 e JI 2											2.108.082	213.948			2.322.029
Req. Parq.do Bonito - Const.equip. para animação e ativ. Econ.											602.938	49.973	21.683		674.594
Requalificação da praça da República											82.452				82.452
Requalificação do Jardim Parque J.P. Caldas											33.032	292.120			325.152
Requalificação urbana do Largo JD Coelho											29.006				29.006
Requalificação Zona Desportiva/Bonito											1.225.052				1.225.052
Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade												1.695.631	2.084.621	490.393	4.270.645
Médio Tejo Online													24.465	31.105	55.570
Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal													37.216	263.785	301.000
Requalificação Urbana Rua Elias Garcia													17.999	449.051	467.049
Alargamento da Avenida das Forças Armadas														258.555	258.555
Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima														532.672	532.672
Total FEDER	1.238.287	511.230	2.178.488	1.292.609	605.824	586.780	12.113	284.628	2.314.205	648.149	6.068.303	3.521.760	3.333.164	2.308.184	24.903.725

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL AUTÁRQUICA

2.1. Modificações ao orçamento inicial

Relativamente a esta temática, o POCAL (ponto 8.3.1.), diz o seguinte:

“8.3.1.2. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.

8.3.1.3. O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trata da aplicação de:

- a) Receitas legalmente consignadas;*
- b) Empréstimos contratados;*
- c) Nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.*

8.3.1.4. Na revisão do orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas, para além das referidas no número anterior:

- a) Saldo apurado;*
- b) O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento; Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.*

8.3.1.5. As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações. As alterações podem ainda incluir reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contração de empréstimos ou de receitas legalmente consignadas.”

2.1.1. Na receita

Durante o exercício económico de 2015, foram efetuadas 5 alterações orçamentais e uma 1 revisão orçamental. Nestas operações houve um aumento global da receita em 1.209.558,83 €.

As **alterações orçamentais** resultaram das seguintes situações:

Aplicação do ponto 8.3.1.3 e 8.3.1.5 do POCAL, ou seja, é possível fazer um aumento global do orçamento através de uma alteração orçamental desde que seja para aplicação de receitas legalmente consignadas, com é o caso dos fundos comunitários.

Apresenta-se de seguida o resumo dessas situações em 2015

Descrição	Valor
Alteração nº 2	86.806,00
Aquisição de Equipamento Informático SAMA/CIMT	22.950,00
Impressoras - Escola Ruy Andrade	5.363,00
Mobiliário Escolar - Centro Escolar Norte	32.027,00
Material Didático - Centro Escolar Norte	26.466,00
Alteração nº 3	279.310,00
Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades	279.310,00
Alteração nº 3	134.709,00
Construção da Nova Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade - Conclusão	120.259,00
Livro – Parque Verde do Bonito	14.450,00
Total	500.825,00

Arrecadação do produto de empréstimos contratados.

Descrição	Valor
Alteração nº 8	243.733,83
Empréstimo BEI	243.733,83
Alteração nº 9	450.000,00
Empréstimo de Curto Prazo	450.000,00
Total	693.733,83

No que diz respeito à **revisão orçamental**, no valor de 15.000 €, teve como contrapartida o saldo de gerência apurado e serviu para atribuir um apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento a título de comparticipação na aquisição de 2 ambulâncias.

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.1 – anexos ao balanço)

2.1.2. Na despesa

No decorrer do ano 2015 foram efetuadas 10 alterações orçamentais.

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.2 – anexos ao balanço)

2.2. Resumo da execução orçamental

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Designação	Previsão / Dotação Corr.	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Receitas				
Correntes	12.736.728,00	11.620.644,92	-1.116.083,08	91,24%
Capital	7.396.941,83	3.533.558,78	-3.863.383,05	47,77%
Total rec. Corr.+ cap.	20.133.669,83	15.154.203,70	-4.979.466,13	75,27%
Outras receitas	15.001,00	15.139,65	138,65	100,92%
Receitas	20.148.670,83	15.169.343,35	-4.979.327,48	75,29%
Despesas				
Correntes	11.303.133,00	9.856.258,46	-1.446.874,54	87,20%
Capital	8.601.804,00	5.429.615,61	-3.172.188,39	63,12%
Total de despesas	19.904.937,00	15.285.874,07	-4.619.062,93	76,79%

As previsões da receita foram de 20.148.670,83 € e as dotações da despesa foram de 19.904.937 € (a diferença deve-se à contração do empréstimo BEI).

O município arrecadou receitas correntes e de capital de 15.154.203,70 € e efetuou pagamentos de 15.285.874,07 €.

Verificação do princípio do equilíbrio orçamental (com base no ponto 3.3 do POCAL)

Receita corrente	11.620.644,92 €
Despesa corrente	9.856.258,46 €
Diferença	1.764.386,46 €

O município cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, visto que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 1.764.386,46 €.

Verificação do princípio do equilíbrio orçamental (com base no art.º 40 da Lei Nº 73/2013-LFL)

Art.º 40 Nº 2 - A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Art.º 40 Nº 4 - Considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo nº de anos do contrato, independentemente do seu pagamento

Receita Corrente	11.620.644,92
Despesa Corrente	9.856.258,46
Amortização Média de Empréstimos	924.128,66
HÁ EQUILÍBRIO	840.258

2.3. Orçamento da receita – execução e evolução.

No quadro seguinte faz-se a síntese do mapa anexo designado “Controlo Orçamental – receita”. Elementos pormenorizados, rubrica a rubrica, poderão ser vistos nesse mapa (ponto 9.1.1).

Rubricas	Receita	2015	Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado - previsto	%	
01 Impostos directos	3.772.318,00	3.773.702,07	1.384,07	100,04%	0,04%
IMI + CA	2.601.394,00	2.539.678,99	-61.715,01	97,63%	-2,37%
IUC + IMV	443.336,00	414.969,10	-28.366,90	93,60%	-6,40%
IMT + SISA	561.064,00	702.838,07	141.774,07	125,27%	25,27%
Derrama	166.524,00	116.215,91	-50.308,09	69,79%	-30,21%
02 Impostos indirectos	1.093.915,00	133.956,93	-959.958,07	12,25%	-87,75%
04 Taxas, multas e outras penalidades	292.311,00	275.052,31	-17.258,69	94,10%	-5,90%
05 Rendimentos da propriedade	28.663,00	10.909,91	-17.753,09	38,06%	-61,94%
06 Transferências correntes	4.426.031,00	4.335.252,12	-90.778,88	97,95%	-2,05%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.634.071,00	1.634.071,00	0,00	100,00%	0,00%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00	100,00%	0,00%
Participação Fixa no IRS	1.159.852,00	1.159.852,00	0,00	100,00%	0,00%
Outras Transferências	1.357.201,00	1.266.422,12	-90.778,88	93,31%	-6,69%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.943.207,00	2.899.230,21	-43.976,79	98,51%	-1,49%
08 Outras receitas correntes	180.283,00	192.541,37	12.258,37	106,80%	6,80%
Total de receita correntes	12.736.728,00	11.620.644,92	-1.116.083,08	91,24%	-8,76%
09 Venda de bens de investimento	261.936,00	49.517,19	-212.418,81	18,90%	-81,10%
10 Transferências de capital	6.395.566,00	2.601.866,95	-3.793.699,05	40,68%	-59,32%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	181.563,00	181.563,00	0,00	100,00%	0,00%
Outras	6.214.003,00	2.420.303,95	-3.793.699,05	38,95%	-61,05%
12 Passivos financeiros	693.733,83	682.047,70	-11.686,13	-693.733,83	-682.047,70
13 Outras receitas de capital	45.706,00	200.126,94	154.420,94	437,86%	337,86%
Total de receitas de capital	7.396.941,83	3.533.558,78	-3.863.383,05	47,77%	-52,23%
Total de receitas correntes + capital	20.133.669,83	15.154.203,70	-4.979.466,13	75,27%	-24,73%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	1,00	139,65	138,65	13965,00%	13865,00%
16 Saldo da gerência anterior	15.000,00	15.000,00	0,00	100,00%	0,00%
Total de outras receitas	15.001,00	15.139,65	138,65	100,92%	0,92%
Total das receitas	20.148.670,83	15.169.343,35	-4.979.327,48	75,29%	-24,71%

Em termos orçamentais, o exercício terminou com um grau de execução da receita de 75,29 % o que representa um desvio global de 24,71 %.

Estamos perante uma recuperação da performance orçamental do município, traduzido nos menores desvios dos últimos anos, conforme se pode ver no quadro seguinte.

Evolução dos desvios orçamentais na receita

Receitas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Correntes	-9,66%	-12,84%	-24,09%	-23,58%	-2,50%	-8,76%
Capital	-67,39%	-80,95%	-63,38%	-59,99%	-58,70%	-52,23%
Correntes + Capital	-43,90%	-58,19%	-46,27%	-44,08%	-27,97%	-24,71%



Nas receitas correntes verificou-se um grau de execução orçamental de 91,24 %

Já no que respeita às receitas de capital (quadro fl. anterior), apesar de uma redução do valor orçamentado para 2015 face a 2014, o desvio ainda se situou acima dos 50%, mais concretamente em 52,23%.

A principal razão localiza-se na **venda de bens de investimento**, com um desvio de -81,10 % e nas **transferências de capital**, mais concretamente na rubrica FEDER e contratos-programa, com um desvio global de 59,32 %.

Não obstante, a real melhoria nos desvios originada por uma racionalização das estimativas orçamentais, permite antever um cumprimento futuro dos normativos impostos designadamente do artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, o qual coloca como teto máximo de desvios o valor de 15%.

Prestação de Contas – Relatório de Gestão 2015



No que respeita à importância das diversas rubricas no total arrecadado, verifica-se que as **receitas correntes** representam 76,7 % da receita, sendo de destacar as **transferências correntes** com 28,6 %, os **impostos diretos** com 24,9 %, e a **venda de bens e serviços** com 19,1 %.

Em **receitas de capital**, que assumiu um peso de 23,3 % das entradas, a rubrica que mais se destacou foi **transferências de capital** e dentro destas as receitas no âmbito do FEDER + Contratos-programa (**Outras**), com um peso de 16,0 % na receita.

PESO NO TOTAL DA RECEITA COBRADA	2015		2014		Evolução do peso
Rubricas	Receita cobrada	Peso no total	Receita cobrada	Peso no total	
01 Impostos diretos	3.773.702,07	24,9%	3.327.839,20	21,8%	3,1%
IMI + CA	2.539.678,99	16,8%	2.628.546,04	17,2%	-0,4%
IUC + IMV	414.969,10	2,7%	433.547,02	2,8%	-0,1%
IMT + SISA	702.838,07	4,6%	143.163,44	0,9%	3,7%
Derrama	116.215,91	0,8%	122.582,70	0,8%	0,0%
02 Impostos indiretos	133.956,93	0,9%	63.630,25	0,4%	0,5%
04 Taxas, multas e outras penalidades	275.052,31	1,8%	309.990,99	2,0%	-0,2%
05 Rendimentos da propriedade	10.909,91	0,1%	10.952,67	0,1%	0,0%
06 Transferências correntes	4.335.252,12	28,6%	4.208.133,80	27,5%	1,1%
Fundo de Equilibrio Financeiro	1.634.071,00	10,8%	1.807.410,00	11,8%	-1,0%
Fundo Social Municipal	274.907,00	1,8%	274.907,00	1,8%	0,0%
Participação Fixa no IRS	1.159.852,00	7,7%	812.472,00	5,3%	2,3%
Outras Transferências	1.266.422,12	8,4%	1.313.344,80	8,6%	-0,2%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.899.230,21	19,1%	2.877.469,45	18,8%	0,3%
08 Outras receitas correntes	192.541,37	1,3%	522.718,64	3,4%	-2,1%
Total de receita correntes	11.620.644,92	76,7%	11.320.735,00	74,0%	2,7%
09 Venda de bens de investimento	49.517,19	0,3%	71.492,07	0,5%	-0,1%
10 Transferências de capital	2.601.866,95	17,2%	3.898.978,13	25,5%	-8,3%
Fundo de Equilibrio Financeiro	181.563,00	1,2%	200.823,00	1,3%	-0,1%
Outras	2.420.303,95	16,0%	3.698.155,13	24,2%	-8,2%
12 Passivos financeiros	682.047,70	4,5%	0,00	0,0%	4,5%
13 Outras receitas de capital	200.126,94	1,3%	4.629,41	0,0%	1,3%
Total de receitas de capital	3.533.558,78	23,3%	3.975.099,61	26,0%	-2,7%
Total de receitas correntes + capital	15.154.203,70	100,0%	15.295.834,61	100,0%	0,0%

Comparando com o ano anterior, assiste-se a um aumento do peso das receitas correntes no total das receitas em 2,7% e uma redução de igual percentagem nas receitas de capital.

Relativamente à evolução das receitas no período 2011 a 2015, a situação é a que consta no quadro da folha seguinte.

Prestação de Contas – Relatório de Gestão 2015

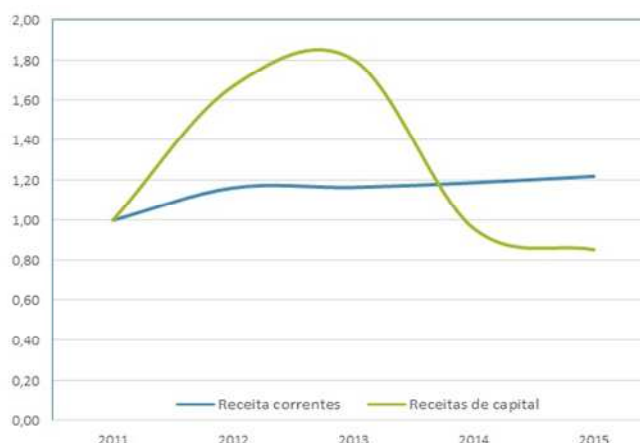


Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2011	2012	2013	2014	2015
01 Impostos diretos	3.469.228,03	3.881.103,25	3.597.923,56	3.327.839,20	3.773.702,07
IMI + CA	2.295.777,31	2.442.746,07	2.404.378,99	2.628.546,04	2.539.678,99
IUC + IMV	342.281,88	380.597,52	454.689,72	433.547,02	414.969,10
IMT + SISA	667.791,23	887.422,40	608.478,09	143.163,44	702.838,07
Derrama	163.377,61	170.337,26	130.376,76	122.582,70	116.215,91
02 Impostos indiretos	198.306,90	143.034,01	108.081,78	63.630,25	133.956,93
04 Taxas, multas e outras penalidades	344.355,36	284.105,89	282.537,13	309.990,99	275.052,31
05 Rendimentos da propriedade	23.095,56	44.091,21	41.581,81	10.952,67	10.909,91
06 Transferências correntes	3.160.031,90	3.789.947,62	4.150.227,03	4.208.133,80	4.335.252,12
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.315.932,00	1.191.843,00	1.589.119,00	1.807.410,00	1.634.071,00
Fundo Social Municipal	303.343,00	274.907,00	274.907,00	274.907,00	274.907,00
Participação Fixa no IRS	854.280,00	922.146,00	922.146,00	812.472,00	1.159.852,00
Outras Transferências	686.476,90	1.401.051,62	1.364.055,03	1.313.344,80	1.266.422,12
07 Venda de bens e serviços correntes	2.272.731,95	2.904.114,99	2.896.146,68	2.877.469,45	2.899.230,21
08 Outras receitas correntes	57.468,62	31.530,90	23.308,94	522.718,64	192.541,37
Total de receita correntes	9.525.218,32	11.077.927,87	11.099.806,93	11.320.735,00	11.620.644,92
09 Venda de bens de investimento	221.871,50	45.797,02	48.203,50	71.492,07	49.517,19
10 Transferências de capital	3.612.973,90	6.862.862,99	4.241.788,96	3.898.978,13	2.601.866,95
Fundo de Equilíbrio Financeiro	877.291,00	794.560,00	397.280,00	200.823,00	181.563,00
FEDER + Contr.-Programa	2.735.682,90	6.068.302,99	3.844.508,96	3.698.155,13	2.420.303,95
12 Passivos financeiros	310.000,00	0,00	3.181.877,53	0,00	682.047,70
13 Outras receitas de capital	0,00	21.160,00	12.082,81	4.629,41	200.126,94
Total de receitas de capital	4.144.845,40	6.929.820,01	7.483.952,80	3.975.099,61	3.533.558,78
Total de receitas correntes + capital	13.670.063,72	18.007.747,88	18.583.759,73	15.295.834,61	15.154.203,70

As **receitas correntes** registaram o maior valor do período em análise.

Já as **receitas de capital**, registaram a redução mais acentuada dos últimos 5 anos, a qual esteve relacionada principalmente com a rubrica FEDER.

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Receita correntes	1,00	1,16	1,17	1,19	1,22
Receitas de capital	1,00	1,67	1,81	0,96	0,85
Total	1,00	1,03	1,17	1,17	0,99



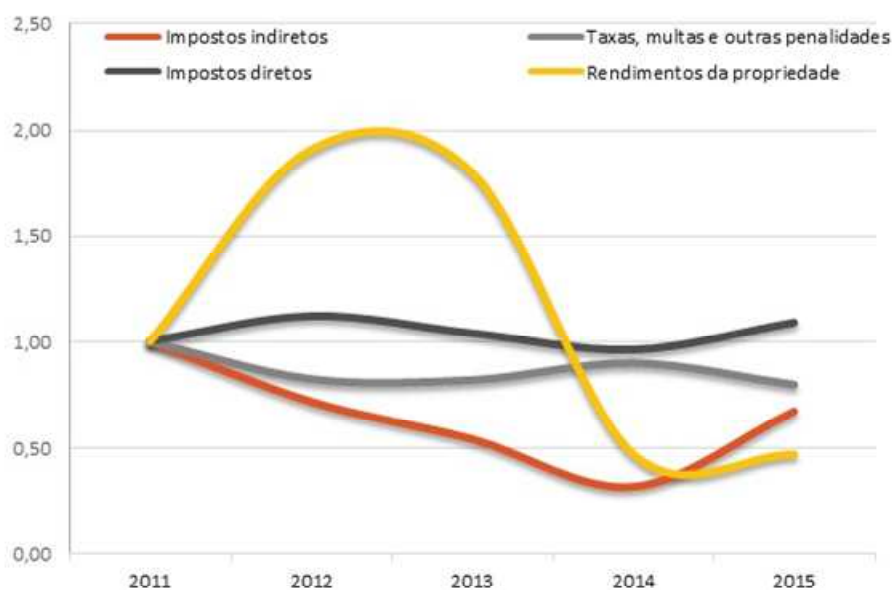
Evolução das principais rubricas da receita corrente.

No quadro, as rubricas que tendo um peso com algum significado na estrutura da receita, apresentaram valores inferiores aos recebidos em 2011.

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Impostos diretos	1,00	1,12	1,04	0,96	1,09
Taxas, multas e outras penalidades	1,00	0,83	0,82	0,90	0,80
Impostos indiretos	1,00	0,72	0,55	0,32	0,68
Rendimentos da propriedade	1,00	1,91	1,80	0,47	0,47

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €

Impostos diretos	3.469	3.881	3.598	3.328	3.774
Taxas, multas e outras penalidades	344	284	283	310	275
Impostos indiretos	198	143	108	64	134
Rendimentos da propriedade	23	44	42	11	11



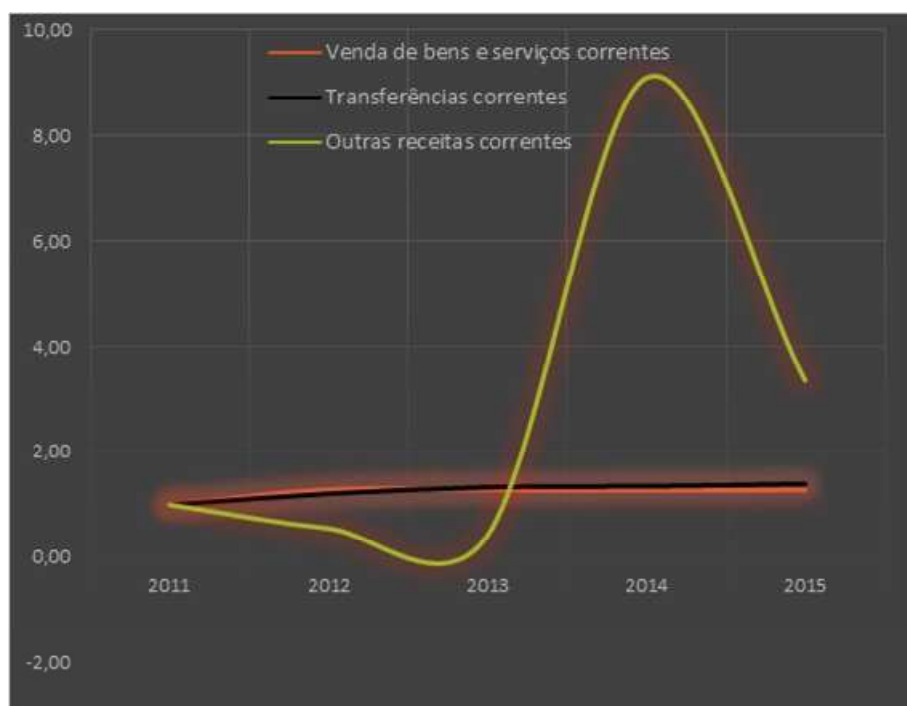
Face ao ano de 2011, a única rubrica que progrediu foi os **impostos diretos**, todas as outras regrediram.

No quadro, as rubricas que apresentam crescimento face a 2011.

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Transferências correntes	1,00	1,20	1,31	1,33	1,37
Venda de bens e serviços correntes	1,00	1,28	1,27	1,27	1,28
Outras receitas correntes	1,00	0,55	0,41	9,10	3,35

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €

Transferências correntes	3.160	3.790	4.150	4.208	4.335
Venda de bens e serviços correntes	2.273	2.904	2.896	2.877	2.899
Outras receitas correntes	57	32	23	523	193



O comportamento da rubrica **outras receitas correntes** em 2014, é originado pelas operações relativas ao débito de energia elétrica consumida nas captações e nas ETARs (133.854,89 €) e à regularização da faturação de recolha e tratamento de efluentes apresentada pela empresa na Águas do Centro (atual Água de Lisboa e Vale do Tejo) e que o município, em parte (387.079,13 €), não aceitou.

Em 2015 esta rubrica apresenta uma redução devido a:

- o valor da energia cobrada diz apenas respeito ao valor do ano (74.044,09 €), enquanto que em 2014 foi feito o acerto de anos anteriores.
- o valor do saneamento fixou-se em 74.885,95 € referente à faturação de outubro de 2014 a fevereiro de 2015. A partir do 2º semestre a faturação começa a ser feita pelos valores medidos não havendo a necessidade desta operação e relativamente aos meses de março a junho não foi feita a correspondente faturação e encontro de contas, porque até ao final de 2015 chegou-se ao entendimento que as ALVT iriam emitir um crédito sobre o valor faturado a mais, contudo, ainda não o fizeram.

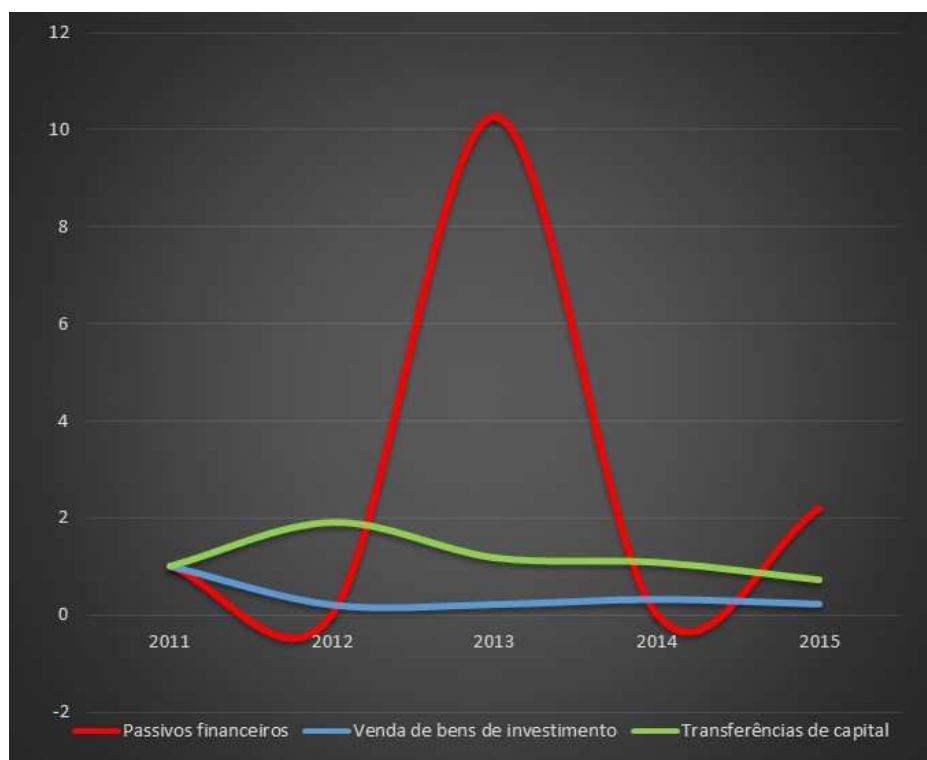
As **transferências correntes** têm vindo a ter um crescimento sequencial a partir de 2011 e as **vendas e bens e serviços correntes** têm vindo a manter num nível relativamente estável.

No que respeita às principais receitas de capital, a evolução foi a seguinte:

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Transferências de capital	1,00	1,90	1,17	1,08	0,72
Venda de bens de investimento	1,00	0,21	0,22	0,32	0,22
Passivos financeiros	1,00	0,00	10,26	0,00	2,20

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €

Transferências de capital	3.613	6.863	4.242	3.899	2.602
Venda de bens de investimento	222	46	48	71	50
Passivos financeiros	310	0	3.182	0	682



No global, a rubrica **transferências de capital** é a que congrega maior volume de fundos, oscilando em função do calendário de execução das obras participadas e das respetivas transferências. Após um período de maior atividade financeira em 2012, com o aproximar do fim do QREN, também as verbas recebidas foram decaindo em 2013 e 2015.

A **venda de bens de investimento** tem vindo a ter um comportamento constante referindo-se principalmente à venda de terrenos no cemitério. Em **passivos financeiros**, em 2013, a verba arrecadada diz respeito ao PAEL, em 2015 o movimento diz respeito à contratação do empréstimo do BEI (232.047,70€) e do empréstimo de curto prazo (450.000 €), o qual foi totalmente pago em dezembro.

2.3.1 Receitas Correntes

No decurso do ano cobraram-se 11.620.644,92 € de receitas correntes, o que representa um grau de execução de 91,24 %. O desvio orçamental foi de 8,76 %.

2.3.1.1 Impostos diretos

Faz-se neste ponto, uma breve análise das receitas arrecadadas com impostos diretos municipais nos termos do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3/9 (RFAL), designadamente o imposto municipal sobre imóveis, o imposto único de circulação, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e a derrama e ainda os montantes arrecadados referentes a impostos abolidos (sisa).

Esta rubrica teve um desempenho relevante para a tesouraria municipal, tendo sido responsável por receitas de 3.773.702,07 €, apresentando um grau de execução de 100,04 % face ao previsto, ou seja, mais 1.384,07 €.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2.601.394,00	2.539.678,99	97,63%
IUC - Imposto único de circulação	443.336,00	414.969,10	93,60%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	561.064,00	702.838,07	125,27%
Derrama	166.524,00	116.215,91	69,79%
TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"	3.772.318,00	3.773.702,07	100,04%

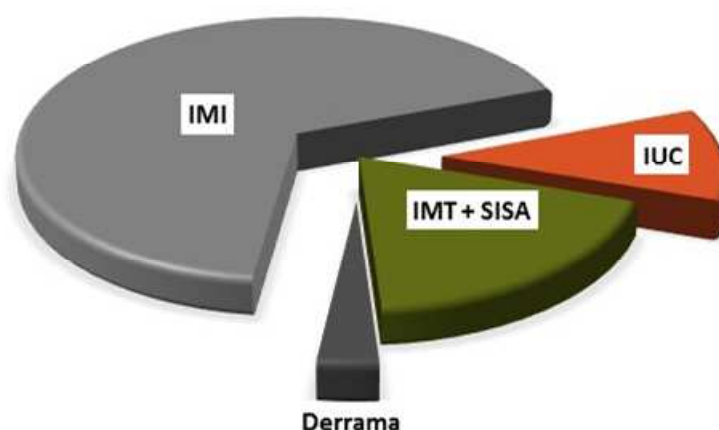
Deve realçar-se o bom índice de realização do IMT excedendo as expetativas em 25,27 %, ou seja, mais 141.774,07 €.

No que diz respeito ao IMI e ao IUC apesar de não excederem as expetativas ficaram muito próximos disso.

A derrama foi a rubrica com pior desempenho atingindo apenas um grau de execução de 69,79 %, sendo que a previsão feita teve por base o histórico dos últimos 24 meses. A execução abaixo do previsto é o espelho que a economia portuguesa ainda está muito condicionada.

No que respeita ao peso dos diversos impostos, verifica-se que a maior parte da receita (67,30%) tem origem no IMI, sendo que o menor peso pertence à derrama, com 3,08 %.

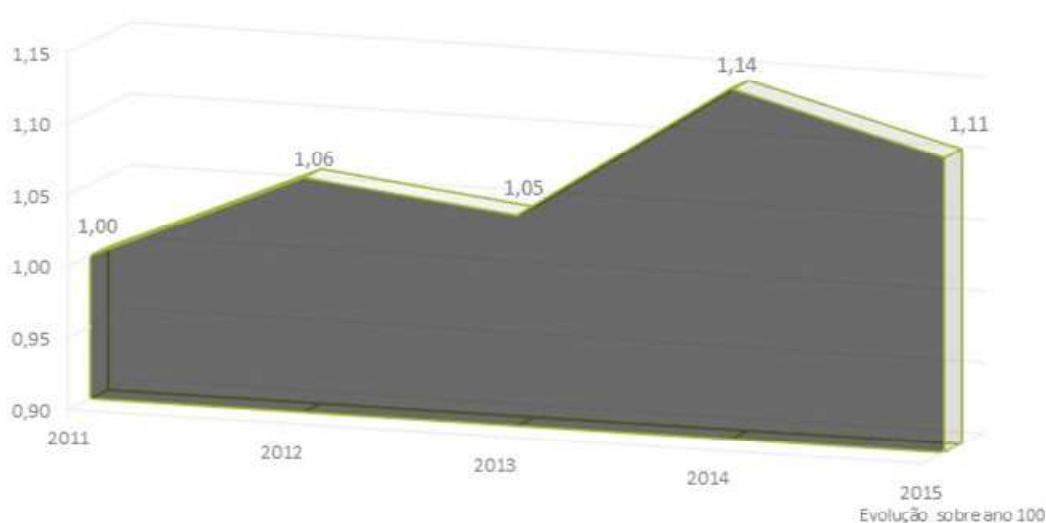
Rubricas	R. cobrada líquida	Peso
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2.539.678,99	67,30%
IUC - Imposto único de circulação	414.969,10	11,00%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	702.838,07	18,62%
Derrama	116.215,91	3,08%
Total	3.773.702,07	100,00%



Veja-se de seguida a evolução destes impostos ao longo dos últimos 5 anos:

IMI - IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	VAR 2015-2014
Receita de IMI	2.295.777,31	2.442.746,07	2.404.378,99	2.628.546,04	2.539.678,99	-88.867,05
Evolução sobre ano 100	1,00	1,06	1,05	1,14	1,11	



O IMI foi o imposto direto mais importante conduzindo a uma receita de 2.539.678,99 €, (1,11 vezes o valor de 2011), sendo fundamental para a sustentabilidade do funcionamento normal do município.

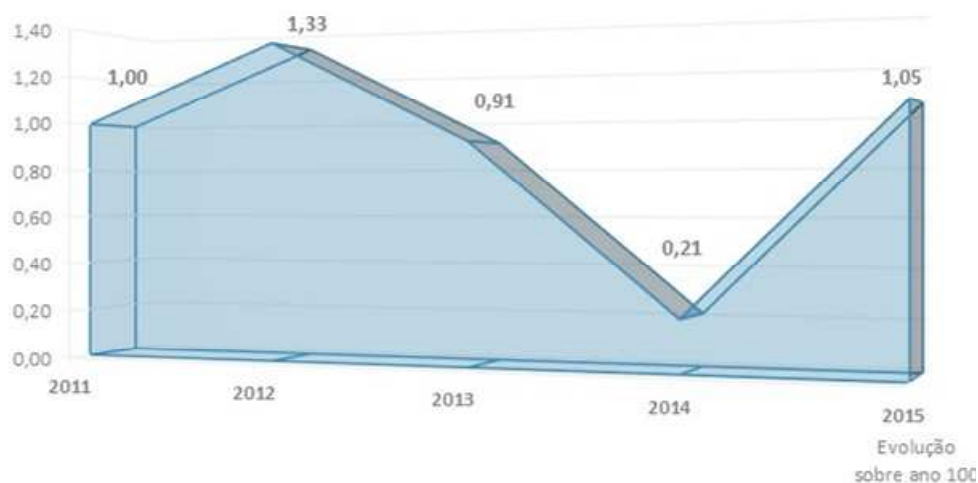
Face ao ano anterior verificou-se um decréscimo do valor do imposto cobrado. Esta redução pode estar relacionada com a redução da taxa urbana para 0,38 e com situações de contribuintes que não procederam ao pagamento da taxa.

Do ponto de vista orçamental, como vimos antes, ficou 2,37 % abaixo das previsões.

HISTÓRICO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO			
Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2014	-	0,3800	0,80
2013	0,7000	0,3900	0,80
2012	0,7000	0,4000	0,80
2011	0,7000	0,4000	0,80

IMT - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSACÇÕES / SISA

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Receita	667.791,23	887.422,40	608.478,09	143.163,44	702.838,07
Evolução sobre ano 100	1,00	1,33	0,91	0,21	1,05

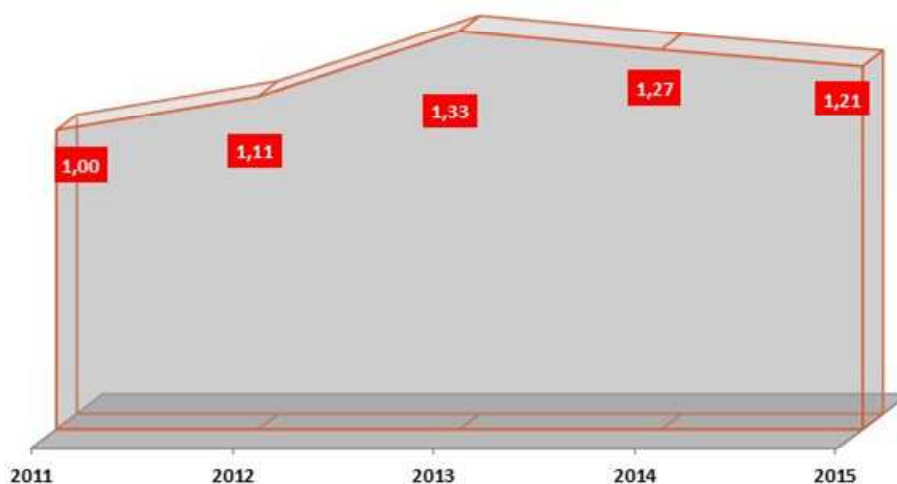


Verifica-se em 2015 uma recuperação deste imposto face a anos anteriores, contudo, trata-se de um aumento que não reflete uma grande melhoria das transações imobiliárias face a anos anteriores, uma vez que, grande parte deste aumento deveu-se a uma única transação (cerca de 400 m €). Esta transação é referente ao empreendimento junto ao E.leclerc que passou para a posse do banco que financiou o mesmo, ou seja, trata-se de um caso isolado.

Como já foi referido o grau de execução superou em 25,27 % o valor previsto, correspondendo a mais 141.774,07 €.

IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

Ano 100: 2011					
Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Receita	342.281,88	380.597,52	454.689,72	433.547,02	414.969,10
Evolução sobre ano 100	1,00	1,11	1,33	1,27	1,21



Verificou-se uma redução do **IUC** face aos valores cobrados nos últimos 2 anos, contudo, é um imposto que mantém a sua importância na estrutura do município.

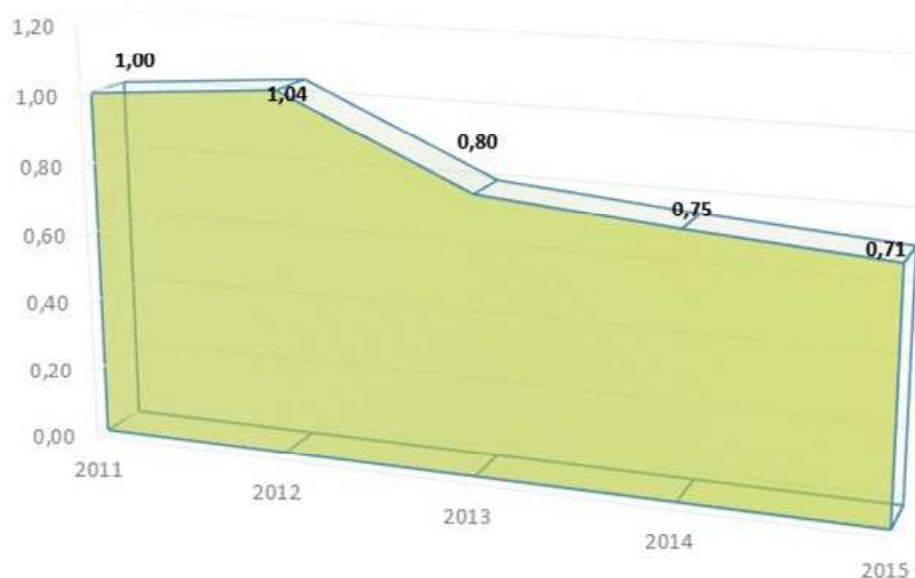
No Orçamento de Estado para o ano de 2015 não se registaram alterações significativas nos valores face ao ano anterior, ou seja, para a generalidade da população, não houve alterações importantes ou dignas de registo.

A redução verificada pode dever-se à redução de novas viaturas no mercado ou ao não pagamento por parte dos contribuintes.

DERRAMA

Ano 100: 2011

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Receita	163.377,61	170.337,26	130.376,76	122.582,70	116.215,91
Evolução sobre ano 100	1,00	1,04	0,80	0,75	0,71



A **derrama** é um imposto municipal que incide sobre os lucros das empresas sediadas no concelho e é fixada anualmente pela Assembleia Municipal com o objetivo de apoiar o investimento municipal, geralmente em determinada área específica, tendo sido aplicada nos últimos anos uma taxa de 1,5%, incidente sobre o lucro tributável das empresas.

Analisando o gráfico, verificamos que este imposto não tem um comportamento constante, embora ao longo do período revele uma tendência decrescente, culminado em 2015 com uma redução de 29% face à receita de 2011.

A receita obtida em 2015, no valor de 116.215,91 € é a menor do período em análise e representa um decréscimo face ao ano anterior, motivado pelas razões conjunturais já referidas.

De referir que relativamente ao imposto da derrama foram criados incentivos que se baseavam na criação líquida de postos de trabalho com as seguintes características:

- 1 - Redução de 1/3, para as empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35 % (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior;
- 2 Redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36% e 75% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior;
- 3) Redução de 3/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75% sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.

Apesar destes incentivos não deu entrada no município qualquer pedido de redução da taxa da derrama em 2015.

2.3.1.2 Impostos indiretos

São classificadas nesta rubrica as receitas que recaem sobre o sector produtivo e as que revestem a forma de taxas mas que são pagas por empresas.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita	
Ocupação da via pública	202.278,00	97.688,39	48,29%	72,93%	85,21%
Loteamentos e obras	855.676,00	16.460,70	1,92%	12,29%	
Outros impostos indiretos	14.813,00	14.297,68	96,52%	10,67%	
Publicidade	18.798,00	3.455,38	18,38%	2,58%	
Mercados e feiras	2.350,00	2.054,78	87,44%	1,53%	
TOTAL DE IMPOSTOS INDIRETOS	1.093.915,00	133.956,93	12,25%	100,00%	

Importa, genericamente, explicar que as previsões são feitas com base nas regras previsionais do POCAL (ponto 3.3.), que estabelecem os procedimentos a seguir neste domínio: *a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração.*

Prevendo-se receber 1.093.915 €, foram cobrados impostos indiretos no valor de 133.956,93 €, o que representa um grau de execução orçamental de 12,25 %.

De referir que o principal desvio deveu-se à rubrica “loteamentos e obras” pelo facto de não se ter concretizado diversos loteamentos já aprovados com os seguintes intervenientes:

- **ASAS INVEST** = 276.426,44 € (Processo 01/12)
- **MSC** = 106.888,25 € (Processo 02/09)
- **Trindade e Martins** = 306.590,94 € (Processo 15/12)
- **Zone Soft** = 6.720,96 € (Processo 5/82)

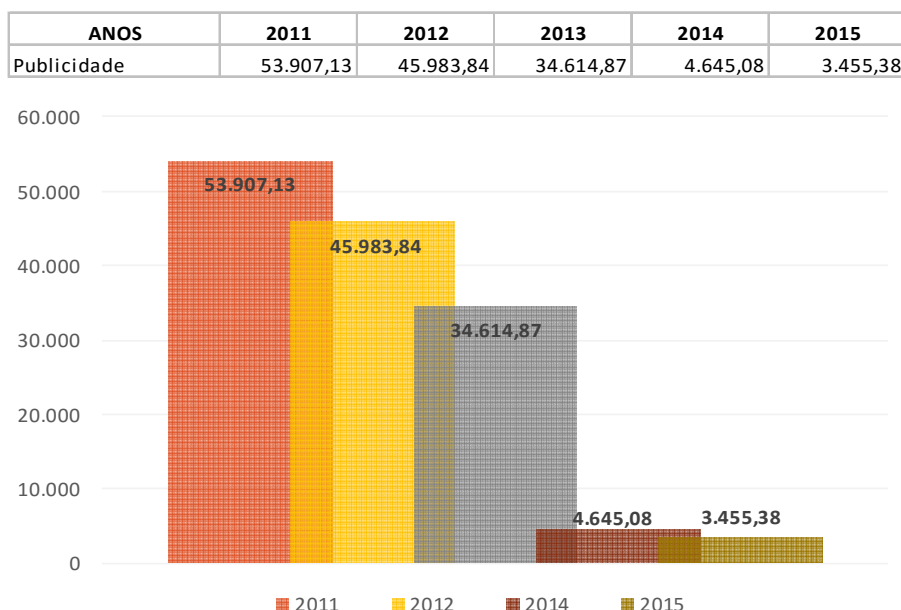
O não avanço destes loteamentos pode estar motivado pelo clima de instabilidade que continua a abater-se sobre a economia nacional.

Neste âmbito, observemos (ponto 2.3.1.4), o comportamento das rubricas de “loteamentos e obras” e “taxa de urbanização”.

Na rubrica **ocupação da via pública**, destaca-se o valor cobrado (79.459,40 €) como forma de compensação por lugares de estacionamento em falta na sequência do alvará de loteamento 1/2007 em nome da entidade GESTELEC. A implantação indevida do edifício da superfície comercial E`Leclerc, no terreno, originou que o cais de descarga situado na extrema sul ocupasse uma parcela de terreno integrada no loteamento do Saldanha Norte. A ocupação indevida desta parcela implicou a eliminação de 24 lugares de estacionamento público.

Na receita outros impostos indiretos estão incluídas receitas como, alvará de licença especial de ruído – espetáculos, certidões, fornecimento de avisos, fornecimento de livro de obra, fotocópias e cópias de processos, horários de funcionamento, inspeções a elevadores, pedido de informação, plantas, taxa de urbanização, vistorias, entre outras.

Relativamente à rubrica de **publicidade** arrecadou-se em 2015 o valor de 3.455,38 €.



O valor registado nesta rubrica é o valor líquido de isenções.

A partir de 2009, o município tem vindo a conceder anualmente isenções das taxas de publicidade aos agentes económicos cujo volume de negócios no ano anterior seja inferior a 250.000 €.

Até 31/12/2013 os interessados pagavam a publicidade no início do ano sendo reembolsados posteriormente aquando da apresentação das declarações fiscais fazendo prova que se enquadravam ou não no limite da isenção.

Neste modelo, as receitas pagas a título de publicidade eram registadas na rubrica **publicidade**, sendo os reembolsos considerados uma despesa orçamental.

O valor da rubrica retratava a receita potencial do município neste domínio, caso não existissem isenções.

A partir do início de 2014, as orientações foram no sentido de os agentes económicos que no ano anterior se situavam no limite da isenção, só efetuarem pagamentos de taxas de publicidade após entrega das declarações fiscais, ou seja após ficarem a conhecer se se enquadravam ou não na isenção.

Como consequência, o valor da receita desceu e respeita unicamente aos não isentos ou aqueles que iniciam a atividade no ano em causa e por isso não tendo antecedentes comprovativos do respetivo volume de negócios.

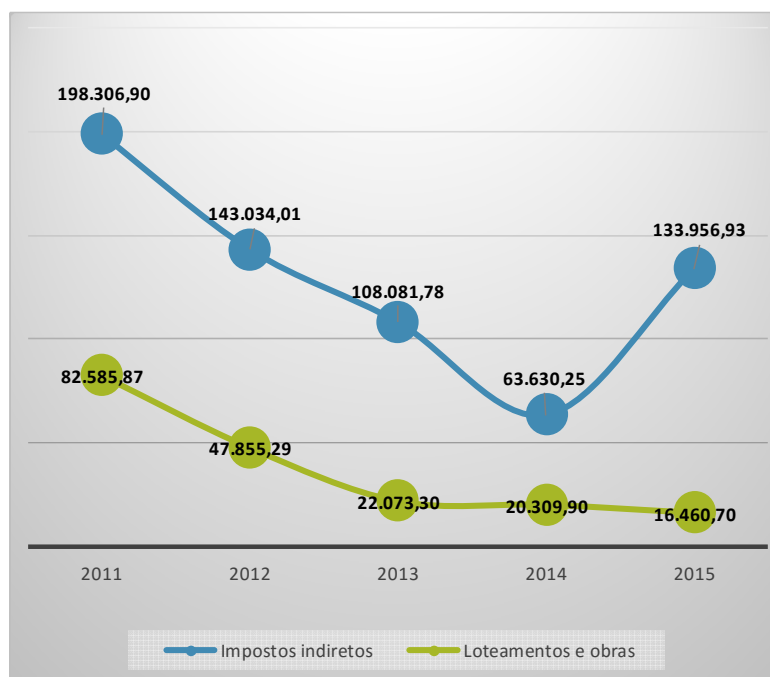
Analisando a evolução da rubrica **02 – Impostos indiretos** no período 2011-2015, conclui-se por um acréscimo face a 2014, registado receitas no valor de 133.956,93 €. Este aumento, como já foi referido anteriormente, deve-se principalmente à rubrica ocupação da via pública.

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2011	2012	2013	2014	2015
Impostos indiretos					
Mercados e feiras	2.768,88	2.764,75	2.275,21	1.983,21	2.054,78
Loteamentos e obras	82.585,87	47.855,29	22.073,30	20.309,90	16.460,70
Ocupação da via pública	30.475,41	34.095,20	33.972,89	22.352,01	97.688,39
Publicidade	53.907,13	45.983,84	34.614,87	4.645,08	3.455,38
Outros	28.569,61	12.334,93	15.145,51	14.340,05	14.297,68
Total impostos indiretos	198.306,90	143.034,01	108.081,78	63.630,25	133.956,93

Muito longe dos valores de anos anteriores está a rubrica **loteamentos** que tem vindo a ter uma tendência decrescente ano após ano.

Com efeito, vem regredindo de modo insustentável, contribuindo para as dificuldades financeiras do município, num quadro ainda recentemente reintroduzido pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais, o qual, mantendo as receitas ligadas ao imobiliário e construção civil como a espinha dorsal da autonomia financeira do poder local, não apontou caminhos alternativos para sustentabilidade financeira autárquica.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Impostos indiretos	198.306,90	143.034,01	108.081,78	63.630,25	133.956,93
Loteamentos e obras	82.585,87	47.855,29	22.073,30	20.309,90	16.460,70



2.3.1.3. Taxas, multas e outras penalidades

Este capítulo engloba os seguintes grupos:

Taxas;

Multas e outras penalidades.

No grupo das **Taxas** incluem-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e dos regulamentos municipais em vigor.

No grupo das **Multas e outras penalidades** englobam-se as receitas provenientes da aplicação de coimas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

A execução orçamental deste capítulo foi de 94,10 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita	
Mercados e feiras	202.442,00	192.980,83	95,33%	70,16%	91,88%
Outras	38.454,00	36.715,63	95,48%	13,35%	
Juros de mora	7.385,00	23.024,33	311,77%	8,37%	
Loteamentos e obras	19.228,00	16.066,29	83,56%	5,84%	
Multas e penalidades diversas	2.832,00	2.388,31	84,33%	0,87%	
Coimas e penalidades por contra-ordenações	6.654,00	1.939,02	29,14%	0,70%	
Ocupação da via pública	1.462,00	1.113,60	76,17%	0,40%	
Juros compensatórios	13.671,00	695,31	5,09%	0,25%	
Caça, uso e porte de arma	183,00	128,99	70,49%	0,05%	
TOTAL DE "TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"	292.311,00	275.052,31	94,10%	100,00%	

Verifica-se que existem 3 rubricas responsáveis por 91,88 % da receita cobrada.

- **Mercados e Feiras** diz respeito à receita cobrada aos feirantes do mercado diário e semanal. Com uma receita cobrada no valor 192.980,83 € atingiu um grau de execução de 95,33 % e representa 70,16 % das receitas cobradas.

- **Juros de mora** dizem respeito principalmente aos juros recebidos por atraso no pagamento, por parte dos contribuintes, dos impostos diretos (IMI, IUC, derrama, IMT).

A receita em **Outras**, compreende:

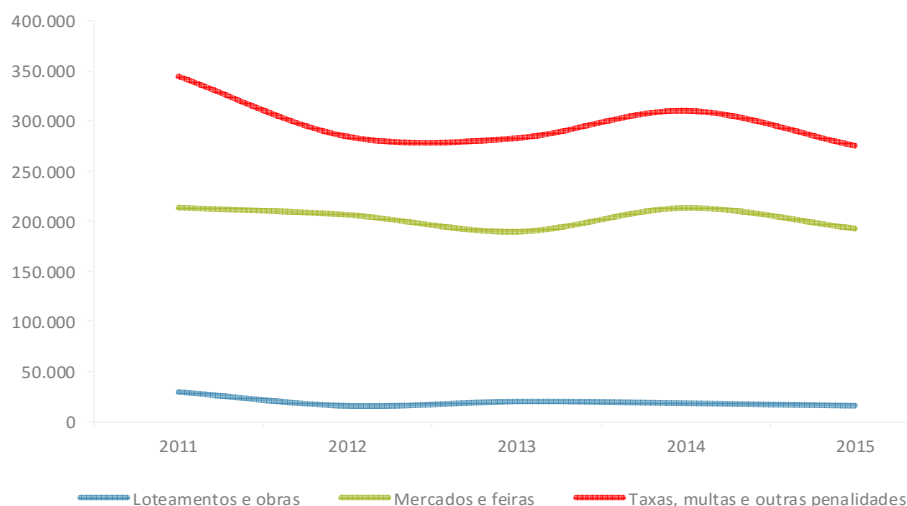
Rubricas	Receita €
Cemitérios	27.248,20
Taxa Urbanística	3.433,17
Certidões	2.074,90
Fotocópia	623,70
Outros	523,72
Plantas topográficas de localização,	450,80
Inspecções periódicas	443,16
Alvará	373,48
Espectáculos - Alvará de licença	367,46
Taxa de Urgência	348,45
Fornecimento de aviso	240,00
Cópia simples de peças desenhadas	199,90
Horários de funcionamento	131,11
Informação nº de polícia	114,73
Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	101,25
Fornecimento de livro de obra	41,60
Total	36.715,63

Evolução da rubrica “04 – Taxas, multas e outras penalidades” no período 2011-2015

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2011	2012	2013	2014	2015
TAXAS					
Mercados e feiras	213.857,17	206.649,51	189.871,44	213.551,44	192.980,83
Loteamentos e obras	30.012,71	15.826,53	20.260,89	18.386,55	16.066,29
Ocupação da via pública	1.653,92	1.848,59	910,50	2.129,45	1.113,60
Caça, uso e porte de arma	267,07	144,62	182,79	142,34	128,99
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	78.800,78	37.381,33	42.334,21	31.571,39	36.715,63
Total "Taxas"	324.591,65	261.850,58	253.559,83	265.781,17	247.005,34
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
Juros de mora	1.361,08	1.767,97	805,62	31.989,47	23.024,33
Juros compensatórios	1.996,22	6.170,16	19.905,65	4.348,99	695,31
Coimas e penalidades por contra-ordenações	8.819,48	7.829,21	5.862,55	5.561,56	1.939,02
Multas e penalidades diversas	7.586,93	6.487,97	2.403,48	2.309,80	2.388,31
Total "Multas e outras penalidades"	19.763,71	22.255,31	28.977,30	44.209,82	28.046,97
Taxas, multas e outras penalidades	344.355,36	284.105,89	282.537,13	309.990,99	275.052,31

Face aos últimos 5 anos, o ano de 2015 registou a receita mais baixa nesta rubrica. Tem-se assistido a uma tendência decrescente nos últimos anos apenas interrompida no ano de 2014.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Taxas, multas e outras penalidades	344.355,36	284.105,89	282.537,13	309.990,99	275.052,31
Mercados e feiras	213.857,17	206.649,51	189.871,44	213.551,44	192.980,83
Loteamentos e obras	30.012,71	15.826,53	20.260,89	18.386,55	16.066,29



Taxas, multas e outras penalidades cujas rubricas historicamente mais significativas são **mercados e feiras** e **loteamentos e obras**, encontra o seu principal suporte na atividade que os particulares desenvolvem nos mercados municipais, porque a atividade relacionada com a indústria da construção civil, conheceu vários reveses ao longo do período, encontrando-se em declínio.

2.3.1.4. Rubricas comuns

Conforme vimos nos pontos anteriores, existem rubricas, cuja natureza é a mesma, independentemente da entidade pagadora, empresas (02) ou particulares (04).

Vejamos os casos de:

- Loteamentos e obras;
- Ocupação da via pública;
- Taxa de urbanização;

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Loteamento e Obras (Impostos Indiretos)	855.676,00	16.460,70	1,92%
Loteamento e Obras (Taxas,)	19.228,00	16.066,29	83,56%
TOTAL "LOTEAMENTOS E OBRAS"	874.904,00	32.526,99	3,72%

Em **loteamentos e obras** o grau de execução (3,72%) ficou aquém do esperado, principalmente na rubrica prevista para a atividade empresarial, cujos desvios já foram explicados anteriormente. Na atividade realizada por particulares atingiu um grau de execução de 83,56 %.

Ocupação da via pública regista as taxas relativas à ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo do domínio público municipal. O acentuado desvio no grupo **impostos indiretos**, resulta da existência de uma fatura emitida a uma empresa de construção relativa a ocupação de via pública e que ainda não foi paga.

Grande parte do valor cobrado, como já foi referido anteriormente, diz respeito à cobrança de uma compensação por lugares de estacionamento em falta à firma GESTLEC.

Quanto à ocupação por particulares, o grau de execução fixou-se em 76,17 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Ocupação da Via Publica (Impostos Indiretos)	202.278,00	97.688,39	48,29%
Ocupação da Via Publica (Taxas,)	1.462,00	1.113,60	76,17%
TOTAL "OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA"	203.740,00	98.801,99	48,49%

A rubrica **taxa de urbanização** fecho o ano apenas com uma receita de 3.433,17 €.

Rubricas	R. cobrada líquida
Taxa de Urbanização - Empresas (Impostos Indiretos)	0,00
Taxa de Urbanização - Particulares (Taxas,)	3.433,17
TOTAL "TAXA DE URBANIZAÇÃO"	3.433,17

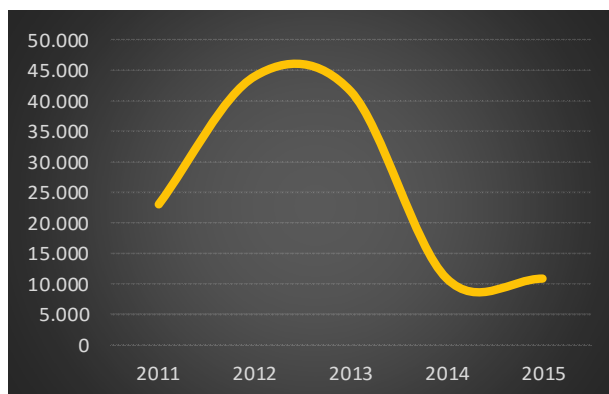
2.3.1.5. Rendimentos de propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita
Terrenos - Rendas	7.917,00	10.909,44	137,80%	100,00%
Juros - Bancos e outras instituições	20.746,00	0,47	0,00%	0,00%
TOTAL DE "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"	28.663,00	10.909,91	38,06%	100,00%

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

ANOS	RECEITA / PROV. (€)
2011	23.095,56
2012	44.091,21
2013	41.581,81
2014	10.952,67
2015	10.909,91



As **Rendas de terrenos** referem-se à receita pela colocação de torres de operadoras de telemóveis (NOS/otimus e MEO/tmn) em terrenos municipais.

A rubrica **Juros** praticamente não teve movimento porque o município não dispôs de excedentes que lhe permitissem efetuar aplicações financeiras, vindo por isso em nítido declínio desde 2012.

2.3.1.6. Transferências correntes

Classificam-se como **transferências correntes** os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

O município recebeu transferências:

- do Orçamento de Estado, ao abrigo do artigo 25º do RFAL;
- de sociedades privadas,
- e ainda a título de **outras transferências**.

Com uma receita de 4.335.252,12 € a rubrica **transferências correntes** teve um grau de execução orçamental de 97,95 %, ficando muito próximo das estimativas orçamentais.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.634.071,00	1.634.071,00	100,00%
Participação fixa no IRS	1.159.852,00	1.159.852,00	100,00%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	100,00%
Privadas	316.691,00	297.678,20	94,00%
Outras	1.040.510,00	968.743,92	93,10%
TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"	4.426.031,00	4.335.252,12	97,95%

A rubrica **Transferências – Privadas** tem origem na sua maior parte na renda paga pela EDP relativamente ao consumo de iluminação pública, no âmbito do contrato de concessão e ainda ao reembolso de seguros de acidentes de trabalho, por parte da companhia de seguros, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor
Renda de IP - EDP	286.556,43
Seguros - reembolsos de despesas	10.331,37
Total	296.887,80

A rubrica “**Outras**” é composta pelas seguintes transferências:

Rubricas	Receita €
Centro de Emprego e Formação Profissional:	
Emprego Apoiado Contrato Emprego - Portadores de deficiência	621,96
Estágios profissionais	2.914,97
Projetos CEI, CEI+, PAC	56.769,77
IEFP - GIP - Gabinete de Inserção Profissional	7.451,00
ANSR - Estacionamento - parte nas contraordenações	141,30
Ministério da Educação:	
DREL - acordo pré-escolar, enriq. curricular, refeições escolares, Conservação do P. Escolar	271.389,88
Transferência de competências (remunerações)	591.428,34
Instituto da Segurança Social	21.205,98
Gabinete Técnico Florestal (Entroncamento/VN Barquinha)	16.820,72
Total	968.743,92

As transferências do Orçamento de Estado (FEF+FSM+IRS) no seu conjunto (correntes + capital) foram dos seguintes montantes:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total
Fundo de Equilíbrio Financeiro				
- Receitas correntes	1.634.071,00	1.634.071,00	100,00%	50,27%
- Receitas de capital	181.563,00	181.563,00	100,00%	5,59%
FEF total	1.815.634,00	1.815.634,00	100,00%	55,86%
Participação fixa no IRS	1.159.852,00	1.159.852,00	100,00%	35,68%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	100,00%	8,46%
TOTAL	3.250.393,00	3.250.393,00	100,00%	100,00%

No que respeita à importância de cada uma destas rubricas no total das transferências, temos:

- FEF, com 55,86%
- Participação fixa no IRS, com 35,68%, e
- Fundo Social Municipal com 8,46%.

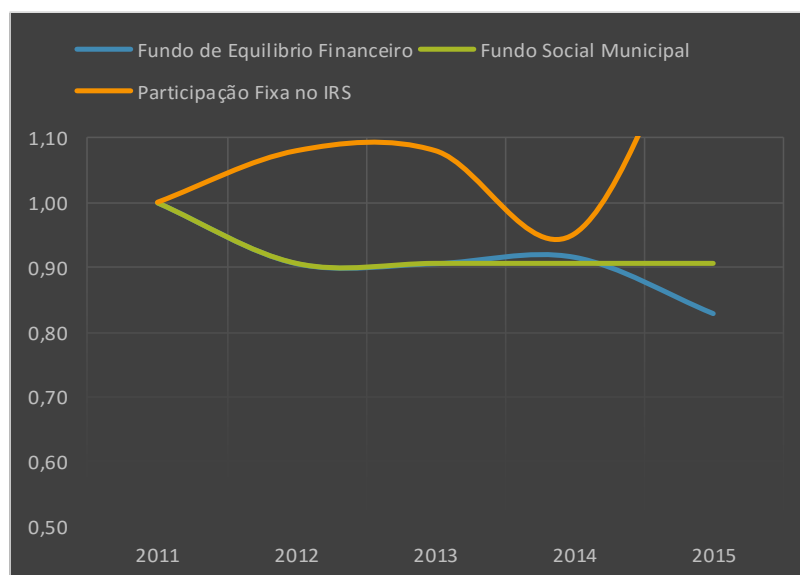
Evolução das transferências do Orçamento de Estado no período 2011-2015:

Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.193.223	1.986.403	1.986.399	2.008.233	1.815.634
Fundo Social Municipal	303.343	274.907	274.907	274.907	274.907
Participação Fixa no IRS	854.280	922.146	922.146	812.472	1.159.852
Total de transferências	3.350.846	3.183.456	3.183.452	3.095.612	3.250.393

Verificou-se uma melhoria face aos últimos 3 anos que permite um maior equilíbrio na gestão financeira do município.

No Fundo Social Municipal tem-se verificado uma estabilização dos valores, enquanto o Fundo Social Municipal e a Participação no IRS têm variado ao longo dos anos, conforme demonstra gráfico abaixo.

Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1,00	0,91	0,91	0,92	0,83
Fundo Social Municipal	1,00	0,91	0,91	0,91	0,91
Participação Fixa no IRS	1,00	1,08	1,08	0,95	1,36



2.3.1.7. Vendas de bens e serviços correntes

Venda de bens e serviços correntes é uma área com algum significado nas receitas do município, tendo representado 24,95 % do total das receitas correntes.

Em 2015, registou receitas no valor de 2.899.230,21 €, o que significa um grau de execução orçamental de 98,51 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total cobrado	
Água	1.275.077,00	1.278.919,53	100,30%	44,11%	84,39%
Saneamento	745.000,00	725.534,19	97,39%	25,03%	
Resíduos sólidos	437.000,00	442.275,76	101,21%	15,25%	
Fornecimento de Refeições Escolares	107.571,00	122.620,48	113,99%	4,23%	
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	95.000,00	85.564,90	90,07%	2,95%	
Serviços desportivos	89.581,00	68.588,76	76,57%	2,37%	
Outras rendas	47.840,00	54.375,64	113,66%	1,88%	
Rendas Habitações	45.356,00	45.914,53	101,23%	1,58%	
Parques de estacionamento	35.602,00	35.251,20	99,01%	1,22%	
Prolongamento de Horários Escolares	27.000,00	21.151,32	78,34%	0,73%	
Produtos acabados e intermédios	4.147,00	7.801,62	188,13%	0,27%	
Serviços culturais	11.866,00	7.612,25	64,15%	0,26%	
Mercados e feiras	3.041,00	2.874,39	94,52%	0,10%	
Ligação de Ramais e Contratos de Água	1.598,00	406,59	25,44%	0,01%	
Outros Serviços	3.255,00	165,45	5,08%	0,01%	
Livros e documentação técnica	91,00	103,75	114,01%	0,00%	
Outras mercadorias	122,00	63,85	52,34%	0,00%	
Fornecimento de Processos de Concursos	1.599,00	6,00	0,38%	0,00%	
Outros Desperdícios, resíduos e refugos	6.310,00	0,00	0,00%	0,00%	
Sucata	4.000,00	0,00	0,00%	0,00%	
Trabalhos por conta de particulares	2.151,00	0,00	0,00%	0,00%	
Total Venda de bens e serviços correntes	2.943.207,00	2.899.230,21	98,51%	100,00%	

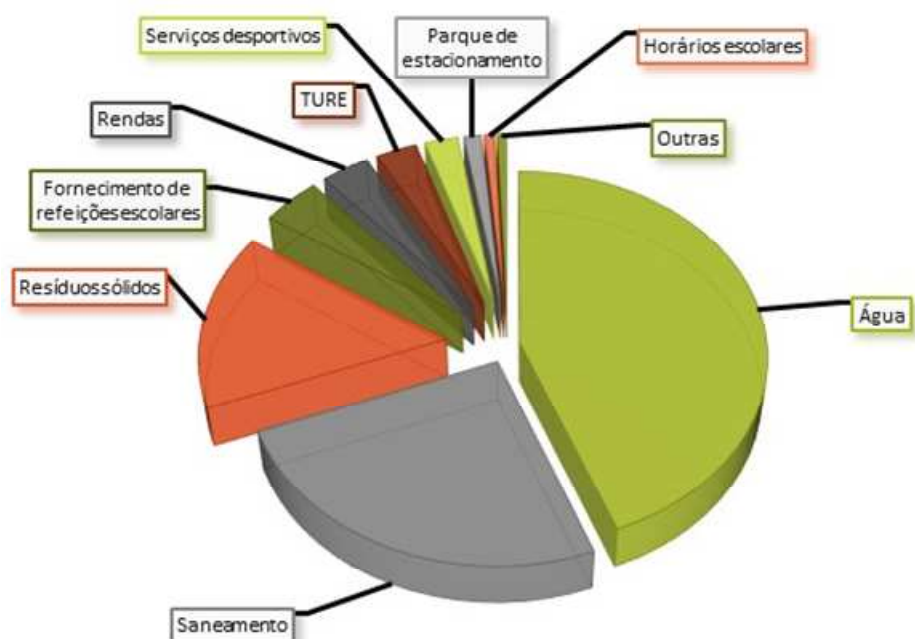
Existem 3 rubricas responsáveis por 84,39 % da receita total das “**vendas de bens e serviços**”, as quais, atingiram a previsão inicialmente feita.

Em termos absolutos, a **venda de água** foi a mais representativa das rubricas com uma receita de 1.278.919,53 €, seguida de **saneamento de águas residuais** com 725.534,19 € e em 3.º lugar gestão de **resíduos sólidos** com 442.275,76 €.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Água	1.275.077,00	1.278.919,53	100,30%
Ligação de ramais e contratos de água	1.598,00	406,59	25,44%
TOTAL DO SETOR "ÁGUAS"	1.276.675,00	1.279.326,12	100,21%
Saneamento	745.000,00	725.534,19	97,39%
Resíduos Sólidos	437.000,00	442.275,76	101,21%
TOTAL "ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS"	2.458.675,00	2.447.136,07	99,53%

Posição das rubricas mais importantes no agrupamento **Venda de bens e serviços correntes**:

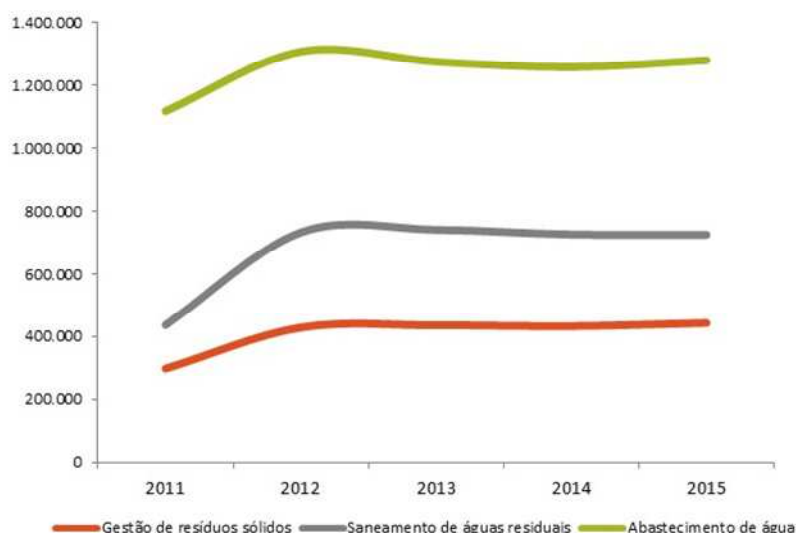
Rubricas	Receita
Água	1.278.919,53
Saneamento	725.534,19
Resíduos sólidos	442.275,76
Fornecimento de refeições escolares	122.620,48
Rendas	100.290,17
TURE	85.564,90
Serviços desportivos	68.588,76
Parque de estacionamento	35.251,20
Horários escolares	21.151,32
Outras	19.033,90
Total	2.899.230,21



Analisa-se de seguida a evolução das 3 áreas mais representativas desta rubrica, ao longo do período 2011 – 2015.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Abastecimento de água	1.118.411,12	1.306.827,39	1.274.260,78	1.257.287,23	1.278.919,53
Saneamento de águas residuais	436.107,50	732.854,93	741.294,46	726.512,85	725.534,19
Gestão de resíduos sólidos	299.292,62	428.213,46	435.120,71	432.377,16	442.275,76

Tendo em conta que os preços em 2015 mantiveram-se inalteráveis face ao ano anterior, o aumento verificado face a 2014 pode ser explicado com a recuperação de dívida de anos anteriores.



Transportes coletivos de pessoas e mercadorias diz respeito à receita cobrada nos transportes urbanos **TURE**. Esta rubrica registou uma receita de 85.564,90 €, o que se traduz num grau de execução de 90,07 %, conforme se infere do quadro inicial.

Este setor foi alvo de uma análise profunda, tendo sido reestruturados os percursos de modo a reduzir o nº de km percorridos, foram reduzidos os horários e foram feitos ajustes nos preços. Estas alterações foram feitas numa tentativa de reduzir os custos com combustíveis e com a manutenção das viaturas.

No setor da educação verifica-se os seguintes valores:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fornecimento de Refeições Escolares	107.571,00	122.620,48	113,99%
Prolongamento de Horários Escolares	27.000,00	21.151,32	78,34%
TOTAL DO SECTOR "ESCOLAS"	134.571,00	143.771,80	106,84%

O grau de execução superou as expetativas em 6,84 %.

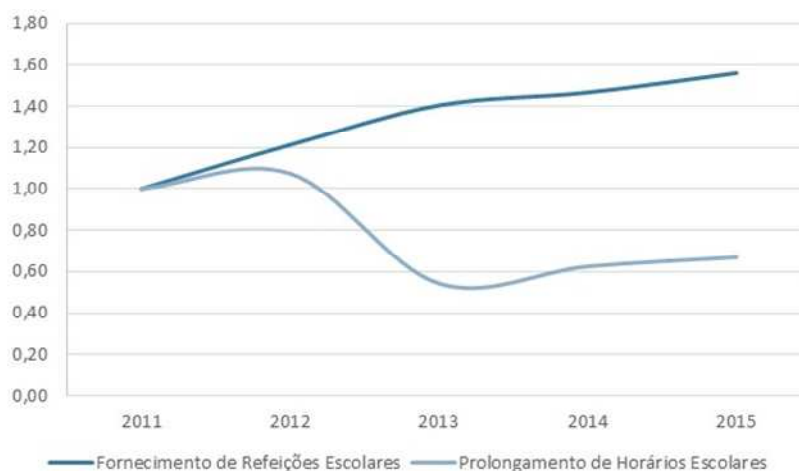
Comparando com os últimos 5 anos temos:

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Fornecimento de Refeições Escolares	78.719,54	95.533,87	110.542,93	115.326,98	122.620,48
Prolongamento de Horários Escolares	31.510,21	33.844,76	17.102,09	19.727,64	21.151,32

De facto, a receita de **fornecimento de refeições escolares** tem vindo a crescer a um ritmo assinalável, devido principalmente ao aumento do número de refeições servidas de tal modo que a receita de 2015 representa 1,56 vezes a arrecadada em 2011.

A receita com os **prolongamentos de horários escolares** apesar de ter registado uma ligeira subida mante-se praticamente ao mesmo nível dos últimos 2 anos.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Fornecimento de Refeições Escolares	1,00	1,21	1,40	1,47	1,56
Prolongamento de Horários Escolares	1,00	1,07	0,54	0,63	0,67



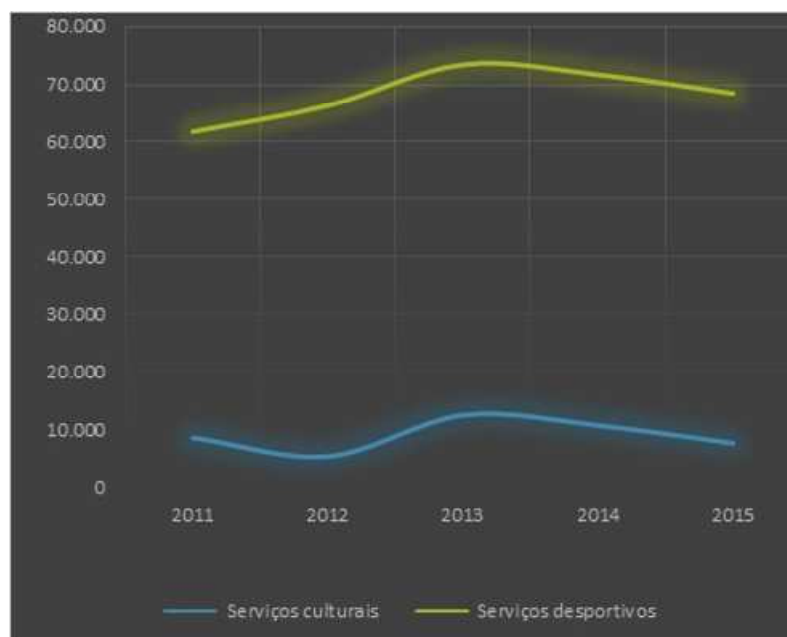
No setor de **desporto, cultura e tempos livres**, a situação foi a seguinte:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Serviços culturais	11.866,00	7.612,25	64,15%
Serviços desportivos	89.581,00	68.588,76	76,57%
TOTAL "CULTURA, DESPORTO E RECREIO"	101.447,00	76.201,01	75,11%

O nível de execução ficou 24,89 % abaixo das previsões, registando uma receita de 76.201,01 €.

A evolução deste tipo de receita face aos últimos 5 anos é a seguinte:

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Serviços culturais	8.581,55	5.305,50	12.540,50	10.747,00	7.612,25
Serviços desportivos	61.933,83	66.475,73	73.503,49	71.781,80	68.588,76



Os **serviços desportivos** dizem respeito à receita que se cobra nas piscinas municipais, pavilhão municipal e campos sintéticos. Analisando a evolução verifica-se que existem ligeiras oscilações mas que os valores mantêm-se praticamente ao mesmo nível.

A rubrica **serviços culturais** diz respeito à receita cobrada nos vários espetáculos culturais. A oscilação dos valores está relacionada com o nº e tipo de espetáculos em cada ano.

A rubrica **rendas** apresenta no global uma receita de 100.290,17 € dividindo-se em:

- Habitação social: 45.914,53
- Outras rendas: 54.375,64

Em **outras rendas** o valor é composto pelas rendas cobradas nos seguintes equipamentos municipais:

- Restaurante do Bonito : 7.542 €
- Café junto aos campos sintéticos: 1.231,44 €
- Café no Centro Cultural: 6.824,44 €
- Café na Praça Salgueiro Maia: 6.243,48 €
- Antigas Piscinas Municipais: 11.124 €
- Stands das Festas da Cidade: 20.530 €
- Outras rendas: 880,28 € (máquinas de vending)

2.3.1.8. Outras receitas

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio.

O desempenho no ano de 2015 foi o seguinte:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Diversas	180.283,00	192.541,37	106,80%
TOTAL "OUTRAS RECEITA CORRENTES"	180.283,00	192.541,37	106,80%

Dos 192.541,37 € cobrados, os valores mais representativos referem-se aos seguintes movimentos:

- Recolha e Tratamento de Efluentes = 74.885,95 €

Refere-se à diferença entre os valores medidos e os valores faturados pela Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo - ALVT).

Como já tinha sido efetuado no ano de 2014, o município, não concordando com a posição das Águas do Centro em faturar com base nos mínimos do contrato, havendo condições para proceder às medições, faturou a diferença entre estes valores e fez encontro de contas com a dívida existente à data.

Este acerto parou em fevereiro de 2015 porque em reunião no início de dezembro foi fechado o acordo em que as ALVT aceitam a argumentação do município em relação à faturação pelos valores efetivamente medidos.

Este acordo implica que as ALVT aceitem as faturas emitidas pelo município no valor total de 433.014,24 € (referente à faturação desde abril de 2013 até fevereiro de 2015) e que façam a emissão de notas de crédito, no valor de 109.932,72 €, para anulação da diferença entre o medido e os mínimos referentes à faturação de março a junho de 2015.

No total a anulação do saneamento cobrado a mais totaliza **542.946,96 €**, deste valor 433.014,24 € foram abatidos à dívida quando o município emitiu as faturas e fez os respetivos encontros de contas, havendo agora o reconhecimento deste movimento pelas ALVT e os restantes 109.932,72 € irão abater na dívida quando as notas de crédito foram contabilizadas, o que irá ocorrer em 2016.

Serão igualmente emitidas notas de crédito para juros de mora referentes às faturas acima indicadas. Estes juros totalizam **22.139,23 €**.

A efetivação deste acordo aguarda validação por parte da ERSAR.

- Compensação de Encargos com Eletricidade = 74.044,09 €

Diz respeito aos custos de energia suportados pelo município referentes às instalações da ETAR principal e da ETAR do Centro de Convívio, as quais, são da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

- Patrocínio - Festas da Cidade do Entroncamento 2015 = 16.297,50 €

Principal donativo das Festas da Cidade dado pela Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA.

- Donativo por parte da entidade Tracopol = 10.000 €

Reconhecimento pelas obras realizadas na Rua Elias Garcia.

- Servidão Administrativa das Águas do Centro = 5.311,20 €

Valor de compensação pelo facto de uma conduta passar por baixo de um terreno municipal.

- Compensação de Encargos com gás = 5.132,89 €

Valor cobrado ao Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento pelo Gás fornecido à Escola Dr. Ruy Andrade. Este valor é referente aos valores de dezembro de 2013 a janeiro de 2015.

2.3.2 Receitas de Capital

As receitas de capital são as que apresentam o maior desvio (52,23 %), tendo-se realizado apenas 47,77 % do previsto.

Rubricas	Receita		Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado -previsto	%	
09 Venda de bens de investimento	261.936,00	49.517,19	-212.418,81	18,90%	-81,10%
10 Transferências de capital	6.395.566,00	2.601.866,95	-3.793.699,05	40,68%	-59,32%
<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	<i>181.563,00</i>	<i>181.563,00</i>	<i>0,00</i>	<i>100,00%</i>	<i>0,00%</i>
<i>Outros</i>	<i>6.214.003,00</i>	<i>2.420.303,95</i>	<i>-3.793.699,05</i>	<i>38,95%</i>	<i>-61,05%</i>
12 Passivos financeiros	693.733,83	682.047,70	-11.686,13	-	-
13 Outras receitas de capital	45.706,00	200.126,94	154.420,94	437,86%	337,86%
Total de receitas de capital	7.396.941,83	3.533.558,78	-3.863.383,05	47,77%	-52,23%

Este desvio deve-se essencialmente às rubricas:

- Vendas de bens de investimento
- Transferências de capital – outras

Passemos à análise pormenorizada destas rubricas.

2.3.2.1 Venda de bens de investimento

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Terrenos	240.957,00	49.394,19	20,50%
Equipamento de transporte	1,00	123,00	12300,00%
Maquinaria e equipamento	20.975,00	0,00	0,00%
Outros	1,00	0,00	0,00%
Equipamento de transporte - Soc. Financeiras	1,00	0,00	0,00%
Maquinaria e equipamento - Soc. Financeiras	1,00	0,00	0,00%
Total "Venda de bens de investimento"	261.936,00	49.517,19	18,90%

De uma dotação previsional de 261.936 € foram cobrados 49.517,19 €, o que significa um grau de execução orçamental de 18,90 %.

O valor registado nesta rubrica refere-se à alienação de parcelas de terreno no cemitério.

O desvio deve-se ao facto de não se ter concretizado a alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m2).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008. No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a faturação emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente a este terreno.

Caso esta situação ficasse resolvida a execução da rubrica “**terrenos**” ficava na ordem dos 95 %.

2.3.2.2 Transferências de capital

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Em particular, dizem respeito às transferências financeiras que têm origem no Orçamento de Estado e às transferências da União Europeia, a título de comparticipação em projetos de investimento apoiados, designadamente pelo FEDER.

2.3.2.2.1. Transferências do Orçamento de Estado

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	181.563,00	181.563,00	100,00%

As “receitas de capital” provenientes do Orçamento de Estado tiveram um grau de execução de 100,00 %, cuja apreciação foi realizada no ponto 2.3.1.6.

2.3.2.2.2. Transferências – FEDER e Cooperação Técnica e Financeira

O município concluiu um conjunto de investimentos ainda dentro do **QREN-Quadro de Referência Estratégica Nacional**. Estes investimentos foram física e financeiramente encerrados em 2015, tendo sido recebidos 2.308.184,09 € ao longo do ano.

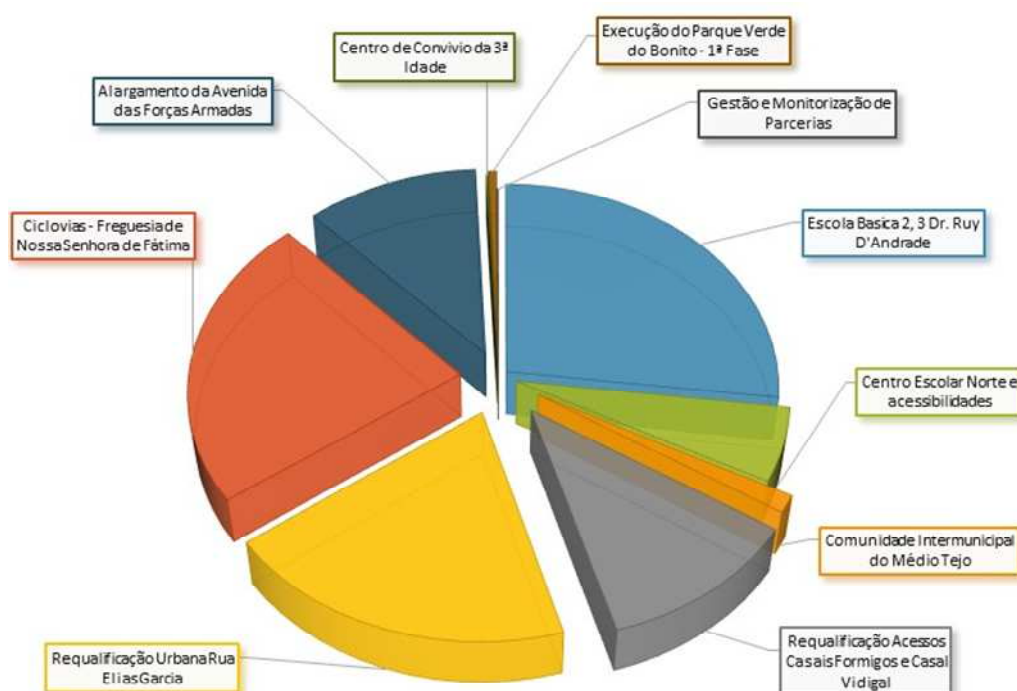
No que respeita a contratos-programa, foi recebida uma comparticipação da Administração Central no valor de 112.119,86 € destinada à **Escola Básica 2,3, Dr. Ruy d’Andrade**.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
FEDER	5.752.706,00	2.308.184,09	40,12%
Cooperação Técnica e Financeira	461.297,00	112.119,86	24,31%
Total	6.214.003,00	2.420.303,95	38,95%

No que se refere a comparticipações FEDER, recebeu verbas para 8 projetos, destacando-se pelas importâncias recebidas a **Escola EB 2,3, Dr. Ruy d'Andrade**, a **Construção do Centro Escolar Norte e acessibilidades** e diversas obras de requalificação urbana conforme quadro seguinte:

FEDER/QREN

Projeto	Comparticipação	%
Escola Basica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade	623.397,60	27,0%
Centro Escolar Norte e acessibilidades	132.918,00	5,8%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	31.104,90	1,3%
Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal	263.784,60	11,4%
Requalificação Urbana Rua Elias Garcia	449.050,54	19,5%
Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	532.671,85	23,1%
Alargamento da Avenida das Forças Armadas	258.554,94	11,2%
Centro de Convívio da 3ª Idade	3.099,71	0,1%
Execução do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase	11.812,00	0,5%
Gestão e Monitorização de Parcerias	1.789,95	0,1%
Total	2.308.184,09	100,0%



2.3.2.3 Passivos financeiros

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Passivos financeiros	693.733,83	682.047,70	98,32%
Total "Passivos financeiros"	693.733,83	682.047,70	98,32%

A receita cobrada em “passivos financeiros” diz respeito a:

- Empréstimo contratado ao Banco Europeu do Investimento para fazer face aos seguintes investimentos:

Escola do Bonito = 145.006,49 €

Ciclovias – Freguesia de N. Sra. Fátima = 35.058,37 €

Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias = 63.668,97 €

O empréstimo totalizou 243.733,83€, tendo sido recebidos até ao final do ano 232.047,70 €, ou seja, ainda falta receber 11.686,13 €

- Empréstimo de Curto Prazo

Este empréstimo foi no valor de 450.000 € e serviu de apoio à tesouraria municipal.

O empréstimo foi totalmente pago no mês de dezembro.

2.3.2.4 Outras receitas de capital

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Outras receitas de capital	45.706,00	200.126,94	437,86%
Total "Outras Receitas de Capital"	45.706,00	200.126,94	437,86%

O valor cobrado nesta rubrica diz respeito ao acionamento da garantia bancária dada pela firma Nogueira & Matias, Lda. O acionamento foi feito para cobrança de uma multa contratual como consequência dos sucessivos atrasos ocorridos na conclusão da Escola Básica do Bonito.

O ponto de situação da garantia bancária da Escola do Bonito é o seguinte:

Millennium BCP – Foram acionados 100 % da garantia bancária, ou seja, 120.008,21 €.

Caixa Geral de Depósitos- Foram acionados 66,76 % da garantia bancária, ou seja, 80.118,73 €.

Falta acionar 39.889,48 €.

2.4 Orçamento da despesa – execução

Vejamos o mapa resumo das despesas, por classificação económica.

Análise mais detalhada, poderá ser encontrada no mapa anexo “Controlo Orçamental – Despesa” (ponto 9.1.2).

2015						
CI	Designação	Despesa		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realizado - orçament.	%	
01	Despesas com o pessoal	5.249.627,00	5.005.663,77	-243.963,23	95,35%	-4,65%
02	Aquisição de bens e serviços	5.216.904,00	4.159.856,06	-1.057.047,94	79,74%	-20,26%
03	Juros e outros encargos	303.838,00	250.844,13	-52.993,87	82,56%	-17,44%
04	Transferências correntes	388.311,00	301.443,59	-86.867,41	77,63%	-22,37%
06	Outras despesas correntes	144.453,00	138.450,91	-6.002,09	95,84%	-4,16%
Total de despesas correntes		11.303.133,00	9.856.258,46	-1.446.874,54	87,20%	-12,80%
07	Aquisição de bens de capital	7.144.277,00	4.016.788,36	-3.127.488,64	56,22%	-43,78%
08	Transferências de capital	39.179,00	9.536,22	-29.642,78	24,34%	-75,66%
09	Ativos Financeiros	70.908,00	70.908,00	0,00	100,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	1.347.440,00	1.332.383,03	-15.056,97	98,88%	-1,12%
Total de despesas de capital		8.601.804,00	5.429.615,61	-3.172.188,39	63,12%	-36,88%
Total de despesas		19.904.937,00	15.285.874,07	-4.619.062,93	76,79%	-23,21%

2014	Total de despesas	21.539.976,00	15.698.662,63	-5.841.313,37	72,88%	-27,12%
-------------	--------------------------	----------------------	----------------------	----------------------	---------------	----------------

Foi prevista em sede de orçamento e posteriormente corrigida através de modificações orçamentais, uma despesa de 19.904.937,00 €, da qual se realizou 15.285.874,07 €, culminando num grau de execução de 76,79% superior em 3,91 pontos percentuais ao verificado no ano anterior.

Face a 2014, assiste-se a uma redução das dotações orçamentais e do realizado, tendo-se este facto traduzido num aumento do grau de execução.

O desvio mais significativo em valor absoluto, aconteceu na rubrica de **aquisição de bens de capital** (3.127.488,64 €), fruto das obras que foram previstas e não chegaram a ser executadas devido ao facto de não terem a respetiva comparticipação financeira assegurada.

Na rubrica de despesas correntes **aquisição de bens e serviços** destaca-se também o diferencial de 1.057.047,94 €.

Quanto à situação dos compromissos, pagamentos e da dívida orçamental que transita, temos:

2015						
Cl	Designação	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Dívida
01	Despesas com o pessoal	5.249.627,00	5.032.431,36	5.028.601,86	5.005.663,77	22.938,09
02	Aquisição de bens e serviços	5.216.904,00	4.821.149,82	4.714.008,18	4.159.856,06	554.152,12
03	Juros e outros encargos	303.838,00	266.392,82	257.520,41	250.844,13	6.676,28
04	Transferências correntes	388.311,00	339.826,60	334.943,30	301.443,59	33.499,71
06	Outras despesas correntes	144.453,00	138.470,58	138.470,58	138.450,91	19,67
Total de despesas correntes		11.303.133,00	10.598.271,18	10.473.544,33	9.856.258,46	617.285,87
07	Aquisição de bens de capital	7.144.277,00	4.391.311,94	4.363.295,61	4.016.788,36	346.507,25
08	Transferências de capital	39.179,00	31.955,78	31.955,78	9.536,22	22.419,56
09	Ativos financeiros	70.908,00	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00
10	Passivos financeiros	1.347.440,00	1.346.156,63	1.346.153,03	1.332.383,03	13.770,00
Total de despesas de capital		8.601.804,00	5.840.332,35	5.812.312,42	5.429.615,61	382.696,81
Total de despesas		19.904.937,00	16.438.603,53	16.285.856,75	15.285.874,07	999.982,68

2014	Total de despesas	21.539.974,00	18.647.280,71	17.787.239,43	15.698.662,63	2.088.576,80
-------------	--------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	--------------

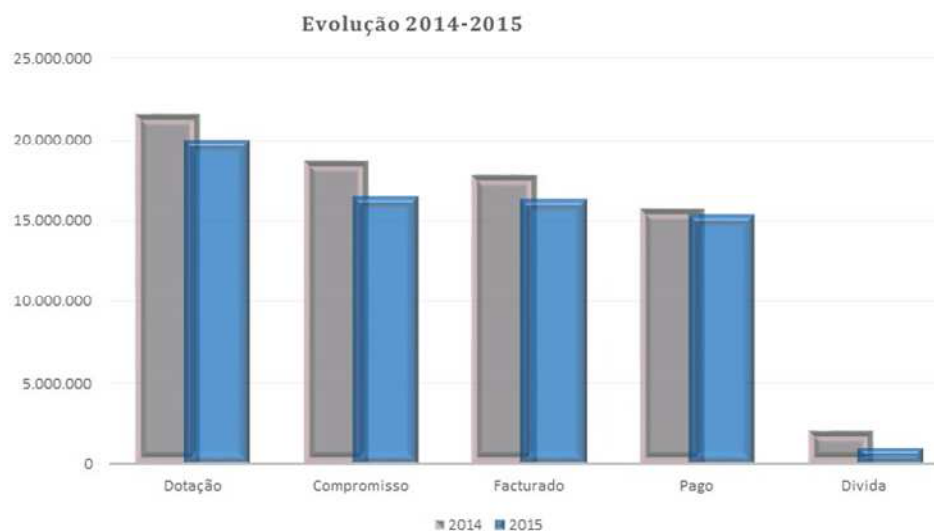
Compromissos

No decorrer do ano de 2015 o Município assumiu compromissos de 16.438.603,53 € dos quais 64,47 % correspondem a despesas correntes e 35,53 % a despesas de capital.

Nas despesas correntes, as rubricas que mais se destacam são **despesas de pessoal e aquisições de bens e serviços**, as quais constituem a base do funcionamento do município.

Os compromissos assumidos foram inferiores aos de 2014, como resultado da política de contenção das despesas tido em conta na elaboração do orçamento, resultando numa redução das dotações em 1.635.037 €

Anos	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Dívida
2015	19.904.937,00	16.438.603,53	16.285.856,75	15.285.874,07	999.982,68
2014	21.539.974,00	18.647.280,71	17.787.239,43	15.698.662,63	2.088.576,80
Diferenças	-1.635.037,00	-2.208.677,18	-1.501.382,68	-412.788,56	-1.088.594,12



Pagamentos

O município efetuou ao longo do ano de 2015 pagamentos no valor de 15.285.874,07 €, sendo 64,48 % referentes a despesas correntes e 35,52 % referentes a despesas de capital.

O valor dos pagamentos foi inferior ao do ano anterior, visto que os compromissos também foram menores.

Dívida orçamental

No final do exercício económico de 2015, o município registava uma dívida orçamental de 999.982,68 € contra 2.088.576,80 € verificados em 2014, o que significa um decréscimo de 1.088.594,12 €.

Evolução da despesa paga no período 2011-2015

A despesa global do município assumiu, neste período, os seguintes valores:

CI	Designação	2011	2012	2013	2014	2015
01	Despesas com o pessoal	4.839.585,86	4.901.332,45	5.583.273,78	5.176.435,04	5.005.663,77
02	Aquisição de bens e serviços	3.941.091,87	4.726.606,90	6.078.954,43	4.572.739,14	4.159.856,06
03	Juros e outros encargos	301.346,33	323.214,87	390.288,22	276.529,91	250.844,13
04	Transferências correntes	188.482,43	321.455,30	563.115,60	338.428,14	301.443,59
06	Outras despesas correntes	129.717,28	126.076,73	226.764,97	117.749,93	138.450,91
Total de despesas correntes		9.400.223,77	10.398.686,25	12.842.397,00	10.481.882,16	9.856.258,46
07	Aquisição de bens de capital	3.548.911,35	6.525.038,74	5.828.121,19	4.154.853,07	4.016.788,36
08	Transferências de capital	64.917,39	30.000,00	93.707,97	0,00	9.536,22
09	Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	70.908,00
10	Passivos financeiros	810.939,91	743.955,84	1.125.779,40	1.061.927,40	1.332.383,03
Total de despesas de capital		4.424.768,65	7.298.994,58	7.047.608,56	5.216.780,47	5.429.615,61
Total de despesas		13.824.992,42	17.697.680,83	19.890.005,56	15.698.662,63	15.285.874,07

Definindo 2011 como o ano base, vejamos a evolução das diversas rubricas:

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com o pessoal	1,00	1,01	1,15	1,07	1,03
Aquisição de bens e serviços	1,00	1,20	1,54	1,16	1,06
Juros e outros encargos	1,00	1,07	1,30	0,92	0,83
Transferências correntes	1,00	1,71	2,99	1,80	1,60
Outras despesas correntes	1,00	0,97	1,75	0,91	1,07
Total de despesas correntes	1,00	1,11	1,37	1,12	1,05
Aquisição de bens de capital	1,00	1,84	1,64	1,17	1,13
Transferências de capital	1,00	0,46	1,44	0,00	0,15
Passivos financeiros	1,00	0,92	1,39	1,31	1,64
Total de despesas de capital	1,00	1,65	1,59	1,18	1,23
Total de despesas	1,00	1,28	1,44	1,14	1,11

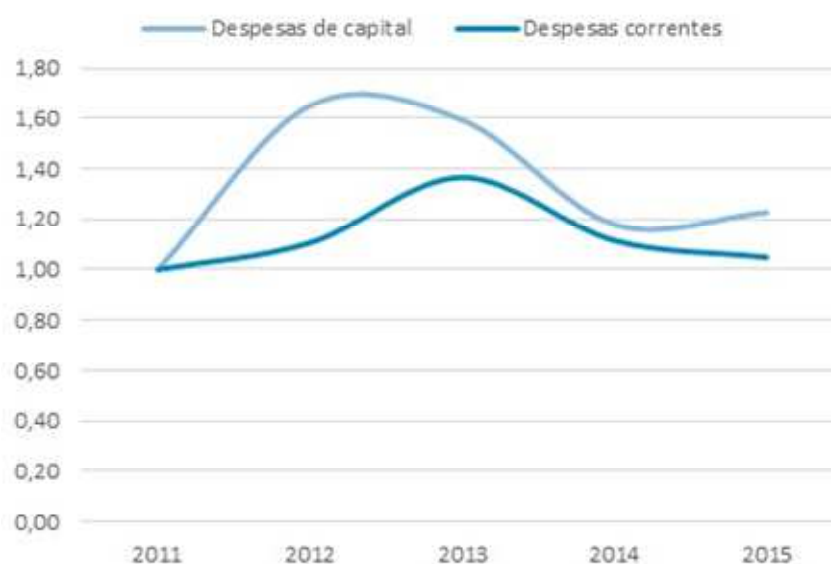
Despesas correntes e despesas de capital

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas correntes	1,00	1,11	1,37	1,12	1,05
Despesas de capital	1,00	1,65	1,59	1,18	1,23

A despesa corrente registou o valor mais baixo desde 2012 e aproximou-se dos valores de 2011, registando apenas um diferencial de 5 % face aos valores desse ano.

Em relação às despesa de capital, devido ao incremento da faturação no âmbito de obras cofinanciadas verificou-se um aumento de 23 % quando comparado com o ano 100.

As despesas de capital, tendo em conta que dependem dos projetos financiados, não apresentam um comportamento uniforme ao longo dos anos, podendo existir alguns picos de despesa consoante o evoluir das obras.



Principais rubricas de “despesas correntes”

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com o pessoal	1,00	1,01	1,15	1,07	1,03
Aquisição de bens e serviços	1,00	1,20	1,54	1,16	1,06
Juros e outros encargos	1,00	1,07	1,30	0,92	0,83
Transferências correntes	1,00	1,71	2,99	1,80	1,60
Outras despesas correntes	1,00	0,97	1,75	0,91	1,07

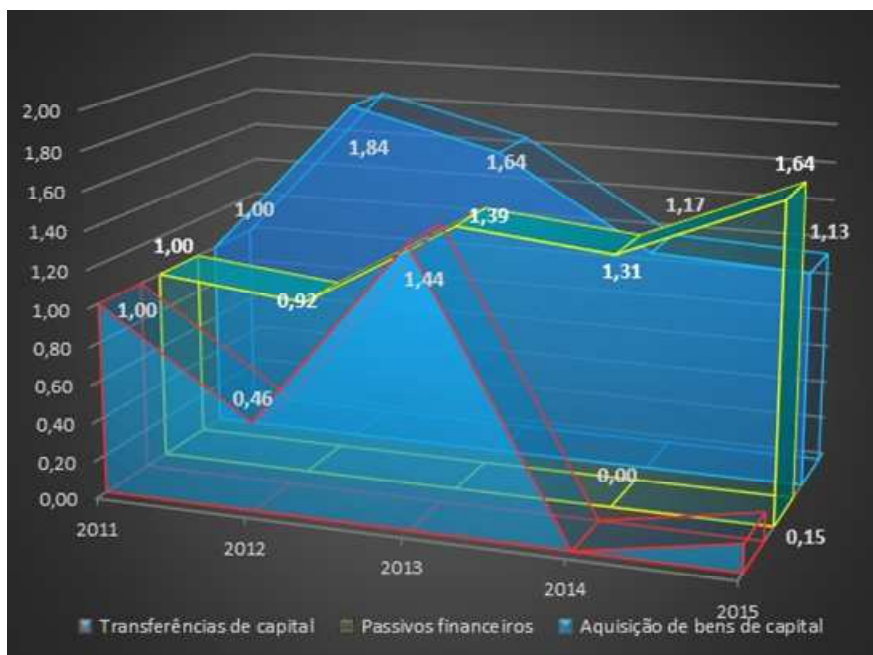
À exceção de **juros e outros encargos** todas as rubricas apresentam acréscimos face ao ano base: despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências correntes, o que significa que os pagamentos efetuados em 2015 foram superiores aos de 2011.

Analisando a curva, conclui-se do impacto do efeito PAEL no ano de 2013, com o maior acréscimo de um modo geral em todas as rubricas, devendo também realçar-se o decréscimo de todas as rubricas (exceto outras despesas correntes) face ao ano de 2014.



Principais rubricas de “despesas de capital”

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Aquisição de bens de capital	1,00	1,84	1,64	1,17	1,13
Transferências de capital	1,00	0,46	1,44	0,00	0,15
Passivos financeiros	1,00	0,92	1,39	1,31	1,64



A rubrica “**passivos financeiros**” traduz os encargos do município com amortizações de empréstimos e depende do cumprimento das condições contratuais estabelecidas.

Em 31/12/2015, estavam contratados empréstimos no valor de 8.900.342,55 €.

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Saldo 31/12	9.293.722,33	8.558.730,51	10.613.511,57	9.552.793,70	8.900.342,55
Evolução	0,00	-734.991,82	2.054.781,06	-1.060.717,87	-652.451,15

Face ao ano anterior a dívida dos empréstimos de médio e longo prazo decresceu em 652.451,15 €, apesar da contratação do empréstimo ao BEI no valor de 243.733,83 €.

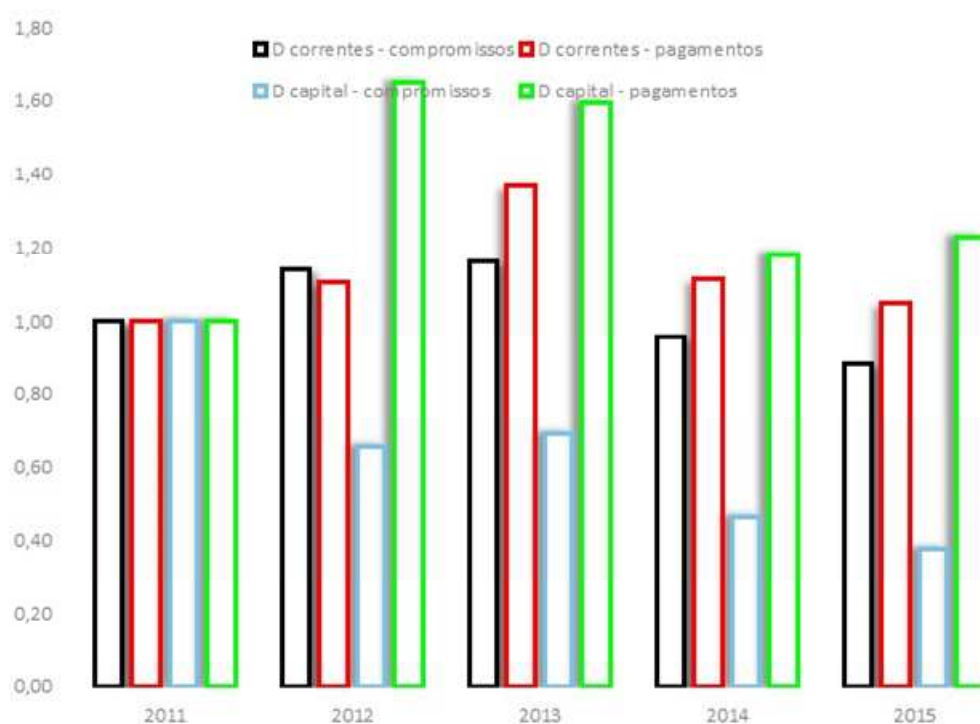
A rubrica “transferências de capital” é utilizada para registar, por exemplo, apoios financeiros a entidades, geralmente associativas, destinados a aquisição de bens de investimento (ex: viaturas, ...).

Não se encontra retratado no quadro acima (pelo facto de apenas ter movimento em 2015) a **rubrica ativos financeiros**, que em 2015 registou uma despesa no valor de 70.908 €.

Este valor diz respeito à participação do município no capital do Fundo Apoio Municipal (FAM). O capital subscrito é no valor de 496.358,86 €, tendo já sido realizados 70.908 € e está em dívida 425.450,86 €. A subscrição do capital é obrigatória tendo sido legislada pela Lei nº 53/2014.

Evolução dos compromissos versus pagamentos

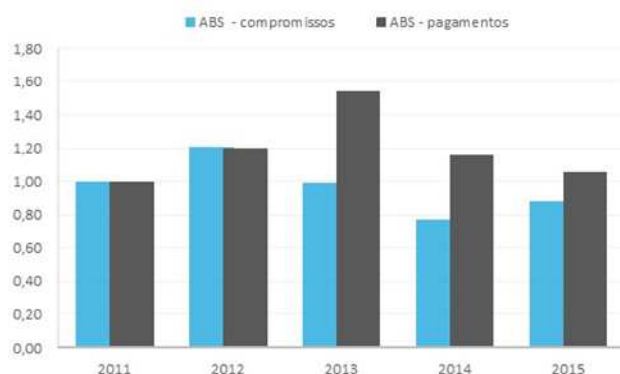
Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
D correntes - compromissos	1,00	1,14	1,16	0,95	0,88
D correntes - pagamentos	1,00	1,11	1,37	1,12	1,05
D capital - compromissos	1,00	0,65	0,69	0,46	0,38
D capital - pagamentos	1,00	1,65	1,59	1,18	1,23



Verifica-se que em 2015 a evolução dos pagamentos foi superior à evolução dos compromissos, situação que demonstra a recuperação financeira do município, contribuindo assim para a redução da dívida.

Evolução dos compromissos versus pagamentos, em aquisição de bens e serviços

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Aquisição de bens e serviços	2011	2012	2013	2014	2015
ABS - compromissos	1,00	1,21	0,99	0,77	0,88
ABS - pagamentos	1,00	1,20	1,54	1,16	1,06
Diferença	0,00	0,01	-0,55	-0,39	-0,18

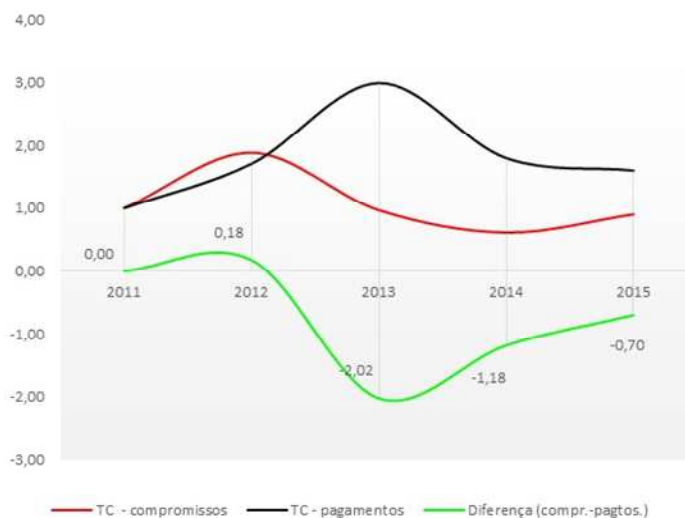


A evolução nesta rubrica vem no mesmo sentido do referido no título anterior, com uma redução do valor dos compromissos e um crescimento dos pagamentos superior ao limiar verificado em 2011.

Evolução dos compromissos versus pagamentos em transferências correntes

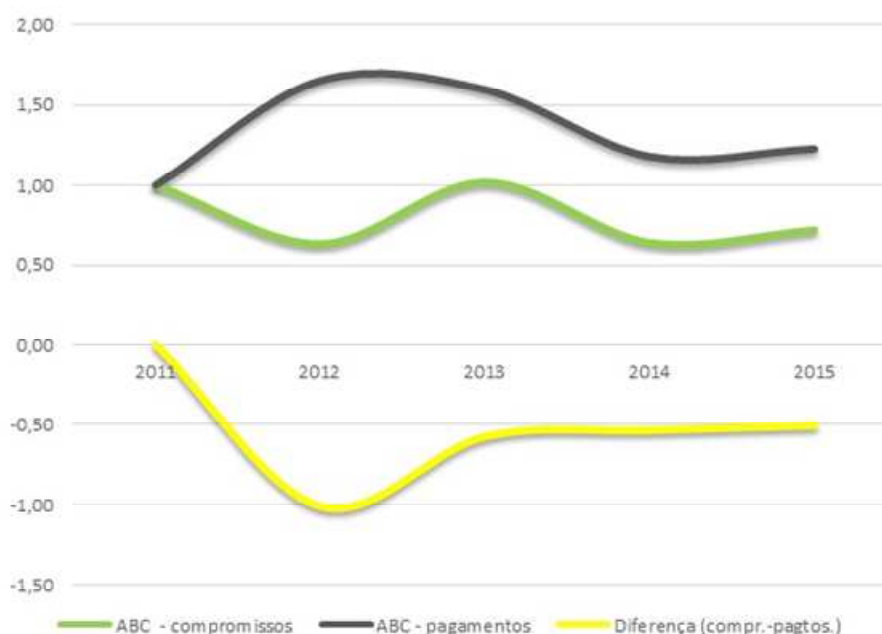
Transferências correntes	2011	2012	2013	2014	2015
TC - compromissos	1,00	1,88	0,97	0,61	0,90
TC - pagamentos	1,00	1,71	2,99	1,80	1,60
Diferença (compr.-pagtos.)	0,00	0,18	-2,02	-1,18	-0,70

Na rubrica transferências correntes o cenário é idêntico, ou seja, os pagamentos são superiores aos compromissos efetuados, embora o diferencial entre os 2 tenha reduzido quando comparado com os últimos anos.



Evolução dos compromissos versus pagamentos, em aquisição de bens de capital

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2011		
Aquisição de bens de capital	2011	2012	2013	2014	2015
ABC - compromissos	1,00	0,64	1,02	0,64	0,72
ABC - pagamentos	1,00	1,65	1,59	1,18	1,23
Diferença (compr.-pagtos.)	0,00	-1,01	-0,58	-0,54	-0,51



A evolução dos compromissos e dos pagamentos na rubrica **aquisições de bens de capital**.

O diferencial entre os compromissos e os pagamentos tem vindo a manter-se ao mesmo nível desde 2013. Este indicador varia consoante a evolução das obras quer física quer financeiramente.

Evolução da dívida orçamental - Dívida por rubricas

CI	Designação	2011	2012	2013	2014	2015
01	Despesas com o pessoal	402.375,77	388.284,18	33.984,67	8.194,15	22.938,09
02	Aquisição de bens e serviços	1.811.654,06	2.229.642,50	817.440,44	813.078,67	554.152,12
03	Juros e outros encargos	31.806,19	125.033,81	6.506,07	36.855,54	6.676,28
04	Transferências correntes	150.545,48	312.668,70	45.122,07	29.919,96	33.499,71
06	Outras despesas correntes	70.135,63	51.932,50	5.771,16	2.405,81	19,67
Total de despesas correntes		2.466.517,13	3.107.561,69	908.824,41	890.454,13	617.285,87
07	Aquisição de bens de capital	2.323.558,45	2.346.107,50	399.747,57	1.198.122,67	346.507,25
08	Transferências de capital	41.957,97	70.957,97	0,00	0,00	22.419,56
10	Passivos financeiros	8.988,42	0,00	0,00	0,00	13.770,00
Total de despesas de capital		2.374.504,84	2.417.065,47	399.747,57	1.198.122,67	382.696,81
Total de despesas		4.841.021,97	5.524.627,16	1.308.571,98	2.088.576,80	999.982,68

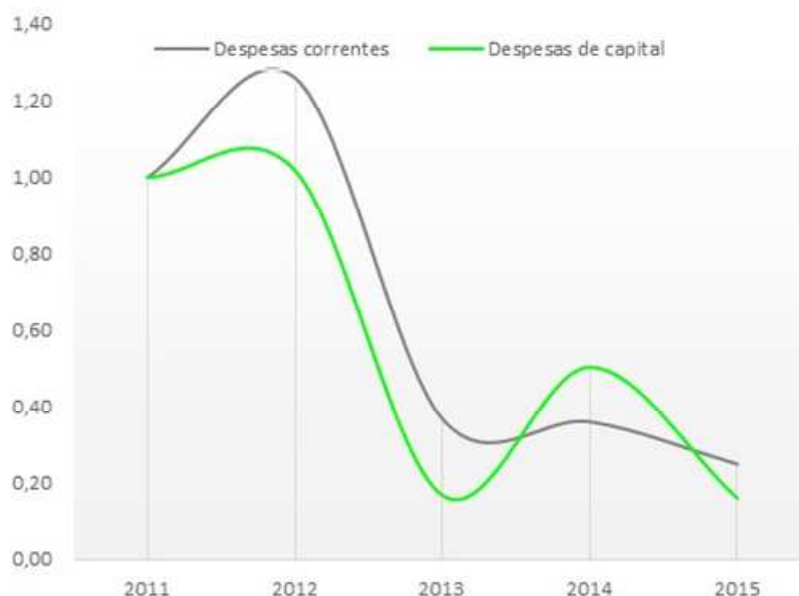
Dívida	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas correntes	1,00	1,26	0,37	0,36	0,25
Despesas de capital	1,00	1,02	0,17	0,50	0,16

A evolução da dívida orçamental é caracterizada por uma tendência de crescimento no período de 2011 a 2012 e por uma quebra bastante significativa no ano de 2013, ocasionada pelos pagamentos ao abrigo do PAEL.

Conforme referido antes, a dívida a fornecedores correntes registou um decréscimo assinalável, de tal modo que as dívidas de **correntes** representavam 25% do valor de 2011.

Nas despesas de capital, assistiu-se também a uma redução motivada pela conclusão financeira de todas as obras comparticipadas.

Esta dívida representa 16% do valor de 2011.



2.4.1. Despesas correntes

Esta área da despesa foi dotada com 11.303.133,00 €.

No decorrer do exercício foram feitos pagamentos no valor de 9.856.258,46 €, o que representa um grau de execução de 87,20 % (vd. mapa do ponto 2.4.).

Vejamos o comportamento das principais componentes:

2.4.1.1 Pessoal

CI	Designação	Despesa do ano		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
01	Despesas com o pessoal	5.249.627,00	5.005.663,77	-243.963,23	95,35%	-4,65%

As despesas com o pessoal, com um grau de execução orçamental de 95,35 %, ficaram abaixo do previsto em 4,65 %.

Em 2015 foram efetuados pagamentos no valor de 5.005.663,77 €.

Designação	Compromisso	Pago	Dívida
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	140.073,79	140.073,79	0,00
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2.825.208,72	2.825.208,72	0,00
Pessoal contratado a termo	0,00	0,00	0,00
Pessoal em regime de tarefa ou avença	47.502,72	47.502,72	0,00
Pessoal aguardando aposentação	0,00	0,00	0,00
Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,00	0,00
Representação	29.531,98	29.250,23	0,00
Subsídio de refeição	293.094,64	293.094,64	0,00
Subsídio de férias e de Natal	506.079,10	506.079,10	0,00
Total de "remunerações certas e permanentes"	3.841.490,95	3.841.209,20	0,00
Horas extraordinárias	2.022,23	2.022,23	0,00
Ajudas de custo	863,05	863,05	0,00
Abono para falhas	23.755,78	23.755,78	0,00
Subsídio de trabalho nocturno	0,00	0,00	0,00
Subsídio de turno	53.503,51	53.503,51	0,00
Outros suplementos e prémios	20.742,92	12.774,48	4.515,71
Outros abonos em numerário ou espécie	23.196,70	23.196,70	0,00
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	124.084,19	116.115,75	4.515,71
Encargos com a saúde	157.677,31	139.254,93	18.422,38
Outros encargos com a saúde	28.539,04	28.539,04	0,00
Subsídio familiar a criança e jovens	16.708,94	16.708,94	0,00
Outras prestações familiares	7.009,20	7.009,20	0,00
Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	0,00	0,00
Seg. Social - Caixa Geral de Aposentações	537.413,56	537.413,56	0,00
Seg. Social - Regime Geral	81.952,61	81.952,61	0,00
Segurança social - Regime geral	213.130,36	213.130,36	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Outras pensões	0,00	0,00	0,00
Seguros	24.425,20	24.330,18	0,00
Total	5.032.431,36	5.005.663,77	22.938,09

O município assumiu compromissos no valor de 5.032.431,36 €, tendo pago 5.005.663,77 €, estando por isso em dívida 22.938,09 €, dos quais 18.422,38 € se referem a dívida à ADSE, a pagar oportunamente.

Evolução 2014 – 2015:

Comparando com o ano anterior, em 2015 o município suportou menos 3,30 % de encargos com o pessoal.

Designação	2014	2015	Variação
Despesas com o pessoal	5.176.435,04	5.005.663,77	-3,30%

Designação	2014	2015	Variação
Remunerações certas e permanentes	3.939.571,30	3.841.209,20	-2,50%
Abonos variáveis ou eventuais	111.206,22	116.115,75	4,41%
Segurança Social	1.125.657,52	1.048.338,82	-6,87%



Das 3 principais rubricas, as duas mais significativas em valor absoluto, revelaram decréscimos face ao último ano, tendo a terceira (abonos variáveis) registado um aumento de 4,41 % o que em valor absoluto não é muito relevante no conjunto da rubrica 01.

Analisando mais pormenorizadamente as subrubricas em que se decompõem as 3 áreas citadas, temos:

Designação	2014	2015	Variação
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	152.552,93	140.073,79	-8,18%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2.852.005,05	2.825.208,72	-0,94%
Pessoal contratado a termo	28.922,58	0,00	-100,00%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	46.871,60	47.502,72	1,35%
Representação	34.009,03	29.250,23	-13,99%
Subsídio de refeição	299.011,02	293.094,64	-1,98%
Subsídio de férias e de Natal	526.199,09	506.079,10	-3,82%
Total de "remunerações certas e permanentes"	3.939.571,30	3.841.209,20	-2,50%
Horas extraordinárias	7.458,81	2.022,23	-72,89%
Ajudas de custo	1.277,32	863,05	-32,43%
Abono para falhas	20.930,82	23.755,78	13,50%
Subsídio de turno	26.691,79	53.503,51	100,45%
Outros suplementos e prémios	25.205,56	12.774,48	-49,32%
Outros abonos em numerário ou espécie	29.641,92	23.196,70	-21,74%
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	111.206,22	116.115,75	4,41%
Encargos com a saúde	182.416,48	139.254,93	-23,66%
Outros encargos com a saúde	23.288,94	28.539,04	22,54%
Subsídio familiar a criança e jovens	13.355,12	16.708,94	25,11%
Outras prestações familiares	6.791,14	7.009,20	3,21%
Seg. Social - Caixa Geral de Aposentações	564.231,71	537.413,56	-4,75%
Seg. Social - Regime Geral	87.162,58	81.952,61	-5,98%
Segurança social - Regime geral	217.104,64	213.130,36	-1,83%
Seguros	31.306,91	24.330,18	-22,28%
Total "Segurança Social"	1.125.657,52	1.048.338,82	-6,87%
Total	5.176.435,04	5.005.663,77	-3,30%

No que se refere a **remunerações certas e permanentes**, assistiu-se a um decréscimo de 2,50%, que passaram de 3.939.571,30 € para 3.841.209,20 €, ou seja, menos 98.362,10 €.

De salientar o saldo nulo da rubrica **pessoal contratado a termo** pelo facto do município ter todos os seus funcionários no regime de contrato individual de trabalho sem termo.

No grupo **abonos variáveis ou eventuais** assistiu-se a um acréscimo de 4,41% resultante do aumento verificado no subsídio de turno (+ 26.811,72 €), por sua vez as horas extraordinárias reduziram em 72,89 %.

No que se refere ao grupo **Segurança Social** verifica-se uma redução global de 6,87 %, destacando-se:

- decréscimo de 23,66 % na subrubrica **encargos com a saúde**. Engloba o pagamento feito ao Serviço Nacional de Saúde (94.155,81 € - valor imposto pelo art.º 54 do OE de 2015), e pelos encargos com a ADSE;
- a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social registaram uma redução de 36.002,40 € face ao ano anterior.

2.4.1.2 Aquisição de bens e serviços

Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer ainda com a aquisição de serviços.

É neste âmbito que se encontra a quase totalidade dos fornecedores correntes da autarquia, habitualmente em grande número e responsáveis por fornecimentos de valores não muito elevados, em contraponto com os fornecedores de imobilizado/investimento, normalmente em reduzido número e com faturas elevadas.

CI	Designação	Despesa 2015		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
02	Aquisição de bens e serviços	5.216.904,00	4.159.856,06	-1.057.047,94	79,74%	-20,26%

Nesta rubrica o município fez pagamentos de 4.159.856,06 €, o que se traduziu num grau de execução de 79,74 % e consequentemente num desvio de 20,26 %.

Este grupo agrega as denominadas “despesas gerais de funcionamento” que se apresentam no quadro seguinte:

Prestação de Contas – Relatório de Gestão 2015

Designação	Compromisso	Pago	Dívida
Gasolina	6.249,28	4.346,08	1.619,68
Gasóleo	150.614,01	124.300,30	16.170,46
Gás	135.730,44	120.895,40	12.402,65
Outros combustíveis e lubrificantes	12.209,73	9.674,47	2.497,15
Limpeza e higiene	29.437,99	21.645,19	6.978,28
Alimentação-Refeições confeccionadas	255.162,45	186.533,33	59.147,02
Vestuário e artigos pessoais	6.411,97	3.707,91	2.453,02
Material de escritório	13.763,71	9.602,65	3.723,96
Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	0,00	0,00
Material de consumo clínico	0,00	0,00	0,00
Material de transporte-Peças	30.343,87	23.648,21	6.660,30
Outro material-Peças	14.336,62	11.829,42	1.852,20
Prémios, condecorações e ofertas	50.629,97	33.366,98	17.219,99
Água	1.153.877,11	1.153.877,11	0,00
Electricidade	370.397,95	362.431,47	5.298,21
Ferramentas e utensílios	2.319,10	1.544,45	774,65
Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00
Material de educação, cultura e recreio	0,00	0,00	0,00
Outros bens	162.840,65	124.719,67	31.330,66
Total de “aquisição de bens”	2.394.324,85	2.192.122,64	168.128,23
Encargos das instalações	462.255,25	380.854,95	72.149,90
Limpeza e higiene	0,00	0,00	0,00
Conservação de bens	464,82	0,00	464,82
Locação de edifícios	27.552,00	27.552,00	0,00
Locação de material de informática	0,00	0,00	0,00
Locação de material de transporte	0,00	0,00	0,00
Locação de outros bens	0,00	0,00	0,00
Comunicações	109.146,61	91.101,02	11.280,98
Transportes	7.206,59	6.015,99	127,30
Representação dos serviços	868,55	868,55	0,00
Seguros	59.682,72	58.149,15	0,00
Deslocações e estadas	3.344,61	3.344,61	0,00
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	58.858,50	19.446,00	22.129,74
Formação	3.067,17	2.760,03	307,14
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	0,00
Publicidade	6.528,91	4.311,91	1.771,20
Vigilância e segurança	94.563,64	87.004,90	7.557,74
Assistência técnica	23.310,64	17.983,47	4.695,31
Outros trabalhos especializados	183.131,93	154.885,90	20.610,20
Serviços de saúde	9.161,67	7.070,43	2.091,24
Encargos de cobrança de receitas	93.290,66	93.290,66	0,00
Outros serviços	1.284.390,70	1.013.093,85	242.838,32
Total de “aquisição de serviços”	2.426.824,97	1.967.733,42	386.023,89
Total bens + serviços	4.821.149,82	4.159.856,06	554.152,12

Conteúdo das principais rubricas

Água – diz respeito ao valor pago às Águas de Lisboa e Vale do Tejo pela aquisição de água que é distribuída aos munícipes.

Eletricidade – trata-se dos encargos com a iluminação pública pagos ao longo do ano de 2015.

Encargo das instalações – refere-se à energia elétrica consumida nas instalações municipais.

Alimentação – Refeições confeccionadas – Encargos suportados pelo município com alimentação de crianças das escolas.

Publicidade – regista a publicação de avisos e anúncios no Diário da República e em outros jornais, mas também encargos com divulgação cultural (folhetos, panfletos, desdobráveis, cartazes, etc.).

Seguros – referentes a edifícios, instalações, viaturas. Não incluem seguros de Acidentes de Trabalho, que se classificam nas rubricas de custos com o pessoal.

Limpeza e higiene – diz respeito à aquisição de materiais de limpeza para as diversas instalações municipais.

Quanto às rubricas de “**Outros**”:

Em “**Outros bens**” incluem-se todas as despesas relativas a bens que não se enquadram em qualquer uma das restantes. Por exemplo: peças para máquinas e equipamentos, tintas, produtos químicos, azulejos, verniz, lixas, etc.

“**Outros serviços**” - inclui, por definição, todas as despesas relativas a serviços que não se enquadram nas restantes rubricas.

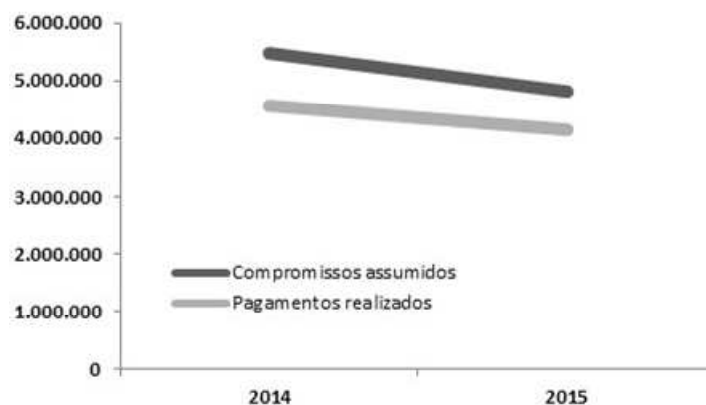
Do valor pago (1.013.093,85 €) destaca-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saneamento	352.737,65
Resíduos Sólidos e Urbanos	302.201,44
Centro de emprego	123.761,80
Festas da cidade	73.576,94
Serviço de cópias	21.672,20
Atividades culturais	21.123,71
Arranjo viaturas	12.067,12
Recolha de resíduos	5.584,56
Total	912.725,42
% no pago	90,09%

Analisando o grupo **aquisição de bens e serviços** verificamos que existe um sinal positivo no que respeita a este grupo, visto que os compromissos reduziram face ao ano anterior, o que traduz uma diminuição das responsabilidades financeiras do município perante terceiros.

Aquisição de bens e serviços	2014	2015	Variação
Compromissos assumidos	5.480.918,25	4.821.149,82	-12,04%
Pagamentos realizados	4.572.739,14	4.159.856,06	-9,03%

Por sua vez os pagamentos também foram menores registando uma redução de 9,03 % face ao ano anterior.



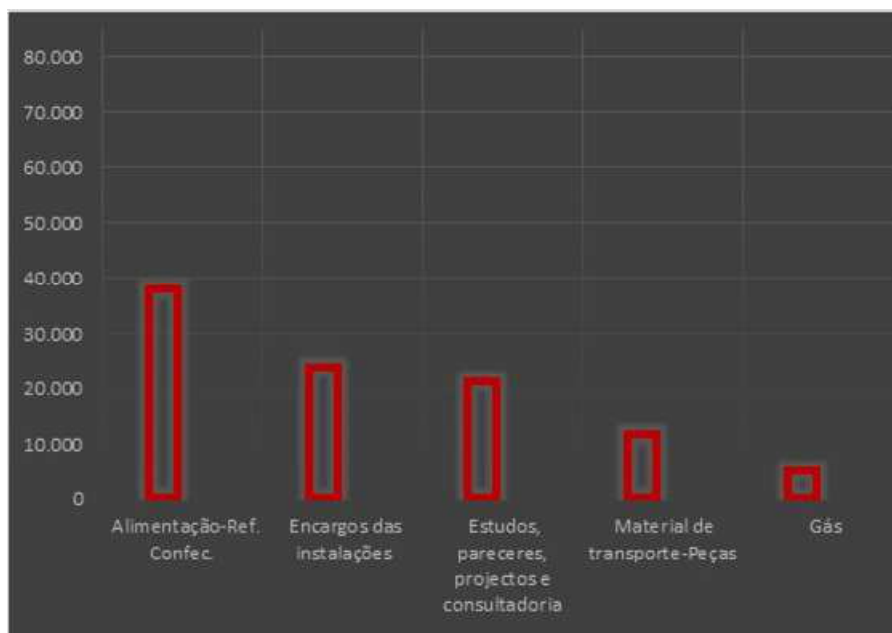
Importância das principais rubricas de bens e serviços, segundo o valor dos compromissos assumidos:

Designação	2015	Peso no total
Água	1.153.877,11	23,93%
Electricidade	370.397,95	7,68%
Alimentação-Refeições confeccionadas	255.162,45	5,29%
Gasóleo	150.614,01	3,12%
Outros bens	162.840,65	3,38%
Outros serviços	1.284.390,70	26,64%
Encargos das instalações	462.255,25	9,59%
Outros trabalhos especializados	183.131,93	3,80%
Vigilância e segurança	94.563,64	1,96%
Comunicações	109.146,61	2,26%
Sub-total	4.226.380,30	87,66%
Restantes bens e serviços	594.769,52	12,34%
Total de aquisição de bens	4.821.149,82	100,00%

Vejamos de seguida os principais aumentos e as principais reduções nos compromissos assumidos pelo município neste âmbito:

Principais aumentos nos compromissos assumidos:

Designação	2014	2015	Aumento	Variação
Alimentação-Refeições confeccionadas	217.138,58	255.162,45	38.023,87	17,51%
Encargos das instalações	438.263,04	462.255,25	23.992,21	5,47%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	37.471,70	58.858,50	21.386,80	57,07%
Material de transporte-Peças	18.491,55	30.343,87	11.852,32	64,10%
Gás	130.745,31	135.730,44	4.985,13	3,81%
Formação	920,43	3.067,17	2.146,74	233,23%



O principal aumento verificou-se na rubrica **Alimentação e Refeições confeccionadas**, ou seja, fornecimento das refeições escolares. O aumento está relacionado com o aumento das refeições servidas, motivado principalmente com a abertura da Escola do Bonito.

A abertura desta nova instalação fez com que deixe de ser necessário haver 2 tipos de horário no ensino básico (período da manhã e da tarde) fazendo com que mais alunos almocem na escola.

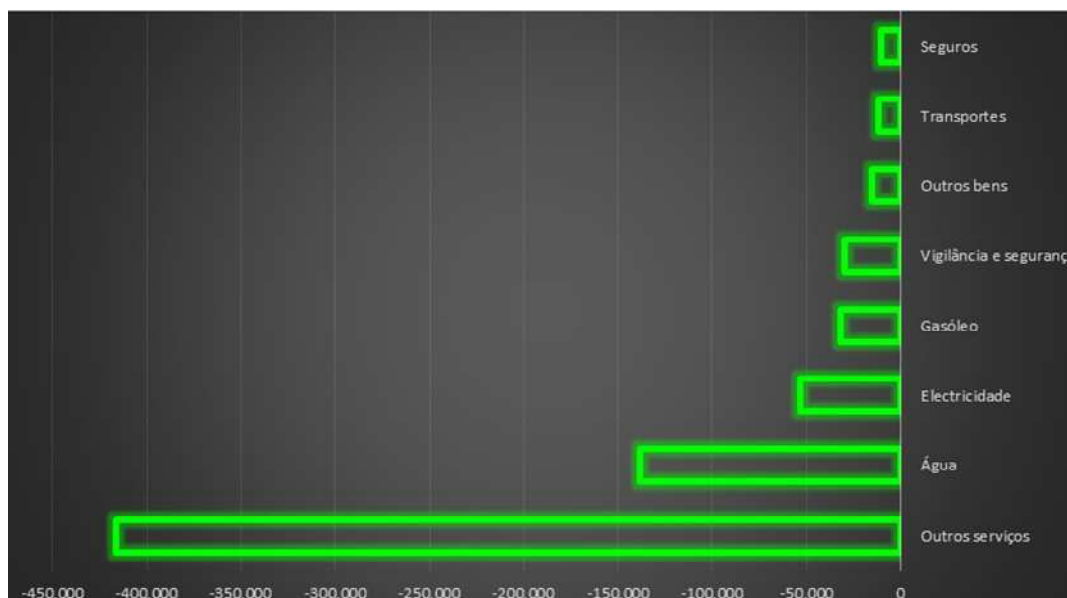
“Encargos das instalações” refere-se ao custo da eletricidade nos edifícios municipais.

Registou um aumento de 23.992,21 € motivado em parte pelo aumento anual de 2,5 % nas tarifas de eletricidade.

“Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” registou um aumento de 21.386,80 € devido à contratação de uma empresa de consultadoria para elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) pelo valor de 23.985 €.

Principais diminuições de compromissos assumidos:

Designação	2014	2015	Diminuição	Variação
Outros serviços	1.700.820,06	1.284.390,70	-416.429,36	-24,48%
Água	1.292.001,74	1.153.877,11	-138.124,63	-10,69%
Electricidade	423.347,36	370.397,95	-52.949,41	-12,51%
Gasóleo	182.090,28	150.614,01	-31.476,27	-17,29%
Vigilância e segurança	124.111,94	94.563,64	-29.548,30	-23,81%
Outros bens	178.302,24	162.840,65	-15.461,59	-8,67%
Transportes	18.807,50	7.206,59	-11.600,91	-61,68%
Seguros	70.348,89	59.682,72	-10.666,17	-15,16%



As principais reduções ocorreram nas rubricas “**outros serviços**” e “**Água**”. A primeira está motivada pelo facto de a partir de julho a faturação do saneamento ser feita pelos valores efetivamente medidos e não com base nos valores mínimos estipulados no contrato, o segundo está relacionado com a redução das tarifas cobradas pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo a partir do mês de julho e pela redução dos consumos.

A rubrica “**eletricidade**” refere-se aos consumos de iluminação pública (diferente de encargos com instalações). Esta redução resulta não de uma redução dos consumos, mas sim de uma redução dos compromissos assumidos e não pagos que transitam de um ano para o outro.

A redução registada na rubrica “**Gasóleo**” resulta em grande parte da reestruturação das linhas dos TURE, fazendo com que os autocarros façam menos quilómetros.

De referir também a rubrica “**vigilância e segurança**” que registou uma redução de 29.548,30 €. Esta redução resulta das alterações feitas no parque de estacionamento subterrâneo, ou seja, o parque deixou de ter vigilância humana para passar a ter vigilância eletrónica complementada com presença física de um funcionário da CME.

O custo mensal passou de 5.594,66 € para 981,54 €. Estas alterações ocorreram a partir do mês de outubro.

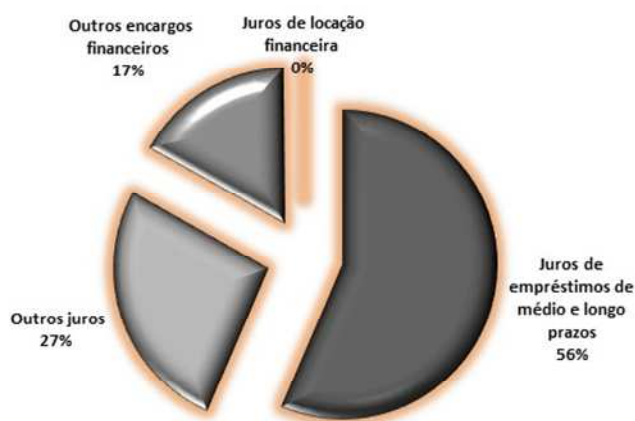
O ganho anual com estas alterações situa-se na ordem dos 55.000 €.

2.4.1.3 Juros e outros encargos

Durante o ano de 2015 foram efetuados pagamentos de juros e outros encargos financeiros no valor de 250.844,13 €, existindo em dívida 6.679,28 € cujo pagamento irá ocorrer no mês de janeiro de 2016.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Juros de empréstimos de médio e longo prazos	165.005,00	150.404,89	143.753,80	2.917,14
Outros juros	85.930,00	71.007,20	66.979,66	2.240,85
Outros encargos financeiros	49.500,00	44.540,96	39.676,23	1.518,29
Juros de locação financeira	1.403,00	439,77	434,44	0,00
Empréstimos de curto prazo	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Total de "Juros e outros encargos"	303.838,00	266.392,82	250.844,13	6.676,28

Os compromissos assumidos tiveram a seguinte repartição:



Relativamente à evolução dos compromissos e dos pagamentos nos anos de 2014 e 2015, foi a seguinte:

Designação	2014	2015	Variação
Compromissos	317.273,24	266.392,82	-16,04%
Pagamentos	276.529,91	250.844,13	-9,29%



Análise mais detalhada:

“Juros de empréstimos bancários de médio e longo prazo” – refere-se aos juros suportados com empréstimos contratados, tendo-se pago 143.753,80 €. (vd. a este respeito o ponto “8.3.6.1 - mapa dos empréstimos”)

Relativamente ao ano anterior, pagou-se menos 16,88 % de juros com empréstimos, ou seja, menos 29.194,58 €.

Designação	2014	2015	Variação
Juros de empréstimos de médio e longo prazos	172.948,38	143.753,80	-16,88%

“Outros juros” – diz respeito a juros debitados por fornecedores. Verificou-se um acréscimo de 42,97 %, ou seja, 20.131,60 €

Designação	2014	2015	Variação
Outros juros	46.848,06	66.979,66	42,97%

“Juros de locação financeira” – Dizem respeito a juros referentes a contratos de locação financeira, tendo sido pagos 434,44 €, ou seja, menos 76,91 % do que no ano anterior.

Designação	2014	2015	Variação
Juros de locação financeira	1.881,43	434,44	-76,91%

No final de 2015 apenas existiam os seguintes contratos de locação financeira em divida:
- Gabinete de Consultadoria Jurídica (5.482,94 €)

No total encontrava-se em divida 5.482,94 €.

“Outros encargos financeiros” – inclui diversos encargos com instituições financeiras, como por exemplo TPA – Terminais de Pagamento Automático, despesas de empréstimos (não juros) e ainda juros de mora por negociação de dívidas com fornecedores.

Designação	2014	2015	Variação
Outros encargos financeiros	54.852,04	39.676,23	-27,67%

Relativamente ao ano anterior, houve um decréscimo nos pagamentos de 27,67 %, resultado da negociação feita com os bancos para a redução destes encargos.

2.4.1.4 Transferências correntes

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local.

Ver mapas no ponto 8.3.4.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Instituições sem fins lucrativos	126.126,00	116.816,42	111.931,42	4.600,00
Freguesias	82.750,00	64.953,69	52.732,58	8.357,52
Associações de municípios	70.719,00	62.117,49	49.093,08	13.023,41
Famílias	48.265,00	36.419,00	36.419,00	0,00
Outros	27.930,00	27.000,00	27.000,00	0,00
Municípios	32.520,00	32.520,00	24.267,51	7.518,78
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00
Assembleias distritais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de "transferências correntes"	388.311,00	339.826,60	301.443,59	33.499,71

Na rubrica **transferências correntes** foram efetuados pagamentos no valor de 301.443,59 €, estando em dívida no final do exercício 33.499,71 €.

As transferências para instituições sem fins lucrativos abrangem as coletividades (desportivas, culturais, ...), cujo detalhe poderá ser visto no ponto 2.5.

“**Freguesias**” refere-se aos contratos de execução assinados com a Freguesia N. Sra. Fátima e S. João Batista.

“**Associação de Municípios**” refere-se a quotizações e projetos à CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo).

“**Municípios**” diz respeito ao Canil Intermunicipal (gestão do Município de Torres Novas).



Face ao ano anterior, os compromissos tiveram uma redução de 9,99 % e os pagamentos 10,93 %.

Designação	2014	2015	Varição
Compromissos	377.550,45	339.826,60	-9,99%
Pagamentos	338.428,14	301.443,59	-10,93%

2.4.1.5 Subsídios

Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

O município do Entroncamento não possui participações em empresas como as tipificadas, pelo que o movimento é nulo.

2.4.1.6 Outras despesas correntes

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Outras restituições	118.750,00	115.754,19	115.754,19	0,00
Outras despesas correntes	25.703,00	22.716,39	22.696,72	19,67
Total de "outras despesas correntes"	144.453,00	138.470,58	138.450,91	19,67

As despesas registadas em 2015 dizem respeito a:

- **Restituições:** Refere-se às restituições de IMI e IMT feitos às finanças por reclamações de contribuintes (num processo que é gerido pelo fisco), a pagamentos em duplicado feitos por parte de alguns contribuintes de faturação de água (ao balcão e por Multibanco), a restituições de publicidade e ocupação da via pública por via da isenção concedida aos agentes económicos.

- **Outras**

O valor pago refere-se a despesas de condomínio, emolumentos notariais, emissão de certidões, inscrição em seminários/congressos, quotizações diversas e um grande número de despesas diversificadas não enquadráveis nas rubricas anteriores.

2.4.2. Despesas de capital

2.4.2.1 Aquisição de bens de capital

As despesas de capital agrupam as despesas de investimento feitas pelo município.

Da verba prevista para investimento, o município comprometeu 61,47 %, dos quais 99,36 % foram faturados pelos fornecedores. Destes, o município pagou 4.016.788,36 € (92,06%). No final do ano encontravam-se em dívida 346.507,25 € (7,94 %).

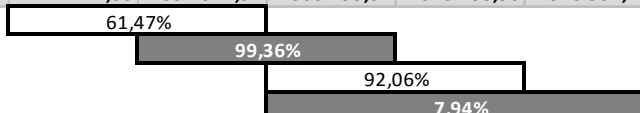
Análise pormenorizada no ponto 2.6. Avaliação da execução do PPI.

CI	Designação	Dotação	Compro-misso	Faturado	Pago	Dívida	Execução
07010305	Escolas	1.199.479,00	1.177.164,56	1.177.164,56	1.177.164,56	0,00	98,14%
070115	Outros investimentos	477.690,00	129.189,20	128.584,20	127.407,34	1.176,86	26,67%
070107	Equipamento de informática	158.341,00	153.172,33	153.172,33	127.189,45	25.982,88	80,33%
070109	Equipamento administrativo	116.929,00	109.863,09	109.863,09	109.863,09	0,00	93,96%
070108	Software informático	344.897,00	149.679,52	136.663,66	84.663,61	52.000,05	24,55%
070110	Equipamento básico	53.531,00	27.799,58	27.136,61	21.225,81	5.910,80	39,65%
07010307	Outros	20.195,00	10.194,36	10.194,36	10.194,36	0,00	50,48%
070106	Material de transporte	251.600,00	11.936,54	11.936,54	9.491,57	2.444,97	3,77%
070101	Terrenos	12.650,00	8.400,74	6.069,09	5.569,09	500,00	44,02%
07010301	Instalações de serviços	8.001,00	6.690,18	5.266,33	5.266,33	0,00	65,82%
07010406	Instalações desportivas e recreativas	36.215,00	31.337,56	31.337,07	3.604,71	27.732,36	9,95%
070111	Ferramentas e utensílios	8.081,00	1.862,41	1.862,41	1.417,58	444,83	17,54%
07010405	Parques e jardins	6.000,00	1.396,05	1.396,05	1.137,75	258,30	18,96%
070102	Habitacões	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07010302	Instalações desportivas e recreativas	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07010303	Mercados e inst. de fiscal. sanitária	127.000,00	4.059,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07010412	Cemitérios	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07010413	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070113	Investimentos incorpóreos	28.970,00	9.778,50	5.104,50	0,00	5.104,50	0,00%
Total de "Investimentos"		3.102.580,00	1.832.523,62	1.805.750,80	1.684.195,25	121.555,55	54,28%

070205	Material de transporte	22.000,00	21.159,58	21.159,58	21.159,58	0,00	96,18%
070203	Edifícios	6.860,00	6.834,09	6.834,09	6.834,09	0,00	99,62%
070204	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070206	Material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070207	Maquinaria e equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070209	Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total "Locação Financeira"		28.860,00	27.993,67	27.993,67	27.993,67	0,00	97,00%

07030301	Viadutos, arruam. obras complet.	2.435.619,00	2.152.613,22	2.151.565,94	1.940.313,71	211.252,23	79,66%
07030205	Escolas	479.600,00	354.105,84	354.105,84	348.736,89	5.368,95	72,71%
07030309	Sinalização e trânsito	30.000,00	10.739,00	10.605,50	7.603,68	3.001,82	25,35%
07030307	Captação e distribuição de água	9.000,00	8.772,59	8.709,86	5.394,18	3.315,68	59,94%
07030302	Sist. de drenagem de águas residuais	4.592,00	4.559,05	4.559,05	2.546,03	2.013,02	55,44%
07030305	Parques e jardins	154.025,00	4,95	4,95	4,95	0,00	0,00%
07030201	Instalações de serviços	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07030207	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030303	Est. de tratamento de águas residuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030304	Iluminação pública	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07030310	Infraest. p/ distribuição energia eléctrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total "Bens do Domínio Público"		4.012.837,00	2.530.794,65	2.529.551,14	2.304.599,44	224.951,70	57,43%

Total de "Aquisição de Bens de Capital"	7.144.277,00	4.391.311,94	4.363.295,61	4.016.788,36	346.507,25	56,22%
--	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------



2.4.2.2 Transferências de capital

As transferências que se integram neste agrupamento económico revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades recebedoras.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Divida	Execução
Associações de municípios	21.175,00	16.955,78	2.036,22	14.919,56	80,07%
Instituições sem fins lucrativos	18.001,00	15.000,00	7.500,00	7.500,00	83,33%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Municípios	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total de " Transferências de capital"	39.179,00	31.955,78	9.536,22	22.419,56	81,56%

Em 2015 foram efetuados pagamentos no valor de 9.536,22 €.

“Instituições sem fins lucrativos” diz respeito a um apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento para aquisição de 2 ambulâncias. O apoio foi no valor de 15.000 € tendo transitado como divida 7.500 €.

“Associação de Municípios” diz respeito a projetos desenvolvidos pela CIMT. Foram feitos pagamentos no valor de 2.036,22 €. O pagamento diz respeito ao projeto “Modernização Administrativa”.

2.4.2.3. Ativos financeiros

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Unidades de participação	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00
Total de "Ativos Financeiros"	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00

O valor pago de 70.908 € diz respeito à realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme é referido no documento abaixo.

Foram pagas 2 prestações (junho e dezembro) no valor de 35.454 € cada.



Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de
ENTRONCAMENTO
LG. JOSÉ DUARTE COELHO
2330-078 ENTRONCAMENTO

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

206. /FAM/2015

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL.

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) iniciou funções em novembro de 2014, com a finalidade de contribuir para a prevenção e a recuperação de situações de rutura financeira municipal, através de mecanismos de reequilíbrio orçamental, reestruturação da dívida e assistência financeira.

Neste sentido e de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que define a forma de realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, por parte de cada município e do Estado, esta ocorrerá no prazo máximo de sete anos, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro, com início em 2015.

Assim sendo e no âmbito do disposto no n.º 4 do art.º 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, vimos por este meio informar que a primeira tranche da contribuição para realização do capital social do FAM, do Município a que V. Exa. Preside, no montante de €35.454, deverá ser efetuada através de transferência bancária, para o NIB 0781 0112 9112 0000 063 86 (IGCP).

Mais se informa, que o FAM tem o seguinte Número de identificação de Pessoa Coletiva (NIPC): 513 319 182.

Aproveita-se por fim, para disponibilizar os serviços da Direção Executiva, no âmbito das suas atribuições, para todos e quaisquer contributos ou esclarecimentos que o Município entenda necessários.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente



(Miguel Almeida)

2.4.2.4. Passivos financeiros

Este agrupamento económico compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos.

No ano de 2015 foi paga a importância de 1.332.383,03 € referente à amortização dos empréstimos bancários que o município detém junto da banca.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	629.940,00	628.941,61	615.171,61	13.770,00
Empréstimos a curto prazo	450.000,00	450.000,00	450.000,00	0,00
Admin.pública-Admin.central-Estado	267.500,00	267.215,02	267.211,42	0,00
Total de " Transferências de capital"	1.347.440,00	1.346.156,63	1.332.383,03	13.770,00

O valor em dívida foi dado como pago nos primeiros dias de 2016.

“**Empréstimos de curto prazo**” refere-se ao empréstimo que o município recorreu para equilíbrio da tesouraria municipal e foi totalmente pago em dezembro de 2015.

O valor pago divide-se entre os seguintes empréstimos:

Designação	Pago
De Curto Prazo	450.000,00
Totta - Apoio à Tesouraria Municipal	450.000,00
De Médio e Longo Prazo	882.383,03
Caixa Geral de Depósitos	384.340,13
Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.146,35
Financiamento P/Diversos Investimentos	130.764,05
Zona Industrial	23.346,85
Saneamento Financeiro	53.062,23
Jardim-de-infância Norte	14.382,59
Financ. Div. Invest.	149.638,06
Novo Banco	122.508,00
Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00
Saneamento Básico	10.248,00
Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00
Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00
Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00
Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00
Banco BPI	108.323,48
Recinto Multiusos	38.146,47
Escola António Gedeão	70.177,01
Direcção-Geral do Tesouro	267.211,42
PREDE	37.478,40
PAEL	229.733,02
Total	1.332.383,03

Os valores pagos constam do mapa anexo 8.3.6.1 – Empréstimos que segue em anexo ao presente Relatório.

2.5. Avaliação da execução das AMR

O mapa de execução das **Atividades Mais Relevantes** encontra-se em anexo, ponto 9.2.2.

Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de Execução
Comunicação	20.595,00	12.896,55	8.382,45	4.514,10	62,62%
Proteção civil e ordem publica	42.930,00	42.000,00	34.500,00	7.500,00	97,83%
Total do Objetivo 1 - Funções gerais	63.525,00	54.896,55	42.882,45	12.014,10	86,42%
Ensino não superior - atividades diversas	118.907,00	107.309,45	102.367,45	4.456,50	90,25%
Serviços auxiliares educação	10.820,00	10.430,00	10.430,00	0,00	96,40%
Manifestações culturais	119.897,00	109.097,87	102.038,39	1.132,40	90,99%
Entidades com atividades culturais - apoios pontuais	6.500,00	2.707,50	2.157,50	550,00	41,65%
Entidades com atividades culturais - apoios permanentes	18.795,00	14.655,00	14.655,00	0,00	77,97%
Entidades com atividades desportivas - apoios pontuais	4.450,00	3.258,92	3.258,92	0,00	73,23%
Entidades com atividades desportivas - apoios permanentes	72.302,00	71.190,00	66.855,00	4.050,00	98,46%
Outras atividades cívicas /religiosas	17.745,00	16.320,00	16.320,00	0,00	91,97%
Manifestações desportivas	22.250,00	6.613,39	5.636,17	493,35	29,72%
Biblioteca - atividades diversas	3.600,00	2.250,00	2.250,00	0,00	62,50%
Museu nacional ferroviário	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saúde	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Centro de convívio - diversas atividades	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ação social - atividades a desenvolver	75.070,00	54.597,69	42.369,32	9.675,49	72,73%
Ação social	8.685,00	8.685,00	8.685,00	0,00	100,00%
Geminação	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Freguesias	54.750,00	39.521,95	27.300,84	8.357,52	72,19%
Total do Objetivo 2 - Funções sociais	543.373,00	446.636,77	404.323,59	28.715,26	82,20%
Turismo - atividades diversas	6.861,00	572,48	572,48	0,00	8,34%
Comércio - atividades diversas	22.345,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total do Objetivo 3 - Funções económicas	29.206,00	572,48	572,48	0,00	1,96%
Empréstimos bancários	1.062.445,00	1.046.561,52	1.026.136,83	16.687,14	98,51%
Comunidade intermunicipal do médio tejo	80.814,00	71.668,27	43.725,30	27.942,97	88,68%
Juventude - atividades diversas	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total do Objetivo 4 - Outras funções	1.146.259,00	1.118.229,79	1.069.862,13	44.630,11	97,55%
Total das AMR	1.782.363,00	1.620.335,59	1.517.640,65	85.359,47	90,91%
		90,91%			
		93,66%			

Foram efetuadas previsões em sede de orçamento para Atividades Mais Relevantes no valor de 1.782.363,00 €.

No decurso do ano foram comprometidos 1.620.335,59 € (90,91 %) e pagos 1.517.640,65 €, o que se traduziu num grau de execução de 90,91 %.

Evolução no período 2011-2015

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Objectivo 1 - Funções gerais	18.000,00	34.462,17	43.467,98	30.116,55	42.882,45
Objectivo 2 - Funções sociais	549.545,78	603.513,38	806.940,77	355.551,64	404.323,59
Objectivo 3 - Funções económicas	0,00	456,00	6.780,72	200,00	572,48
Objectivo 4 - Outras funções	1.036.092,11	946.406,69	1.481.934,62	1.264.390,35	1.069.862,13
Total AMR	1.603.637,89	1.584.838,24	2.339.124,09	1.650.258,54	1.517.640,65

Relativamente ao ano anterior, assiste-se à redução da despesa paga no valor de 132.617,89 €

Dos pagamentos efetuados, a maior parte (67,61 %) foi destinada ao serviço da dívida (amortização de empréstimos e pagamento de juros).

Designação	Pago	Peso no total pago
Empréstimos bancários	1.026.136,83	67,61%
Ensino não superior - atividades diversas	102.367,45	6,75%
Manifestações culturais	102.038,39	6,72%
Entidades com atividades desportivas - apoios permanentes	66.855,00	4,41%
Comunidade intermunicipal do médio tejo	43.725,30	2,88%
Ação social - atividades a desenvolver	42.369,32	2,79%
Proteção civil e ordem publica	34.500,00	2,27%
Freguesias	27.300,84	1,80%
Outras atividades cívicas /religiosas	16.320,00	1,08%
Entidades com atividades culturais - apoios permanentes	14.655,00	0,97%
Serviços auxiliares educação	10.430,00	0,69%
Ação social	8.685,00	0,57%
Comunicação	8.382,45	0,55%
Manifestações desportivas	5.636,17	0,37%
Entidades com atividades desportivas - apoios pontuais	3.258,92	0,21%
Biblioteca - atividades diversas	2.250,00	0,15%
Entidades com atividades culturais - apoios pontuais	2.157,50	0,14%
Turismo - atividades diversas	572,48	0,04%
Museu nacional ferroviário	0,00	0,00%
Saúde	0,00	0,00%
Centro de convívio - diversas atividades	0,00	0,00%
Geminação	0,00	0,00%
Comércio - atividades diversas	0,00	0,00%
Juventude - atividades diversas	0,00	0,00%
Total das AMR	1.517.640,65	100,00%

Quanto às atividades propriamente ditas, passemos à análise setorial dos respetivos pagamentos:

Cultura

Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo Município		102.038,39	85,85%
Festas da Cidade	73.576,94		61,91%
Outras atividades culturais	21.123,71		17,77%
Iluminação de Natal	5.533,77		4,66%
Comemorações do 25 de abril	1.403,97		1,18%
Aniversário do Concelho	360,00		0,30%
Workshops/Cursos de artesanato	40,00		0,03%
Apoios financeiros a entidades		16.812,50	14,15%
Apoios Pontuais		2.157,50	0,00%
Apoio ao Associativismo (Desp. Correntes)	1.445,00		1,22%
Teatro - Companhia Teatro Poucaterra	712,50		0,60%
Apoios permanentes		14.655,00	0,00%
Orfeão do Entroncamento	5.550,00		4,67%
Associação Filarmónica Cultural Entroncamento	4.650,00		3,91%
Companhia de Teatro Poucaterra	4.455,00		3,75%
Total "manifestações culturais"		118.850,89	100,00%

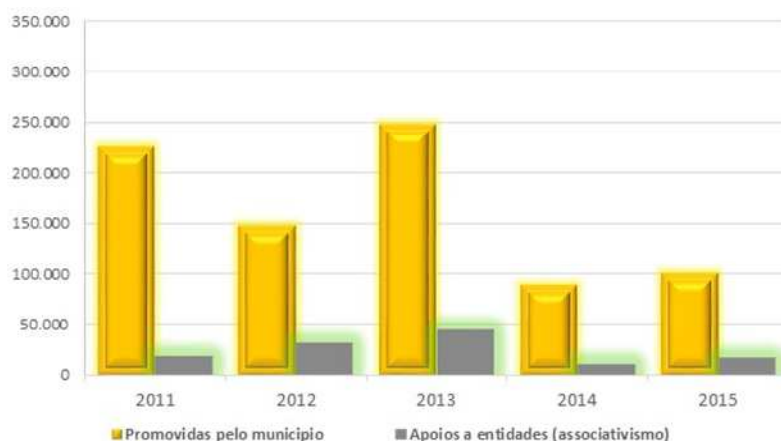
Da despesa feita nesta área, 102.038,39 € (85,85%) foram gastos em atividades realizadas pelo município e 16.812,50 € (14,15%) foram destinados a apoios a entidades.

Relativamente às primeiras, sobressaem as “Festas da Cidade” com uma despesa de 73.576,94 € (61,91 % do total da despesa).

O aumento verificado em 2013 deve-se aos pagamentos feitos através do PAEL.

Face ao ano anterior verifica-se um aumento nos pagamentos no valor de 17.668,43 €.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Promovidas pelo município	227.140,10	148.583,47	248.383,37	90.424,96	102.038,39
Apoios a entidades (associativismo)	19.069,30	30.895,83	44.778,37	10.757,50	16.812,50
Total	246.209,40	179.479,30	293.161,74	101.182,46	118.850,89



Desporto

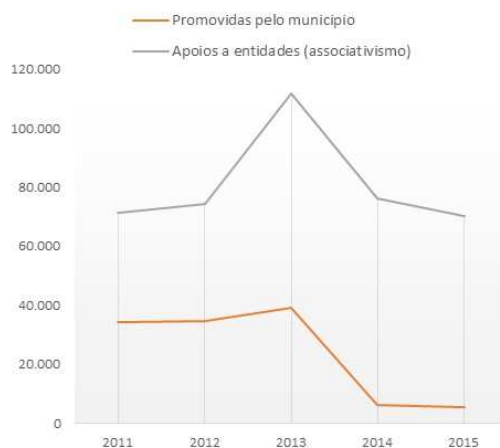
Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo Município		5.636,17	7,44%
Férias Desportivas (Páscoa e Verão) - Aquisição Serviços	3.613,69		4,77%
Convívios apoiados/promovidos pela CME	1.313,00		1,73%
Férias Desportivas (Páscoa e Verão) - Aquisição Bens	709,48		0,94%
Apoios financeiros a entidades		70.113,92	92,56%
Apoios pontuais		3.258,92	0,00%
Apoio ao Associativismo (Desp. Correntes)	3.258,92		4,30%
Apoios permanentes		66.855,00	0,00%
União Futebol Entroncamento	18.660,00		24,63%
Clube Lazer Aventura e Competição	16.425,00		21,68%
Clube Amador Desportos Entroncamento	12.375,00		16,34%
Casa do Benfica no Entroncamento	5.775,00		7,62%
Grupo 84.º Escoteiros Portugal	4.095,00		5,41%
Grupo Recreativo 1.º Outubro de 1911	3.465,00		4,57%
Corpo Nacional Escutas	2.685,00		3,54%
Núcleo Sportinguista no Entroncamento	2.250,00		2,97%
Clube Amadores Pesca Entroncamento	1.125,00		1,49%
Total "manifestações desportivas"		75.750,09	100,00%

A atividade desportiva é maioritariamente desenvolvida pelos clubes e associações, daí que, ao invés das atividades culturais, no desporto as participações assumam valores superiores aos encargos suportados diretamente pela autarquia.

No total, o município suportou despesas no valor de 75.750,09 €, dos quais 92,56 % foram encaminhados para o associativismo.

Face aos anos anteriores o cenário é o seguinte:

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Promovidas pelo município	34.397,30	34.744,88	39.014,97	6.034,37	5.636,17
Apoios a entidades (associativismo)	71.318,50	74.450,00	111.703,41	76.155,70	70.113,92
Total	105.715,80	109.194,88	150.718,38	82.190,07	75.750,09

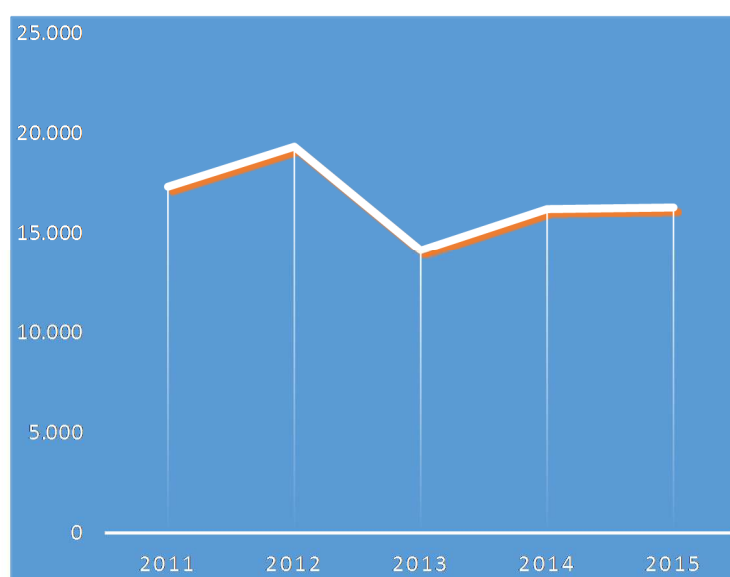


Atividades cívicas e religiosas

Designação	Pago	
	Valor	%
Fabrica Igreja Paroquial Sagrada Família Entroncamento	8.640,00	52,94%
Fábrica Igreja Nossa Senhora Fátima	5.775,00	35,39%
Associação Voluntariado e Ação Social	795,00	4,87%
Conferência S. João Batista	570,00	3,49%
Liga dos Combatentes	540,00	3,31%
Total "atividades cívicas e religiosas"	16.320,00	100,00%

Os apoios às atividades cívicas e religiosas registaram um ligeiro acréscimo face aos últimos 2 anos, registando uma despesa paga no valor de 16.320 €. O valor pago refere-se aos apoios deliberados para cada uma destas entidades.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Atividades cívicas e religiosas	17.350,00	19.350,00	14.100,00	16.170,00	16.320,00



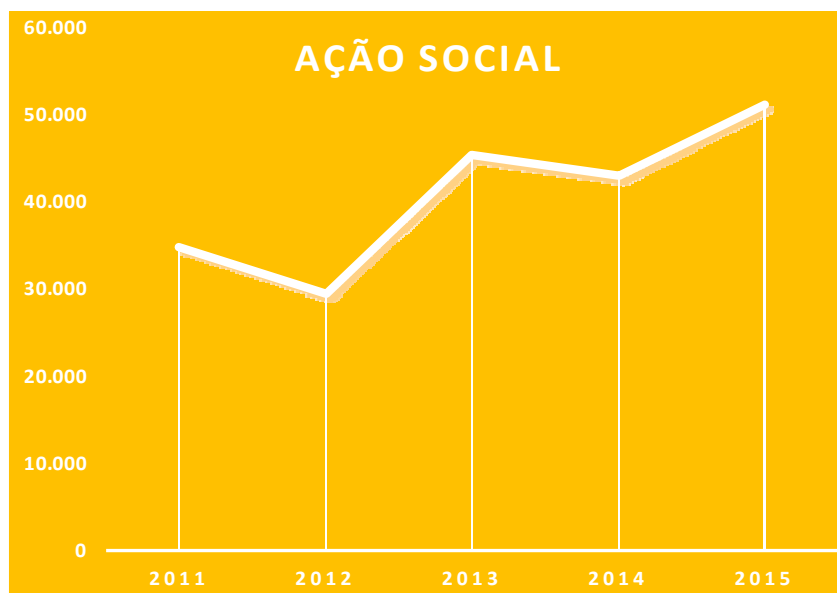
Ação social

Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo Município		42.369,32	82,99%
Projeto "Viver + Ativo"	16.852,32		33,01%
Cartão Entroncamento Solidário (Apoio às Famílias)	13.326,13		26,10%
Dia Municipal do Idoso (Almoço)	7.410,00		14,51%
Cabazes de Natal - Oferta	3.966,79		7,77%
Projeto Lar em Segurança	814,08		1,59%
Apoios financeiros a entidades		8.685,00	17,01%
Apoio ao CERE	8.685,00		17,01%
Total "manifestações desportivas"		51.054,32	100,00%

As atividades levadas a cabo diretamente pelo município originaram despesas de 42.369,32 € ao que acresce o apoio pago ao CERE no valor de 8.685 €.

Fazendo uma retrospectiva relativa aos anos anteriores, assiste-se a um acréscimo dos pagamentos, após a quebra verificada em 2012.

Designação	2011	2012	2013	2014	2015
Ação Social	34.733,34	29.397,75	45.343,14	42.877,12	51.054,32



Freguesias

Designação	Pago	
	Valor	%
Freguesia N.S.F. - Contrato de Execução (Limpeza Urbana)	13.208,86	48,38%
Freguesia S.J.B. - Contrato de Execução (Limpeza Urbana)	11.078,69	40,58%
Freguesia N.S.F. - Contrato de Execução de Coesão Social	2.108,87	7,72%
Freguesia S.J.B. - Contrato de Execução de Coesão Social	904,42	3,31%
Total "Freguesias"	27.300,84	100,00%

No âmbito dos protocolos estabelecidos com as freguesias, o município suportou despesas de 27.300,84 €.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT)

Em relação aos projetos da CIMT a execução foi a seguinte:

Designação	Pago	
	Valor	%
CIMT - Quotização	39.041,64	89,29%
Modernização Administrativa	2.036,22	4,66%
Projeto - QREN - Contratualização	761,00	1,74%
Projeto - Médio Tejo Empreendedorismo em Rede	719,69	1,65%
CIMT - TRF Correntes (Projetos)	614,80	1,41%
Projeto - Afirmação Territorial do Médio Tejo	429,73	0,98%
Melhoria da Mobilidade - Transporte a Pedido	122,22	0,28%
Total "CIMT"	43.725,30	100,00%

Registaram-se pagamentos no valor de 43.725,30 € onde se destaca a quotização paga.

2.6. Avaliação da execução do PPI. Integração dos investimentos executados por objetivo e programa.

O investimento municipal encontra-se relacionado no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o seu nível de realização é dado pelo mapa “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos” em anexo, ponto 9.2.1.

No mapa apresenta-se o PPI resumido por programas dentro do próprio objetivo.

Obj	Designação	Financ. definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
01	PROG. 1 - Administração Geral - Edif. e Instalações Municipais	24.557,00	23.718,63	22.294,78	0,00	90,79%
	PROG. 2 - Equipamentos e serviços	435.630,00	232.675,79	141.232,17	78.427,76	32,42%
	PROG. 3 - Seg.Ordem Púb./Prot.Civil Ordem Públicas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 1 - Funções gerais	470.187,00	256.394,42	163.526,95	78.427,76	34,78%
02	PROG. 1 - Educação	1.977.087,00	1.823.951,30	1.818.582,35	5.368,95	91,98%
	PROG. 4- Saneamento	7.592,00	5.704,87	3.031,34	2.013,02	39,93%
	PROG. 5 - Abastecimento de Água	15.800,00	13.135,64	7.850,73	5.222,18	49,69%
	PROG. 6 - Resíduos Sólidos	30.613,00	13.757,25	13.227,17	530,08	43,21%
	PROG. 7 - Coesão Social	42.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG.8 - Cemitério	2.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG.9 - Espaços Verdes	219.275,00	17.207,36	17.207,36	0,00	7,85%
	PROG.10 - Cultura	292.501,00	1.139,68	10,00	522,22	0,00%
	PROG.14 - Desporto e vida saudável	890.230,00	697.681,44	665.561,43	32.119,52	74,76%
	Total do Objetivo 2 - Funções sociais	3.477.449,00	2.572.577,54	2.525.470,38	45.775,97	72,62%
03	PROG. 6 - Indústria e Energia	1.080.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG. 7 - Ordenamento do território	28.970,00	9.778,50	0,00	5.104,50	0,00%
	PROG. 8 - Transportes Rodoviários	1.572.070,00	1.504.667,36	1.289.536,20	211.752,23	82,03%
	PROG. 9 - Ord. de Transito e Sinalização	345.100,00	43.835,12	38.254,83	5.446,79	11,09%
	PROG. 13 - Comercio	169.000,00	4.059,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG. 14 - Turismo	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 3 - Funções económicas	3.196.641,00	1.562.339,98	1.327.791,03	222.303,52	41,54%
	Total do PPI	7.144.277,00	4.391.311,94	4.016.788,36	346.507,25	56,22%
			61,47%			
				91,47%		

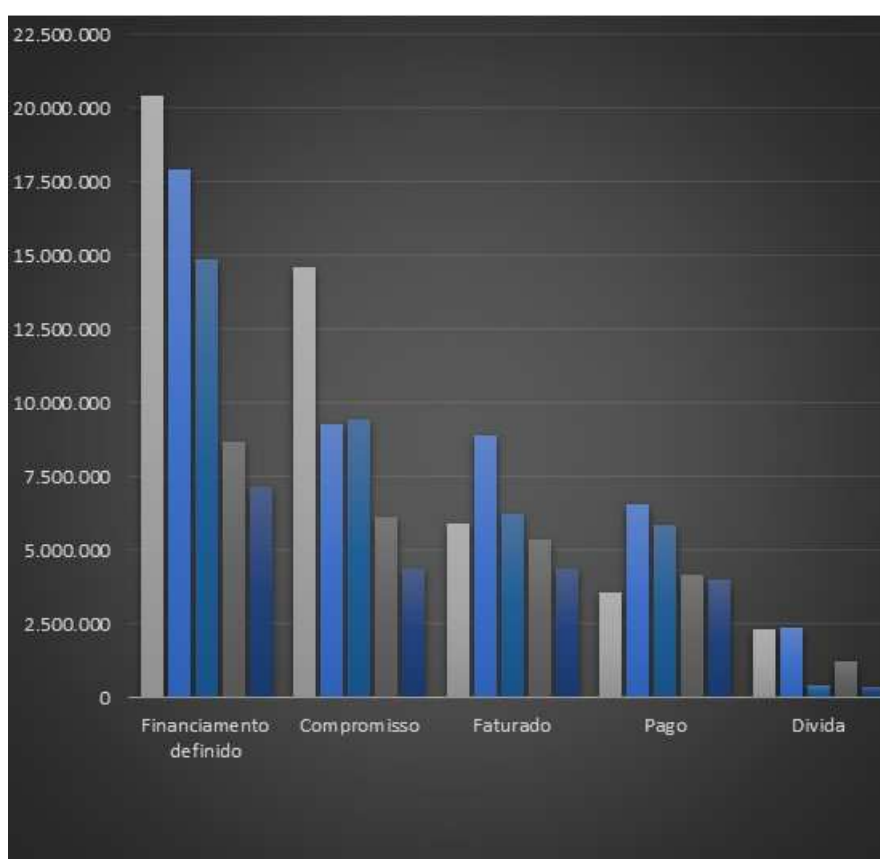
O PPI teve um índice de execução de 56,22 %.

Os compromissos assumidos representaram 61,47 % das dotações, tendo sido pagos 91,47 % desses mesmos compromissos.

Evolução face aos anos anteriores:

Ano	Financiamento definido	Compromisso	Faturado	Pago	Divida	Grau de execução
2011	20.448.302,00	14.607.982,44	5.872.546,43	3.549.064,61	2.323.481,82	17,36%
2012	17.935.163,00	9.296.426,90	8.871.146,24	6.525.038,74	2.346.107,50	36,38%
2013	14.893.751,00	9.460.541,77	6.227.868,76	5.828.121,19	399.747,57	39,13%
2014	8.649.860,00	6.088.901,74	5.352.975,74	4.154.853,07	1.198.122,67	48,03%
2015	7.144.277,00	4.391.311,94	4.363.295,61	4.016.788,36	346.507,25	56,22%

Evolução gráfica 2011-2015



Da análise do quadro pode-se verificar um decréscimo generalizado em cada rubrica, motivado principalmente pela redução da dotação em sede de orçamento.

De 2014 para 2015 a estimativa orçamental registou uma redução de 1.505.583,00 €.

De referir que a divida atingiu o valor mais baixo dos anos em análise, uma vez que, todas as obras comparticipadas ficaram financeiramente concluídas em 2015.

Os projetos que de seguida se referem podem ser vistos em pormenor no mapa em anexo denominado “**Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos**”.

2.6.1. Objetivo 1 – Funções Gerais

Enquadram-se neste objetivo os programas relativos à gestão e equipamento dos serviços da autarquia, designadamente seus edifícios, instalações de serviços e viaturas.

Obj	Designação	Financ. definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
01	PROG. 1 - Administração Geral - Edif. e Instalações Municipais	24.557,00	23.718,63	22.294,78	0,00	90,79%
	PROG. 2 - Equipamentos e serviços	435.630,00	232.675,79	141.232,17	78.427,76	32,42%
	PROG. 3 - Seg.Ordem Púb./Prot.Civil Ordem Públicas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 1 - Funções gerais	470.187,00	256.394,42	163.526,95	78.427,76	34,78%

No objetivo 01, o programa 1 foi o que apresentou um maior grau de execução, com 90,79 %. Contudo, em termos absolutos, a maior parte das verbas (141.232,17 €) foi canalizada para pagamentos no programa 02.

Dos pagamentos efetuados destacam-se os seguintes projetos:

Designação	Pago	% do pago
Microsoft-Enterprise Agreement	40.482,94	24,76%
Serviços Administrativos - Equipamento Informático	33.287,76	20,36%
Contrato de manutenção - Servidores e Ativos de rede	31.918,50	19,52%
AIRC - Aplicações	15.272,61	9,34%
Aquisição de Instalações - "Estudio 121"	10.194,36	6,23%
Sub-total	131.156,17	80,20%
Restantes projetos	32.370,78	19,80%
Total	163.526,95	100,00%

Verifica-se que 80,20 % da verba foi gasta em apenas 5 projetos.

2.6.2 Objetivo 2 – Funções sociais

Englobam-se nestas funções os programas de investimento nas áreas do ensino, habitação, ordenamento do território, águas e saneamento, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, social, cultural, recreativa e desportiva.

O objetivo 2 apresenta um grau de execução de 72,62 %.

Obj	Designação	Financ. definido	Compro-misso	Pago	Divida	Grau de execução
02	PROG. 1 - Educação	1.977.087,00	1.823.951,30	1.818.582,35	5.368,95	91,98%
	PROG. 4- Saneamento	7.592,00	5.704,87	3.031,34	2.013,02	39,93%
	PROG. 5 - Abastecimento de Água	15.800,00	13.135,64	7.850,73	5.222,18	49,69%
	PROG. 6 - Resíduos Sólidos	30.613,00	13.757,25	13.227,17	530,08	43,21%
	PROG. 7 - Coesão Social	42.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG.8 - Cemitério	2.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG.9 - Espaços Verdes	219.275,00	17.207,36	17.207,36	0,00	7,85%
	PROG.10 - Cultura	292.501,00	1.139,68	10,00	522,22	0,00%
	PROG.14 - Desporto e vida saudável	890.230,00	697.681,44	665.561,43	32.119,52	74,76%
	Total do Objetivo 2 - Funções sociais	3.477.449,00	2.572.577,54	2.525.470,38	45.775,97	72,62%

Neste objetivo, a maior parte da despesa foi efetuada nos programas 1 e 14.

Dos pagamentos efetuados existem 8 projetos responsáveis por 97,27 % do total, os quais estão representados no mapa abaixo.

Designação	Financ. definido	Compro-misso	Pago	Divida	Grau de execução	% Pago
Construção da Nova Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade	1.199.479,00	1.177.164,56	1.177.164,56	0,00	98,14%	46,61%
Ciclovias - Freguesia Nossa Senhora Fátima	687.815,00	656.346,60	656.346,60	0,00	95,42%	25,99%
Centro Escolar Norte do Entroncamento	478.600,00	354.105,84	348.736,89	5.368,95	72,87%	13,81%
Escola Dr. Ruy Andrade - Material Didático	79.950,00	79.642,50	79.642,50	0,00	99,62%	3,15%
Escola Dr. Ruy Andrade - Mobiliário Escolar	72.620,00	71.608,14	71.608,14	0,00	98,61%	2,84%
Escola Dr. Ruy Andrade - Material Informática	53.431,00	53.426,21	53.426,21	0,00	99,99%	2,12%
Centro Escolar Norte do Entroncamento - Mobiliário Escolar	37.680,00	37.679,21	37.679,21	0,00	100,00%	1,49%
Centro Escolar Norte do Entroncamento - Material Didático	31.137,00	31.136,84	31.136,84	0,00	100,00%	1,23%
Sub-total	2.640.712,00	2.461.109,90	2.455.740,95	5.368,95	93,00%	97,24%
Restantes projetos	836.737,00	111.467,64	69.729,43	40.407,02	8,33%	2,76%
Total	3.477.449,00	2.572.577,54	2.525.470,38	45.775,97	72,62%	2,76%

Os principais projetos do objetivo 02 do PPI foram “Construção da Escola EB 2,3 Dr. Ruy Andrade”, “Ciclovias – Freguesia Nossa Senhora de Fátima” e “Centro Escolar Norte”.

2.6.3. Objetivo 3 – Funções Económicas

Neste objetivo enquadram-se os investimentos nas áreas de mercados e feiras, ordenamento de trânsito, rede viária e arruamentos municipais, zona industrial, infraestruturas elétricas, transportes rodoviários, indústria e energia e turismo.

Obj	Designação	Financ. definido	Compro-misso	Pago	Dívida	Grau de execução
03	PROG. 6 - Industria e Energia	1.080.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG. 7 - Ordenamento do território	28.970,00	9.778,50	0,00	5.104,50	0,00%
	PROG. 8 - Transportes Rodoviários	1.572.070,00	1.504.667,36	1.289.536,20	211.752,23	82,03%
	PROG. 9 - Ord. de Tránsito e Sinalização	345.100,00	43.835,12	38.254,83	5.446,79	11,09%
	PROG. 13 - Comercio	169.000,00	4.059,00	0,00	0,00	0,00%
	PROG. 14 - Turismo	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 3 - Funções económicas	3.196.641,00	1.562.339,98	1.327.791,03	222.303,52	41,54%

Neste objetivo, o grau de execução foi de 41,54 %, destacando-se o programa 8 que engloba as obras relativas à rede viária, arruamentos e passeios.

Dos projetos que compõem este objetivo destacam-se:

Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
Requalificação Urb R. Elias Garcia (Cruz. R. Casal Melão até Meia Via)	547.240,00	518.300,93	518.300,93	0,00	94,71%
Requalificação dos acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal	356.845,00	340.087,87	340.087,87	0,00	95,30%
Alargamento da Avenida das Forças Armadas	308.250,00	291.521,20	291.521,20	0,00	94,57%
Cons. rede viária - Manutenção arruamentos, estacionamento e passeios	175.300,00	175.189,28	134.057,11	40.084,89	76,47%
Aquisição de 2 Viaturas - Leasing	22.000,00	21.159,58	21.159,58	0,00	96,18%
Conservação/Reparação/Adaptação - TURE	16.600,00	11.936,54	9.491,57	2.444,97	57,18%
Sinalética Rodoviária e Direcional	30.000,00	10.739,00	7.603,68	3.001,82	25,35%
Aquisição de terrenos	12.550,00	8.400,74	5.569,09	500,00	44,38%
Sub-total	1.468.785,00	1.377.335,14	1.327.791,03	46.031,68	90,40%
Restantes projetos do Obj. 03	1.727.856,00	185.004,84	0,00	176.271,84	0,00%
Total	3.196.641,00	1.562.339,98	1.327.791,03	222.303,52	41,54%

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Análise do balanço

Do Balanço Analítico, (ponto 9.3), extraímos o seguinte quadro síntese:

BALANÇO À DATA DE 31-12-2015

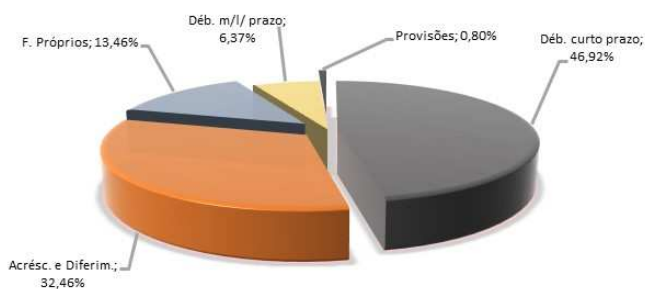
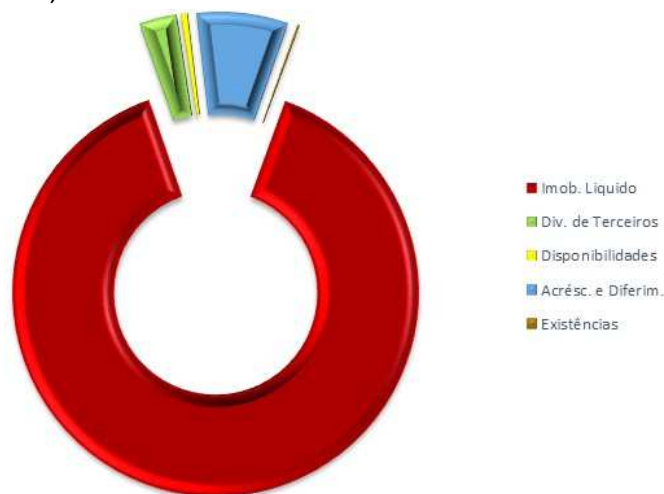
Activo	Valor	%	Fundos próprios + passivo	Valor	%
Imobilizado líquido	52.975.238,00	89,1%	Fundos próprios	19.291.745,63	32,5%
Existências	106.606,24	0,2%	Passivo		
Dívidas de terceiros	1.739.221,84	2,9%	Prov. para Riscos e Encargos	473.865,63	0,8%
Disponibilidades	311.858,85	0,5%	Débitos m/l/ prazo	7.997.960,62	13,5%
Acréscimos e diferimentos	4.307.934,02	7,2%	Débitos curto prazo	3.787.694,61	6,4%
TOTAL	59.440.858,95	100,0%	TOTAL	59.440.858,95	100,0%

Através da análise do quadro, verifica-se que a principal rubrica do balanço é o imobilizado líquido, a qual corresponde a 89,1 % do ativo.

Os acréscimos e diferimentos surgem de seguida representando 7,2 % do total do ativo. Nesta rubrica está contabilizado os proveitos de 2015 que o município apenas irá concretizar como receita em 2016. Exemplo destes proveitos é o IMI, o IRS e a derrama.

As dívidas de terceiros surgem de seguida representando 2,9 % do total do ativo.

Em relação às disponibilidades representam 0,5 % do total do ativo. Estão incluídos neste grupo os depósitos em instituições financeiras e caixa, bem como as aplicações de tesouraria.



No que diz respeito aos Fundos Próprios + Passivo, a distribuição é feita na razão de 32,5 % para os primeiros e de 67,5 % para o segundo.

No passivo, 46,9 % não constituem um passivo que se venha a traduzir em endividamento, uma vez que, em grande parte trata-se de subsídios ao investimento.

3.1.1. Imobilizado

O **imobilizado**, reparte-se por investimentos financeiros (participações no capital de empresas), imobilizações corpóreas (móveis, imóveis e veículos), incorpóreas (projetos, software), imobilizações em curso (obras que o município tem em desenvolvimento) e bens do domínio público, no qual consideramos os bens de domínio público que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, designadamente bibliotecas, escolas primárias e pré-primárias, a cargo da autarquia, museus, cemitérios, muros, silos, parques, albufeiras, canais, estradas e arruamentos, caminhos, redes de saneamento, redes de distribuição de água, praças e jardins, redes de iluminação pública, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias e abrigos de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2015, o imobilizado bruto do município era de 82.287.032,03 € e as amortizações acumuladas eram de 29.311.794,03 €.

O valor líquido contabilístico dos bens (móveis, imóveis e veículos) era de 52.975.238 €.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
41	Investimentos financeiros	519.774,82	0,00	519.774,82	0,00
42	Imobilizações corpóreas	37.654.265,83	56.165,50	37.598.100,33	0,00
43	Imobilizações incorpóreas	917.141,24	0,00	917.141,24	0,00
44	Imobilizações em curso	10.585.953,59	4.933.743,20	5.652.210,39	0,00
45	Bens de domínio público	37.599.805,25	0,00	37.599.805,25	0,00
48	Amortizações acumuladas	1.367.754,13	30.679.548,16	0,00	29.311.794,03
Totais Gerais:		88.644.694,86	35.669.456,86	82.287.032,03	29.311.794,03

Em 2015 na transferência de imobilizações em curso para imobilizações corpóreas destaca-se o encerramento contabilístico das seguintes empreitadas:

- Escola Básica do Bonito
- Requalificação dos Acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal
- Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia
- Alargamento da Avenida das Forças Armadas
- Ciclovia da Freguesia N. Sra. Fátima

As obras que se encontram em curso são as seguintes:

- Escola EB 2/3 Dr. Ruy Andrade – 5.610.243 €
- Remodelação do Cine teatro S. João – 41.967,39 € (projetos)

Estas obras representavam 10,67 % do imobilizado líquido.

3.1.2. Existências

Quanto às **existências finais**, o seu valor cifra-se em 106.606,24 €.

RUBRICAS	MECADORIAS	MT. PRIMAS, SUBS., CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	0,00	115.105,26	115.105,26
Compras	946.350,73	238.548,19	1.184.898,92
Regularização de existências	0,00	-16.125,45	-16.125,45
Existências finais	0,00	106.606,24	106.606,24
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	946.350,73	230.921,76	1.177.272,49

Mercadorias:

Água – refere-se à água adquirida às Aguas do Centro para posterior venda;

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

Trata-se de bens destinados à produção que não incorporam materialmente nos produtos finais. Estes bens têm como destino diversos serviços municipais, tais como, Saneamento, Obras, Oficinas, Desporto, Jardins, Cemitério, Mercados, entre outros.

Junta-se de seguida quadro com valor das existências finais por hierarquia de material:

Designação	Valor
ÁGUAS	38.768,05
ELECTRICIDADE	9.085,33
MATERIAL PARA JARDINS E REGA	8.909,33
MATERIAL PARA PINTURA	6.193,82
VESTUÁRIO, FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS USO PESSOAL	5.748,85
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	5.361,44
MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE	5.293,64
MATERIAL AUTO	9.953,96
SANEAMENTO - ESGOTOS	4.247,46
ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO	3.374,45
ARRUAMENTOS E VIADUTOS (PAVIMENTAÇÃO)	3.229,53
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	2.854,75
RESÍDUOS SÓLIDOS	2.212,19
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	601,09
MATERIAL DIVERSO	772,35
TOTAL	106.606,24

3.1.3. Dívidas de terceiros.

No que respeita às dívidas de terceiros a curto prazo, estas totalizavam 1.739.221,84 €.

O elevado valor das dívidas de terceiros de curto prazo, deve-se sobretudo a:

- O valor da água, saneamento e RSU faturado:
 - Em novembro de 2015 que só será pago pelos utentes em janeiro de 2015
 - Em dezembro de 2015 que só será pago pelos utentes em fevereiro de 2015

- Valor em dívida de várias entidades das quais se destacam:

Construções Rodrigues & M. Vieira, Lda – 186.291,02 €

Natureza da dívida: Valor faturado referente a ocupações da via pública.

Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública – 39.891,93 €

Natureza da dívida: Renda das instalações da PSP na Rua 5 de Outubro

Construções Vieira Mendes – 27.019,47 €

Natureza da dívida: Valor faturado referente a um auto de trabalhos a menos da empreitada Requalificação da Freguesia N. Sra. Fátima.

Estas 3 entidades representam 253.202,42 €.

- *Contratos de Financiamento **assinados** com o Programa Operacional Regional do Centro (QREN), cujas verbas ainda não foram transferidas para o Município cuja relação se apresenta no quadro abaixo.*

DESCRIÇÃO	VALOR
OP1 - Requalificação Urbana da Praça da República	10.999,21
OP2 - Requalificação Urbana Largo José Duarte Coelho	21.594,28
OP3A - Requalificação do Espaço Público - Arruamentos, Largos e Praças Estruturantes	43.019,19
OP3B - Requalificação do Espaço Público - Arruamentos, Largos e Praças Estruturantes	3.399,14
OP4 - Rede Aberta Multi-Serviços	22.912,00
OP5 - Req.Parq.Bonito - Const. de equipamento de apoio para animação e atividade económica	40.530,02
OP6 - Requalificação da Zona Desportiva Junto ao Parque do Bonito	110.457,92
OP7 - Remodelação do Edifício da Biblioteca - 1º Andar	2.147,21
OP8 - Remodelação do Centro Cultural	7.419,60
Escola Básica do 1º Ciclo + Jardim de Infância Sul	-46.938,77
ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	13.714,79
Execução do Parque Verde do Bonito	82.705,15
Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento	58.815,36
Construção da Escola Básica Norte do Entroncamento	125.681,43
Ciclovias	20.725,11
Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy d'Andrade	76.894,35
Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	31.344,54
TOTAL GERAL	625.420,53

Foi reforçada a provisão para cobranças duvidosas, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL que refere:

“O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.”

A provisão atual é de 316.072,53 €.

Estes valores são representados por dívidas de clientes (ligações de água, saneamento,...), de contribuintes e utentes (dívidas de consumo de água e de saneamento/rsu, mercados, ...).

3.1.4. Disponibilidades e aplicações financeiras

Os valores em caixa e bancos eram:

Caixa – 6.652,86 €

Bancos – 305.205,99 €

Veja-se nas páginas seguintes o “*Resumo Diário de Tesouraria*” referente ao dia 31/12/2015:

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Data	Nº Pág.
30/12/2015	1

Número	Ano
252	2015

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria		Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
CAIXA		3 141,57	170 968,89	174 110,46	167 457,60	6 652,86
FUNDOS DE MANEIO		5 120,00	0,00	5 120,00	5 120,00	0,00
BANCOS						
À ORDEM	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	32 198,22	0,00	32 198,22	10 953,89	21 244,33
	Conta : 00350282000000173018					
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	116,94	0,00	116,94	0,00	116,94
	Conta : 003502820001879583035					
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1 352,66	0,00	1 352,66	0,00	1 352,66
	Conta : 003502820002089123017					
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	118,70	0,00	118,70	0,00	118,70
	Conta : 003502820002097143076					
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	61,89	0,00	61,89	0,00	61,89
	Conta : 003502820002341233098					
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	7,57	0,00	7,57	0,00	7,57
	Conta : 003502820002752613008					
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	51,53	0,00	51,53	0,00	51,53
	Conta : 00350282000252623080					
	Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	47,71	0,00	47,71	0,00	47,71
	Conta : 003503080000000223068					
	Banco : Banco Comercial Português, Sa	5 671,18	64 848,74	70 519,92	68 605,05	1 914,87
	Conta : 003300000808018425913					
	Banco : Banco Comercial Português, Sa	25,41	0,00	25,41	0,00	25,41
	Conta : 003300000808034018857					
	Banco : Banco Comercial Português, Sa	166,01	60,00	226,01	0,00	226,01
	Conta : 003300004528340599005					
	Banco : Banco Comercial Português, Sa	220,67	0,00	220,67	0,00	220,67
	Conta : 003300004528713321505					
	Banco : Banco Comercial Português, Sa	121 867,56	58,44	121 926,00	67 691,34	54 234,66
	Conta : 003300004532874563305					
	Banco : TOTTA SANTANDER	19 466,57	0,00	19 466,57	1 978,29	17 488,28
	Conta : 001800003516179600112					
	Banco : TOTTA SANTANDER	193 313,59	1 971,35	195 284,94	0,00	195 284,94
	Conta : 001800032511875302038					
	Banco : Banco Espírito Santo, Sa	2 204,15	0,00	2 204,15	1 428,64	775,51
	Conta : 000703740000576000689					
	Banco : Banco Espírito Santo, Sa	2 158,10	732,97	2 891,07	0,00	2 891,07
	Conta : 000703740002920000063					

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Data	Nº Pág.
30/12/2015	2

Número	Ano
252	2015

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria		Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
BANCOS						
Banco : Banco Espírito Santo, Sa		2 807,86	1 739,20	4 547,06	0,00	4 547,06
Conta : 000703740003051001861						
Banco : Banco Espírito Santo, Sa		113,73	1 110,00	1 223,73	0,00	1 223,73
Conta : 000703740003073001849						
Banco : Banco Espírito Santo, Sa		1 444,44	669,83	2 114,27	38,59	2 075,68
Conta : 000703740003128000849						
Banco : Banco Bpi, Sa		8 921,89	0,00	8 921,89	7 625,12	1 296,77
Conta : 001000002217788010152						
Sub-Total :		392 336,38	71 190,53	463 526,91	158 320,92	305 205,99
APLICAÇÕES DE TESOURARIA						
Títulos Negociáveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Disponibilidades :		400 597,95	242 159,42	642 757,37	330 898,52	311 858,85
DOCUMENTOS		61 645,61	0,00	61 645,61	0,00	61 645,61
Total de Movimentos de Tesouraria :		462 243,56	242 159,42	704 402,98	330 898,52	373 504,46
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS		102 099,24	5 556,62	107 655,86	96 267,07	11 388,79
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS		298 498,71	1 971,35	300 470,06	0,00	300 470,06

3.1.5. Acréscimo de proveitos

Segundo o POCAL deverão ser contabilizados na conta “271 – Acréscimos de proveitos” os proveitos a reconhecer no próprio exercício cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) futuro (s).

Foram identificados 4.299.856,03 € de proveitos desta natureza, cuja cobrança só irá ser feita em 2016.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
27	Acréscimos e diferimentos	9.558.606,17	5.258.750,14	4.299.856,03	0,00
271	Acréscimos de proveitos	9.558.606,17	5.258.750,14	4.299.856,03	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	9.558.606,17	5.258.750,14	4.299.856,03	0,00
Totais Gerais:		9.558.606,17	5.258.750,14	4.299.856,03	0,00

Estão incluídas nesta conta:

Faturação de água, saneamento e RSU no mês de janeiro de 2016, correspondente ao período de consumo dezembro de 2015. Ou seja, o proveito é de 2015 mas a receita só dá entrada no ano de 2016 (182.387,51 €).

Renda proveniente de um contrato de concessão com a EDP referente à Iluminação Pública. Esta renda corresponde ao 4º trimestre do ano de 2015 (71.503,54 €).

Previsão de recebimento das seguintes receitas:

- Imposto Municipal sobre Imoveis (2.636.024,30€)
- Derrama (117.325 €)
- IRS (1.154.679,00 €)

Estes impostos constituem proveitos de 2015 mas apenas são recebidos em 2016.

Receita recebida em janeiro de 2016 mas que diz respeito a proveitos de 2015:

- Acionamento de garantia bancária da Alpeso Construções (64.100 €)
- Verba transferida do Departamento de Conservação da Natureza (16.820,72 €)
- Impostos Único de Circulação (31.617,30 €)
- Imposto Municipal sobre Transações (34.525,78 €)

Entre outras.

3.1.6. Fundos Próprios

Os **Fundos Próprios** apresentam o valor de 19.291.745,63 €.

3.1.7. Passivo

Quanto aos **débitos a médio e longo prazo**, referem-se aos empréstimos a médio e longo prazos contratados pelo município e cujo valor em dívida é de 8.900.342,55 €.

Os empréstimos estão divididos em:

Exigível a Médio e Longo Prazo – 7.997.960,62 €

Exigível a Curto Prazo (N+1) – 902.381,93 €

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2015

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
23	Empréstimos obtidos	2.254.841,73	11.155.184,28	0,00	8.900.342,55
231	Em moeda nacional	2.254.841,73	11.155.184,28	0,00	8.900.342,55
2311	De curto prazo	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
23111	Empréstimos bancários	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
231111	Instituições financeiras monetárias residentes	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
2311110102	Banco Santander Totta, S.A.	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
2312	De médio e longo prazo	1.804.841,73	10.705.184,28	0,00	8.900.342,55
23121	Empréstimos bancários	641.477,26	6.004.677,66	0,00	5.363.200,40
231211	Instituições financeiras monetárias residentes	641.477,26	6.004.677,66	0,00	5.363.200,40
2312111	Caixa Geral de Depósitos	404.683,00	3.555.497,91	0,00	3.150.814,91
231211101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.339,56	114.944,12	0,00	101.604,56
231211103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	131.460,09	481.353,60	0,00	349.893,51
231211105	C.G.D.-Zona Industrial	23.651,27	227.579,65	0,00	203.928,38
231211106	C.G.D.-Saneamento Financeiro - 465.810 €	53.318,87	137.692,73	0,00	84.373,86
231211107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.568,88	163.056,11	0,00	148.487,23
231211108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. - 2.855.000 €	168.344,33	2.430.871,70	0,00	2.262.527,37
2312113	Novo Banco	122.508,00	992.147,96	0,00	869.639,96
231211301	NB - Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	57.511,20	0,00	50.611,20
231211302	NB - Saneamento Básico	10.248,00	71.768,17	0,00	61.520,17
231211303	NB - Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	54.612,92	0,00	48.060,92
231211304	NB - Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	40.463,67	0,00	34.703,67
231211305	NB - Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	605.789,00	0,00	532.373,00
231211306	NB - Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	162.003,00	0,00	142.371,00
2312114	Banco BPI	114.286,26	1.457.031,79	0,00	1.342.745,53
231211401	B.P.I.-Recinto Multiusos	39.629,97	354.374,84	0,00	314.744,87
231211402	B.P.I.-EB1 + JI Sul - 1.265.000 €	74.656,29	1.102.656,95	0,00	1.028.000,66
2312114021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	21.394,97	315.998,82	0,00	294.603,85
2312114022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	53.261,32	786.658,13	0,00	733.396,81
23122	Empréstimos bancários MLP (Vencimento em N+1)	628.941,61	1.264.112,12	0,00	635.170,51
231221	Instituições financeiras monetárias residentes	628.941,61	1.264.112,12	0,00	635.170,51
2312211	Caixa Geral de Depósitos	398.110,13	800.363,64	0,00	402.253,51
231221101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.146,35	26.477,95	0,00	13.331,60
231221103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	130.764,05	261.884,69	0,00	131.120,64
231221105	C.G.D.-Zona Industrial	23.346,85	46.867,13	0,00	23.520,28
231221106	C.G.D.-Saneamento Financeiro (465.810 €)	53.062,23	106.319,79	0,00	53.257,56
231221107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.382,59	28.877,80	0,00	14.495,21
231221108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. (2.855.000 €)	163.408,06	329.936,28	0,00	166.528,22
2312213	Novo Banco	122.508,00	245.016,00	0,00	122.508,00
231221301	NB - Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	13.800,00	0,00	6.900,00
231221302	NB - Saneamento Básico	10.248,00	20.496,00	0,00	10.248,00
231221303	NB - Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	13.104,00	0,00	6.552,00
231221304	NB - Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	11.520,00	0,00	5.760,00
231221305	NB - Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	146.832,00	0,00	73.416,00
231221306	NB - Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	39.264,00	0,00	19.632,00
2312214	Banco BPI	108.323,48	218.732,48	0,00	110.409,00
231221401	B.P.I.-Recinto Multiusos	38.146,47	77.049,47	0,00	38.903,00
231221402	B.P.I.-EB1 + JI Sul (1.265.000 €)	70.177,01	141.683,01	0,00	71.506,00
2312214021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	20.111,30	40.603,45	0,00	20.492,15
2312214022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	50.065,71	101.079,56	0,00	51.013,85
23123	Outros empréstimos obtidos	267.211,44	2.901.971,66	0,00	2.634.760,22
231231	Direcção-Geral do Tesouro	267.211,44	2.658.237,83	0,00	2.391.026,39
23123101	DGTF - PREDE - 187.392 €	37.478,40	131.174,40	0,00	93.696,00
23123102	DGTF - PAEL - 3.181.877,53 Euros	229.733,04	2.527.063,43	0,00	2.297.330,39
231232	Banco Europeu Investimento	0,00	243.733,83	0,00	243.733,83
23123201	Escola Básica Norte do Entroncamento	0,00	145.006,49	0,00	145.006,49
23123202	Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	0,00	35.058,37	0,00	35.058,37
23123203	Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	0,00	63.668,97	0,00	63.668,97
23124	Outros empréstimos obtidos (Vencimento em N+1)	267.211,42	534.422,84	0,00	267.211,42
231241	Direcção-Geral do Tesouro	267.211,42	534.422,84	0,00	267.211,42
23124101	DGTF - PREDE (187.392 €)	37.478,40	74.956,80	0,00	37.478,40
23124102	DGTF - PAEL (3.181.877,53 €)	229.733,02	459.466,04	0,00	229.733,02
Totais Gerais:		2.254.841,73	11.155.184,28	0,00	8.900.342,55

Os **débitos a curto prazo** referem-se ao exigível a menos de 1 ano (curto prazo) e situam-se em 3.791.482,04 €.

Compõem-se de:

Designação	Valor (€)
A curto prazo	
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	902.381,93
Fornecedores	
Fornecedores gerais c/c	1.323.981,08
Fornecedores - Fat. Recepção e Conferência	306.844,04
Fornecedores de imobilizado - c/c	288.679,72
Leasing	5.482,94
Factoring	
Forn. Imobil. - Fat. em Recepção e Conferência	
Total "Fornecedores"	1.924.987,78
Outros	
Estado e outros entes públicos	63.933,38
Administração autárquica	18.841,78
Outros credores	877.549,74
Total "Outros"	960.324,90
Total "Débitos curto prazo"	3.787.694,61

3.1.8. Acréscimos de custos (conta 273)

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício (s) posterior (es).

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
273	Acréscimos de custos	0,00	0,00	0,00	0,00
2731	Seguros a liquidar	1.701,06	1.701,06	0,00	0,00
2732	Remunerações a liquidar	630.141,70	1.265.930,80	0,00	635.789,10
27321	Remunerações	509.126,36	1.025.603,32	0,00	516.476,96
273211	Membros da Câmara	25.702,18	52.583,54	0,00	26.881,36
273212	Pessoal	483.424,18	973.019,78	0,00	489.595,60
2732121	Pessoal do quadro	483.424,18	973.019,78	0,00	489.595,60
2732122	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,00	0,00	0,00
27322	Encargos	121.015,34	240.327,48	0,00	119.312,14
273221	Membros da Câmara	6.104,26	12.488,58	0,00	6.384,32
273222	Pessoal	114.911,08	227.838,90	0,00	112.927,82
2732221	Pessoal do quadro	114.911,08	227.838,90	0,00	112.927,82
2732222	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,00	0,00	0,00
2733	Juros a liquidar	0,00	658,77	0,00	658,77
2739	Outros acréscimos de custos	111.926,01	210.199,32	0,00	98.273,31
Totais Gerais:		743.768,77	1.478.489,95	0,00	734.721,18

Fazem parte da conta 273 as seguintes subcontas:

- Seguros a liquidar (2731), Remunerações a liquidar (2732), Juros a liquidar (2733), e outros acréscimos de custos (2739).

Em 2016, aquando do respetivo pagamento, estas contas serão saldadas.

2732 «Remunerações a liquidar». - Compreende, entre outras, as remunerações (e respetivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorram no ano seguinte.

As férias são pagas no ano n+1 (movimento financeiro), mas o seu direito é adquirido no ano n (ano de origem e registo do custo).

A previsão destes custos para o ano de 2015 é de 635.789,10 €.

3.1.9. Proveitos diferidos

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 «Subsídios para investimentos». - Incluem-se nesta conta os subsídios/transferências para investimento a que a autarquia local tem direito, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

Proveitos diferidos refere-se aos recebimentos dos vários fundos financeiros para investimentos municipais, conforme mapa seguinte:

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2015

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2745	Subsídios para investimentos	2.451.409,45	29.605.111,21	0,00	27.153.701,76
27451	Administrações Públicas	2.451.409,45	29.605.111,21	0,00	27.153.701,76
274511	Orçamento do Estado	2.451.409,45	29.605.111,21	0,00	27.153.701,76
2745111	Cooperação técnica e financeira	264.124,18	4.112.133,54	0,00	3.848.009,36
274511101	DGTT - MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
27451110111	Edifício 9	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
274511102	DGAL - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	31.173,56	498.776,89	0,00	467.603,33
274511104	CCDRLVT - REQUALIFICAÇÃO ZONA ENV. MERCADC	8.002,84	576.254,57	0,00	568.251,73
274511105	DGAL/CCDRLVT - PISCINA	9.530,48	676.664,04	0,00	667.133,56
274511108	INST. DESPORTO - PAVILHÃO	3.257,49	231.281,99	0,00	228.024,50
274511109	DGTT - Passagem Inferior	77.218,59	308.874,35	0,00	231.655,76
274511110	INSTITUTO GESTÃO FINANCEIRA DA JUSTIÇA	4.068,90	44.757,92	0,00	40.689,02
274511111	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2ª FASE	0,00	9.352,89	0,00	9.352,89
274511112	DGAL-REQ.ESP.URB.DESP.ZONAS V.LAZER	50.135,03	614.276,56	0,00	564.141,53
274511114	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-1ª parte	24.742,28	84.825,03	0,00	60.082,75
274511115	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-2ª parte	10.146,25	161.433,07	0,00	151.286,82
274511117	Ministério Educação-Escola Dr. Ruy Andrade	45.848,76	805.636,23	0,00	759.787,47
2745112	FEDER	217.461,20	5.822.137,02	0,00	5.604.675,82
27451121	FEDER TRADICIONAL - QCA I - QCA II	77.405,59	817.225,81	0,00	739.820,22
2745112101	Infraestr. saneamento básico pavim. (overbook.)	6.765,37	27.061,44	0,00	20.296,07
2745112105	Infraestruturas da Zona Industrial	0,04	0,04	0,00	0,00
2745112111	Arranjo Urbanístico Via Principal Centro Cidade	9.352,46	28.057,39	0,00	18.704,93
2745112112	Infraestruturas Lugares Fontainhas, C. Grilo e Covão	26.287,15	78.861,42	0,00	52.574,27
2745112113	Valorização do Complexo Turístico Bonito	9.731,61	38.926,43	0,00	29.194,82
2745112114	Conserv. rede viária, arruamentos passeios-2.Fase	12.798,47	51.193,86	0,00	38.395,39
2745112115	Pavilhão Polidesportivo - 1ª. Fase	8.108,11	575.675,74	0,00	567.567,63
2745112118	Passagem Inferior - Obra Compart. pelo PORLVT	4.362,38	17.449,49	0,00	13.087,11
27451122	QCA II - PROSIURB	4.653,39	330.390,76	0,00	325.737,37
274511221	Piscina	3.055,62	216.948,74	0,00	213.893,12
274511222	Pavilhão Polidesportivo	1.597,77	113.442,02	0,00	111.844,25
27451123	QCA III	135.402,22	4.674.520,45	0,00	4.539.118,23
274511231	EIXO 1	119.282,96	3.818.168,95	0,00	3.698.885,99
27451123101	Requalificação de espaços urbanos (MT12/011)	15.250,46	122.300,23	0,00	107.049,77
274511231011	R. EUA, Brito Capelo, A.M. Agostinho, L.G.	3.268,82	22.881,72	0,00	19.612,90
274511231012	R.J.F.Corujo, Viana de Lemos, J.Estrela Teriaga	3.470,35	27.762,81	0,00	24.292,46
274511231013	Pavimentação R. Almada Negreiros	2.472,92	17.310,42	0,00	14.837,50
274511231014	Pavimentação da R. Elias Garcia	3.483,71	31.353,41	0,00	27.869,70
274511231015	Rua B - Acessos à Galharda	2.554,66	22.991,87	0,00	20.437,21
27451123102	Saneamento básico Concelho-1.Fase (MT12/012)	22.650,98	176.845,08	0,00	154.194,10
274511231021	Rede esgotos - Prolongamento Rua Cia. Divisionária	3.732,17	29.857,39	0,00	26.125,22
274511231022	Rede de Esgotos R. Elias Garcia (11 Unidos - A.R.)	2.457,29	19.658,41	0,00	17.201,12
274511231023	Remod. Colectores R.R. Matos Torres e D. Pedro V	2.726,67	21.813,38	0,00	19.086,71
274511231024	Remod. rede águas R.F.Pessoa e Eng. Gomes Silva	4.454,12	35.632,87	0,00	31.178,75
274511231025	Remodelação da Rede de Águas do Casal da Galharda	2.490,49	17.433,48	0,00	14.942,99
274511231026	Reposição Pav. R. Luís Sommer	977,81	6.844,63	0,00	5.866,82
274511231027	Reposição Pav. R. Eng. E. Pichiocci G. Eng.M.Costa	1.550,93	10.856,46	0,00	9.305,53
274511231028	Rede Esg. R. Almada Negreiros e Casal Melão	3.604,92	28.839,28	0,00	25.234,36
274511231029	Pav.R. Elias Garcia (Dos 11 Unidos à R. A. Reis)	656,58	5.909,18	0,00	5.252,60
27451123103	Projecto qualificação zonas urbanas (MT12/013)	12.100,77	139.778,70	0,00	127.677,93
274511231031	Ruas D. Afonso Henriques / Vasco da Gama	2.620,96	20.967,75	0,00	18.346,79
274511231032	R.D.S., Lg Comun., Env.polid.desc., Lg. Frat.M.Moni	3.625,61	29.004,84	0,00	25.379,23

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
274511231033	Recinto multiusos - 1ª Fase (Mercado Semanal)	762,91	54.167,00	0,00	53.404,09
274511231034	Novo Acesso à Escola Secundária	2.090,50	14.633,41	0,00	12.542,91
274511231035	Remod. rede esg. pluv. e rede águas Afonso Henr.	2.588,53	18.119,75	0,00	15.531,22
274511231036	Alteração do Estacionamento na Rua da Coferpor	64,62	452,35	0,00	387,73
274511231037	Ampliação Estacionamentos na Coferpor	174,22	1.219,59	0,00	1.045,37
274511231038	Correcção perfil R.A.Sérgio, Cof.,J.Lopes.	173,42	1.214,01	0,00	1.040,59
27451123104	Pavilhão polidesport.-2ª. Fase-Cobertura(MT11/022)	3.071,94	218.107,67	0,00	215.035,73
27451123105	Piscina-Cobertura, Acabamentos e Equipamento	7.600,73	539.651,52	0,00	532.050,79
27451123106	Requalificação urbana zona env.mercado municipal	14.006,07	1.008.436,70	0,00	994.430,63
27451123107	Recinto multiusos	10.762,66	764.148,95	0,00	753.386,29
27451123108	Rede de Ciclovias - R. Dr. Francisco Sá Carneiro	16.627,53	182.902,77	0,00	166.275,24
27451123109	Jardim de Infância Norte - Entrancamento	7.493,77	539.551,80	0,00	532.058,03
27451123110	Zona Industrial 2º Fase - (Eixo 1 Medida 1.5/231)	9.718,05	126.445,53	0,00	116.727,48
274511233	EIXO 3	12.916,28	833.930,37	0,00	821.014,09
27451123301	Jardim Infância Norte	1.319,45	10.555,51	0,00	9.236,06
27451123302	Pavilhão Polidesportivo - 3ª. Fase	11.596,83	823.374,86	0,00	811.778,03
274511236	POE - PROGRAMA OPERACIONAL ECONOMIA	3.202,98	22.421,13	0,00	19.218,15
2745113	FSE - FUNDO SOCIAL EUROPEU (univa)	94,61	756,96	0,00	662,35
2745114	QREN	1.960.857,01	19.661.208,59	0,00	17.700.351,58
274511401	Escola Básica António Gedeão	129.812,97	1.353.490,86	0,00	1.223.677,89
274511402	Escola Básica Norte do Entrancamento	325.000,75	2.553.751,54	0,00	2.228.750,79
27451140201	Escola Básica Norte Entº-Empreitada	166.253,11	2.353.871,59	0,00	2.187.618,48
27451140202	Escola Básica Norte Entº-Equip.Informático	64.898,51	94.733,85	0,00	29.835,34
27451140203	Escola Básica Norte Entº-Material Didático	40.733,16	51.594,38	0,00	10.861,22
27451140204	Escola Básica Norte Entº-Mob. Escolar	53.115,97	53.551,72	0,00	435,75
274511403	Escola Básica da Zona Verde do Entrancamento	121.327,00	2.119.340,31	0,00	1.998.013,31
274511404	Escola Dr. Ruy d'Andrade	582.570,92	4.700.374,05	0,00	4.117.803,13
27451140401	Escola Ruy D'Andrade-Empreitada	387.949,30	4.412.293,67	0,00	4.024.344,37
27451140402	Escola Ruy D'Andrade-Mobiliário Escolar	77.359,36	83.667,62	0,00	6.308,26
27451140403	Escola Ruy D'Andrade-Equipam.Informático	56.328,30	116.231,80	0,00	59.903,50
27451140404	Escola Ruy D'Andrade-Material Didático	60.933,96	88.180,96	0,00	27.247,00
274511405	Melhoria Acessibilidades Interconcelhias	168.377,70	1.173.429,58	0,00	1.005.051,88
27451140501	Melhoria Acess.Inter-Req.Acessos Formigos/C.Vidiga	45.552,82	325.644,45	0,00	280.091,63
27451140502	Melhoria Acess.Inter-Req.Urbana R.Elias Garcia	87.502,82	525.444,72	0,00	437.941,90
27451140503	Melhoria Acess.Inter-Alarg. Av.ª Forças Armadas	35.322,06	322.340,41	0,00	287.018,35
274511406	Ciclovias - Freguesia de N.ª Sra. Fátima	34.980,10	560.707,21	0,00	525.727,11
274511410	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 1	20.960,89	384.992,77	0,00	364.031,88
27451141001	Praça da Republica	4.152,74	65.637,97	0,00	61.485,23
27451141002	Jardim Parque José Pereira Caldas	16.808,15	319.354,80	0,00	302.546,65
274511411	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 2	244.510,33	2.983.503,09	0,00	2.738.992,76
27451141101	Largo José Duarte Coelho	14.125,27	226.260,95	0,00	212.135,68
27451141102	Largo José Duarte Coelho - Complementos	6.650,05	113.050,73	0,00	106.400,68
27451141103	Fonte Ornamental	4.529,19	76.996,15	0,00	72.466,96
2745114112	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3A	96.829,70	1.113.484,23	0,00	1.016.654,53
274511411201	Req. Urb. Freg. S. João Baptista	21.197,18	306.777,34	0,00	285.580,16
274511411202	Exec.Rot.-Cruz. Av. Dr. J. Eduardo V. Neves/A. Cab	883,72	13.118,19	0,00	12.234,47
274511411203	Req. Urb. Bairro da Coferpor Nascente	16.125,84	141.441,81	0,00	125.315,97
274511411204	Man.Red. Viária-R.Af.Alb.,R.Prof.J.F.Corujo, LgVa	2.010,93	27.624,31	0,00	25.613,38
274511411205	Req. Urbana - Bairro Coferpor (Nascente) - 2ª Fase	3.072,65	44.594,97	0,00	41.522,32
274511411206	R. Acesso ao Interior do Parque do Bonito	1.024,64	17.418,91	0,00	16.394,27
274511411207	Req.Urb.Freg.N.Sr.Fátima-Lg de Stº. Ant.-Complem	20.354,60	23.336,09	0,00	2.981,49

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
274511411208	Req. Urb. - Bairro da Coferpor (Poente)	9.881,48	138.156,80	0,00	128.275,32
274511411209	Req.Urb. Freg.N.Sr. Fátima	22.278,66	401.015,81	0,00	378.737,15
27451141113	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3B	30.550,33	429.993,40	0,00	399.443,07
274511411301	R. 1º de Maio e R. Pedro Álvares Cabral	8.373,53	150.723,63	0,00	142.350,10
274511411302	R. Luis Falcão de Sommer (Ilumin. Publica)	1.559,77	26.516,11	0,00	24.956,34
274511411303	R. Luis Falcão de Sommer (Jogos de Água)	3.438,67	58.453,06	0,00	55.014,39
274511411304	R. Luis Falcão de Sommer (Mobiliário Urbano)	6.836,87	19.501,88	0,00	12.665,01
274511411305	R. D. Nuno Álvares Pereira	1.623,01	27.588,78	0,00	25.965,77
274511411306	Bairro Frederico Ulrich	8.718,48	147.209,94	0,00	138.491,46
2745114114	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 4	51.295,77	291.066,56	0,00	239.770,79
274511411401	Rede Aberta Multi-serviços	51.295,77	291.066,56	0,00	239.770,79
2745114115	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 5	40.530,02	732.651,07	0,00	692.121,05
274511411501	Const. Eq. Apoio para Animação - Rest. Bonito	40.530,02	732.651,07	0,00	692.121,05
27451141601	Env. Campos Sintéticos - Arranjos Ext. Z.Env.Pisc.	65.672,20	1.060.587,44	0,00	994.915,24
27451141602	Env. Campo Relvado e Bancada Poente	18.266,88	259.848,74	0,00	241.581,86
27451141603	Parque Radical	18.073,51	289.499,52	0,00	271.426,01
27451141605	Edif. Apoio aos Campos de Ténis	3.004,56	51.077,51	0,00	48.072,95
27451141606	Parque Infantil - Parque do Bonito	5.465,74	98.383,31	0,00	92.917,57
27451141607	Modulo para Parque Radical	877,45	14.916,58	0,00	14.039,13
274511417	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 7	622,46	41.091,86	0,00	40.469,40
27451141701	Remodelação da Biblioteca Municipal	622,46	41.091,86	0,00	40.469,40
274511418	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 8	7.419,06	133.542,46	0,00	126.123,40
27451141801	Remodelação do Centro Cultural	7.419,06	133.542,46	0,00	126.123,40
274511419	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro)-Op.14-G.Monit.Parc	4.831,63	18.641,44	0,00	13.809,81
274511420	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 15	6.212,12	42.325,23	0,00	36.113,11
27451142001	Centro de Convívio	6.212,12	42.325,23	0,00	36.113,11
274511421	Execução do Parque Verde do Bonito	93.925,02	1.493.446,34	0,00	1.399.521,32
27451142101	Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase	93.925,02	1.493.446,34	0,00	1.399.521,32
274511422	Operação Centro-03-0350-FEDER-023061	15.250,84	214.907,21	0,00	199.656,37
27451142201	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	15.250,84	214.907,21	0,00	199.656,37
274511423	Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	93.694,88	113.351,54	0,00	19.656,66
27451142301	Médio Tejo - Gestão em SIG	18.495,40	26.677,04	0,00	8.181,64
27451142302	SAMA - Médio Tejo Online (Plataforma de Educação)	40.774,50	40.774,50	0,00	0,00
27451142303	SAMA - Médio Tejo Online (Rest. Inf. Tecnológicas)	34.424,98	45.900,00	0,00	11.475,02
2745119	Outros fundos/organismos	8.872,45	8.875,10	0,00	2,65
274511901	REFER - Participação em estudo "Circular 3"	8.872,45	8.875,10	0,00	2,65
Totais Gerais:		2.451.409,45	29.605.111,21	0,00	27.153.701,76

Os Balancetes apresentados revelam todos os projetos executados pelo Município do Entroncamento que beneficiaram de apoio financeiro quer da administração central (através de contratos-programa) quer da União Europeia, através do FEDER e do FSE.

Assim de acordo com o POCAL os movimentos efetuados através da conta 2745 são:

A crédito

Verbas recebidas ou contratos de financiamento assinados .

A débito

Dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, os subsídios para investimento devem ser considerados proveitos diferidos durante a vida útil do investimento. Ou seja, existe uma correlação entre os custos e os proveitos. Assim, o subsídio (proveitos) vai sendo repartido pelos diversos anos em que se utiliza o bem (vida útil).

3.2. Evolução do balanço

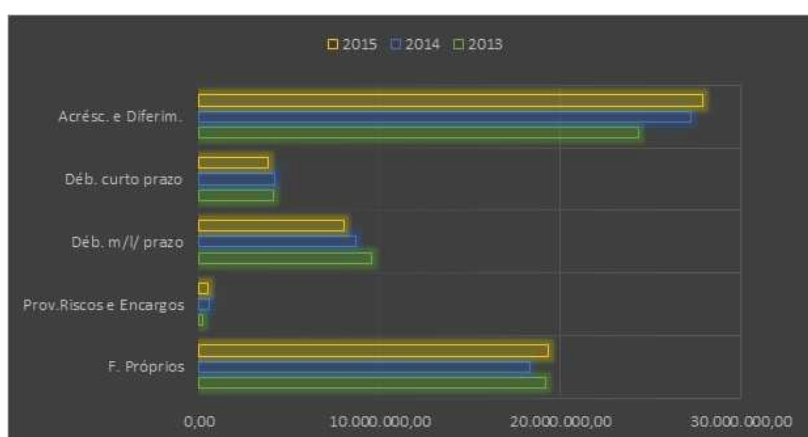
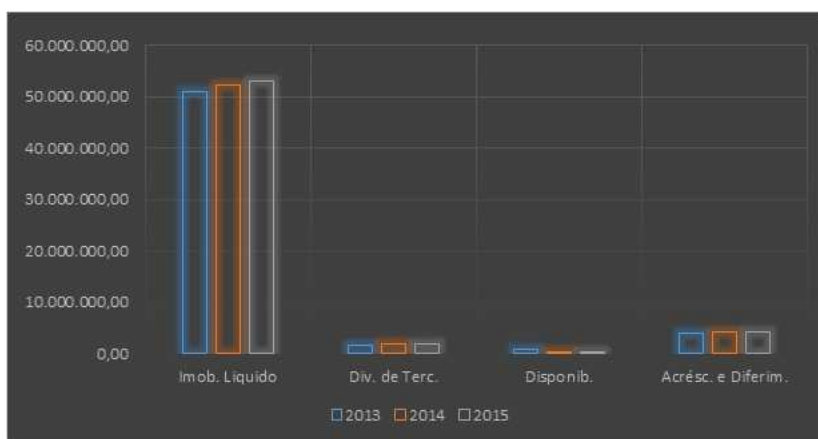
EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Activo	2013	2014	2015	Var. 15/14	Fundos próprios + passivo	2013	2014	2015	Var. 15/14
Imobilizado líquido	51.045.661,31	52.283.650,51	52.975.238,00	1,32%	Fundos próprios	19.175.505,39	18.274.594,99	19.291.745,63	5,57%
Existências	140.099,42	115.105,26	106.606,24	-7,38%	Passivo				
Dívidas de terceiros	1.507.010,94	1.893.251,80	1.739.221,84	-8,14%	Prov. /Riscos e Enc.	149.533,17	555.724,04	473.865,63	-14,73%
Disponibilidades	673.591,93	288.597,67	311.858,85	8,06%	Débitos m/l/ prazo	9.555.511,49	8.662.915,49	7.997.960,62	-7,68%
Acrésc. e diferimentos	3.882.709,08	4.280.446,00	4.307.934,02	0,64%	Débitos curto prazo	4.070.966,33	4.155.449,46	3.787.694,61	-8,85%
					Acrésc. e diferimentos	24.297.556,30	27.212.367,26	27.889.592,46	2,49%
Total	57.249.072,68	58.861.051,24	59.440.858,95	0,99%	Total	57.249.072,68	58.861.051,24	59.440.858,95	0,99%

O ativo situou-se praticamente ao mesmo nível do ano passado, registando uma ligeira redução de 0,01 %.

A rubrica que mais se destaca é o imobilizado líquido que aumentou 1,32 %, ou seja, 691.587,49 €.

Este aumento deve-se à conclusão de diversas obras que estavam em curso (Escola Dr. Ruy Andrade, Escola do Bonito, Ciclovia NSF, Req. Rua Elias Garcia, Req. Av. Forças Armadas, Req. Casais Formigos) e também pela inclusão da participação do capital social do FAM no valor de 496.358,86 €.



um aumento de 2,49 %, fruto do recebimento de verbas provenientes de fundos comunitários.

A rubrica dos fundos próprios registou um aumento de 5,57 % face ao ano anterior, devido ao resultado líquido positivo de 1.014.378,11 €.

As rubricas do passivo registaram uma redução de 1,08 % (-437.342,93 €), contudo, se a análise for feita apenas considerando o passivo exigível (retirando os acréscimos e diferimentos) regista-se uma redução de 8,33 % (-1.114.568,13 €) face aos valores registados em 2014.

Os acréscimos e diferimentos registaram

3.3. Análise da demonstração de resultados por natureza

Ver mapa no ponto 9.4.

CÓD	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Proveitos			
71	Vendas e prestações de serviços	2.990.109,81	21,59%
72	Impostos e taxas	4.217.019,58	30,45%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.490.417,75	32,43%
78	Proveitos e ganhos financeiros	40.053,52	0,29%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.109.953,07	15,24%
	Total de proveitos	13.847.553,73	100,00%
Custos			
61	Custo das merc. vendidas e matérias consumidas	1.177.272,49	8,50%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.162.957,18	22,84%
63	Transferências e subsídios e prestações sociais	206.971,55	1,49%
64	Custos com o pessoal	4.982.222,58	35,98%
65	Custos e perdas operacionais	83.878,47	0,61%
66	Amortizações do exercício	2.791.426,97	20,16%
67	Provisões do exercício	109.575,46	0,79%
68	Custos e perdas financeiros	209.006,37	1,51%
69	Custos e perdas extraordinários	109.864,55	0,79%
	Total de custos	12.833.175,62	92,67%
	Resultado do exercício	1.014.378,11	7,33%

O exercício de 2015 terminou com um resultado positivo no valor de 1.014.378,11 €.

Os proveitos registaram um valor de 13.847.553,73 €, por sua vez, os custos fixaram-se em 12.833.175,62 €, ou seja, 7,33 % abaixo dos proveitos.

As rubricas com maior peso nos proveitos foram “impostos e taxas” e “transferências e subsídios obtidos”. As 2 no seu conjunto representam 62,88 % do total dos proveitos obtidos.

No que diz respeito aos custos as rubricas com maior peso foram: custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, com um peso conjunto de 58,82 % no total de proveitos.

Veja-se de seguida a evolução dos últimos 3 anos:

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



CÓD	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	Var. 15/14
Proveitos					
71	Vendas e prestações de serviços	2.998.322,77	2.968.152,95	2.990.109,81	0,7%
72	Impostos e taxas	4.171.061,54	3.621.025,60	4.217.019,58	16,5%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.585.421,25	4.700.443,41	4.490.417,75	-4,5%
78	Proveitos e ganhos financeiros	61.115,11	55.993,93	40.053,52	-28,5%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.255.518,61	1.794.974,70	2.109.953,07	17,5%
	Total de proveitos	13.071.439,28	13.140.590,59	13.847.553,73	5,4%
Custos					
61	Custo das merc. vendidas e mat.consumidas	1.474.090,44	1.230.004,49	1.177.272,49	-4,3%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.539.052,22	3.368.861,99	3.162.957,18	-6,1%
63	Transf. e subsídios e prestações sociais	250.754,63	224.145,95	206.971,55	-7,7%
64	Custos com o pessoal	5.146.127,75	5.093.985,48	4.982.222,58	-2,2%
65	Custos e perdas operacionais	109.026,00	86.011,02	83.878,47	-2,5%
66	Amortizações do exercício	2.490.255,06	2.706.626,86	2.791.426,97	3,1%
67	Provisões do exercício	76.497,41	480.628,36	109.575,46	-77,2%
68	Custos e perdas financeiros	305.082,94	261.735,88	209.006,37	-20,1%
69	Custos e perdas extraordinários	45.660,31	334.471,44	109.864,55	-67,2%
	Total de custos	13.436.546,76	13.786.471,47	12.833.175,62	-6,9%
	Resultado do exercício	-365.107,48	-645.880,88	1.014.378,11	

Face ao ano anterior verifica-se:

- Vendas e Prestações de Serviços – Aumento de 0,7 % (+21.956,86 €)
- Impostos e Taxas – Aumento de 16,5 % (595.993,98 €)
- Transferências e Subsídios Obtidos – Redução de 4,5 % (210.025,66 €)
- Proveitos e Ganhos Financeiros – Redução de 28,5 % (-15.940,41 €)
- Proveitos e Ganhos Extraordinários – Aumento de 17,5 % (314.978,37 €)

O aumento verificado nos proveitos e ganhos extraordinários é justificado pelo seguinte (ver detalhe na explicação da conta 79):

- **Multa contratual**, no valor de 200.126,94 €, aplicada à entidade Nogueira e Matias Lda na sequência do incumprimento do contrato referente à Escola Básica do Bonito.
- **Anulação de provisões** no valor de 165.051,32 € pelo facto dos processos que lhe deram origem terem ficado resolvidos.
- Aumento da rubrica “transferências de capital” na sequência da **especialização aos subsídios para investimento**.
- Acionamento de uma parte (64.100 €) da garantia bancária da empreitada Escola EB2/3 Dr. Ruy Andrade para correção de defeitos da obra.

- Faturação emitida pelo Município às Águas do Centro (AdC) no valor de 45.935,11 €.

Esta faturação é o reflexo da posição do Município face aos critérios de faturação do saneamento adotados pelas AdC, ou seja, a faturação está a ser feita pelos valores mínimos definidos no Contrato de Recolha de Efluentes e o Município entende que esta faturação deve ser feita pelos valores efetivamente medidos.

De seguida é feita a representação gráfica da evolução das várias rubricas dos proveitos nos últimos 3 anos.



No que diz respeito aos custos verifica-se uma redução de 953.295,85 € face ao ano anterior. No geral verifica-se o seguinte:

Descrição	Dif. 2015-2014	Dif. %
Custo das Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	-52.732,00	-4,29% ↓
Fornecimento e serviços externos	-205.904,81	-6,11% ↓
Transferências e subsídios concedidos	-17.174,40	-7,66% ↓
Custos com pessoal	-111.762,90	-2,19% ↓
Custos e perdas operacionais	-2.132,55	-2,48% ↓
Amortizações do exercício	84.800,11	3,13% ↑
Provisões do exercício	-371.052,90	-77,20% ↓
Custos e perdas financeiros	-52.729,51	-20,15% ↓
Custos e perdas extraordinárias	-224.606,89	-67,15% ↓
Total	-953.295,85	

Da análise do quadro acima verifica-se que a única rubrica que sofreu um aumento foram as amortizações do exercício, fruto do encerramento de diversas obras e início da sua amortização.

As principais reduções deram-se nas rubricas:

- Fornecimento e serviços externos (-205.904,81 €)

Esta redução deve-se principalmente ao início da faturação do saneamento com base nos valores medidos e não com base nos mínimos do contrato.

Esta operação teve início no mês de julho. Comparando este mesmo período (julho a dezembro) em cada um dos anos verificou-se uma redução de 211.006,93 € na faturação do saneamento (2014 = 358.782,90 € e 2015 = 147.775,97 €).

- Custos com o Pessoal (-111.762,90 €)

Esta redução resulta principalmente na saída de pessoal.

- Provisões do exercício (-371.052,90 €)

Esta redução resulta da provisão que foi feita em 2014 para as Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) na sequência dos valores de faturação do saneamento.

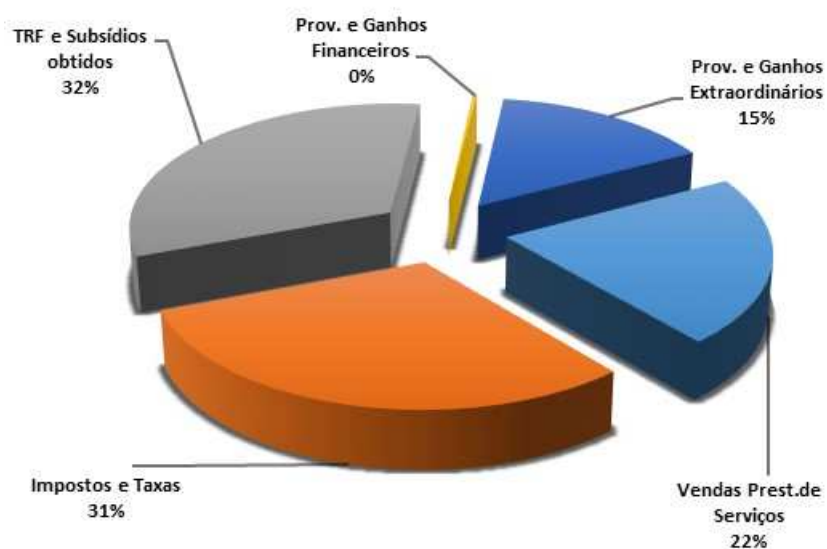
Em 2014 foi feita a provisão para a diferença entre os valores mínimos e os valores medidos (valores para os quais o município emitiu faturação e fez encontro de contas com valores em dívida) tendo abrangido o ano completo, enquanto em 2015 esta operação foi só feita até à faturação do mês de fevereiro, isto porque, para os valores a partir de julho já foram faturados corretamente e para os valores entre março e junho houve um princípio de entendimento entre o Município e as Águas de Lisboa e Vale do Tejo para se emitir uma nota de crédito sobre os mesmos (aguarda apenas validação por parte da ERSAR – Ver volume II ponto 14).

- Custos e perdas extraordinárias (-224.606,89 €)

A principal diferença deve-se à anulação, feita em 2014, do valor faturado em 2013 às Águas do Centro (AdC) para compensação dos encargos com eletricidade das instalações que passaram para a responsabilidade desta entidade. O valor faturado não foi aceite pela AdC e por isso foi creditado em 2014 (117.102,88 €).

3.3.1 Proveitos

O gráfico seguinte demonstra o peso das rubricas que constituíram em 2015 a base do financiamento do município, no total de proveitos.



De seguida é feita uma análise mais pormenorizada acerca de cada uma das Rubricas dos proveitos.

Vendas e Prestações de Serviços (Conta 71)

A rubrica “vendas e prestações de serviços” registou em 2015 um ligeiro aumento de 0,73 % face ao ano anterior, ou seja, mais 21.956,86 €.

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação
Água	883.181,03	848.440,93	3,93%
Saneamento	766.375,08	720.242,28	6,02%
Resíduos sólidos	468.313,55	442.743,02	5,46%
Água - Tarifa Fixa	355.783,56	347.439,04	2,35%
Fornecimento de Refeições Escolares	122.597,85	115.298,51	5,95%
Rendas	108.112,10	98.291,00	9,08%
Transportes Urbanos	82.274,47	82.899,61	-0,76%
Electricidade	53.833,89	123.691,04	-129,76%
Piscinas Municipais	34.795,08	46.212,97	-32,81%
Parques de estacionamento	29.689,93	31.405,42	-5,78%
Prolongamento de Horários Escolares	22.668,57	19.553,36	13,74%
Actividades Diversas	16.271,25	12.558,59	22,82%
Taxa de Recursos Hidricos (Águas)	14.818,14	17.017,30	-14,84%
Serviços culturais	8.324,64	10.747,00	-29,10%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	7.236,97	6.367,11	12,02%
Taxa de Recursos Hidricos (Saneamento)	5.284,47	23.427,17	-343,32%
Campos de Relva Artificial para Futebol	4.505,10	5.960,20	-32,30%
Campos de Ténis	4.062,95	5.350,95	-31,70%
Mercados e feiras	2.358,68	2.261,89	4,10%
Produtos acabados e intermédios	1.249,48	2.490,46	-99,32%
Serviços desportivos	1.164,10	9,16	99,21%
Pavilhão Desportivo Municipal	922,98	1.757,97	-90,47%
Venda de Outros Bens	579,40	463,66	19,98%
Licenciamento de Combustíveis	435,00	310,00	28,74%
Ligação de Ramais e Contratos de Água	330,55	1.775,00	-436,98%
Outros	160,95	1.413,17	-778,02%
Trabalhos por conta de particulares	58,81	27,42	53,38%
Bens Duradouros	51,88	57,20	-10,25%
Reembolsos e Restituições	-1.257,03	-4.614,65	-267,11%
Anulações	-4.073,62	-243,83	94,01%
Fornecimento de Processos de Concursos	0,00	4.800,00	-
TOTAL GERAL	2.990.109,81	2.968.152,95	0,73%

“Água”, “Saneamento”, “Resíduos Sólidos” e “Tarifa Fixa” são responsáveis por proveitos no valor de 2.473.653,22 € o que significa 82,73 % do total das vendas e prestações de serviços.

“Fornecimento e Refeições Escolares” diz respeito ao valor que os encarregados de educação pagam pelas refeições. Face ao ano anterior registou-se um aumento de 5,95 % resultado do aumento do nº de refeições devido à entrada em funcionamento da Escola Básica do Bonito, o que fez que deixa-se de haver horários duplos e como consequência mais alunos almoçam na escola.

“Rendas” com um proveito no valor de 108.112,10 € diz respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Habitações	46.034,18
Stands Feira Festas da Cidade	20.530,00
Edifício das Piscinas Antigas	11.124,00
Restaurante do P. Bonito	7.542,00
Bar/Esplanada 1 Largo José Duarte Coelho	6.333,59
Rendas Bar Salgueiro Maia	6.239,87
Bar/Esplanada 2 Largo José Duarte Coelho	5.846,13
Esquadra da Polícia de Segurança Pública	3.022,32
Bar/Esplanada junto aos Campos Sintéticos	743,27
Máquinas Vending	696,74
Total de “Rendas”	108.112,10

“Transportes urbanos” registou um proveito de 82.274,47 €. Face ao ano anterior houve uma ligeira redução de 0,76 %.

A rubrica **“Eletricidade”** diz respeito ao valor faturado às Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) referente ao custo de eletricidade, suportado pelo Município, das instalações que passaram para a responsabilidade desta entidade, ou seja, ETAR e EE do Centro.

Registou um proveito de 53.833,89 €. Face ao anterior houve uma redução de 129,76 % porque em 2014 houve acerto de anos anteriores.

Impostos e Taxas (Conta 72)

Vd. também pontos 2.3.1.1 a 2.3.1.4.

Da análise do quadro acima verifica-se que os proveitos obtidos na rubrica “*impostos e taxas*” obtiveram um aumento de 16,46 %, ou seja, mais 595.993,98 € quando comparado com o ano anterior.

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO
Impostos Diretos	3.942.588,89	3.393.444,55	16,18%
Imposto municipal sobre imóveis	2.636.024,30	2.601.393,26	1,33%
Imposto único de circulação	411.497,47	425.154,02	-3,21%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	777.742,12	240.548,59	223,32%
Derrama	117.325,00	125.190,65	-6,28%
Impostos abolidos	0,00	1.158,03	-100,00%
Impostos Indiretos	135.780,03	66.277,78	104,87%
Mercados e feiras	2.054,78	1.983,21	3,61%
Loteamentos e obras	16.460,70	20.309,90	-18,95%
Ocupação da via pública	100.862,06	26.752,70	277,02%
Publicidade	3.455,38	4.292,62	-19,50%
Outros	12.947,11	12.939,35	0,06%
Taxas	247.174,90	262.217,11	-5,74%
Mercados e feiras	193.278,44	210.028,70	-7,98%
Loteamentos e obras	16.066,29	18.386,55	-12,62%
Ocupação da via pública	1.113,60	2.129,45	-47,70%
Caça, uso e porte de arma	128,99	145,58	-11,40%
Outras	36.587,58	31.526,83	16,05%
Reembolsos e restituições	-108.524,24	-100.910,60	7,54%
Anulações	0,00	-3,24	-100,00%
TOTAL GERAL	4.217.019,58	3.621.025,60	16,46%

A rubrica “**impostos diretos**” foi a que teve o melhor desempenho, registando mais 549.144,34€ face ao ano anterior. O principal destaque vai para a rubrica do IMT, a qual registou um aumento de 537.193,53 €, ou seja, mais 223,32 % face a 2014.

Os valores registados no IMI e derrama dizem respeito a uma previsão dos valores a cobrar em 2016, ou seja, em relação a estes impostos a receita a arrecadar em 2016 diz respeito a um proveito de 2015.

Na rubrica “**impostos indiretos**” verificou-se um aumento de 4,87 % face ao ano anterior.

O principal destaque foi para a rubrica “Ocupação da Via Pública”.

Esta diferença deve-se ao valor cobrado à firma GESTELEC – Gestão e Investimento Unipessoal, por compensação de lugares de estacionamento em falta na sequência do alvará de loteamento 1/2007 em nome desta entidade. A implantação indevida do edifício da superfície comercial E`Leclerc no terreno, originou que o cais de descarga situado na extrema sul ocupa-se uma parcela de terreno integrada no loteamento do Saldanha Norte. A ocupação indevida desta parcela implicou a eliminação de 24 lugares de estacionamento público (deliberação de 19-05-2015).

No que diz respeito às Taxas registou-se uma redução de 5,74 %, ou seja, 15.042,21 €.

O valor negativo registado em “reembolsos e restituições” diz respeito aos reembolsos e restituições feitas ao longo de 2015 nos seguintes impostos:

DESIGNAÇÃO	2015
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	91.704,03
Imposto municipal sobre imóveis	12.886,11
Ocupação da via pública	3.357,69
Imposto único de circulação	576,41
TOTAL GERAL	108.524,24

Transferências e Subsídios Obtidos (Conta 74)

Esta rubrica regista as transferências que a entidade tem direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico.

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO
Transferências correntes do Orçamento de Estado	4.011.267,69	4.188.949,93	-4,24%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.634.071,00	1.807.410,00	-9,59%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00%
Participação no IRS	1.154.679,00	1.159.852,00	-0,45%
Outras Transferências Correntes obtidas	947.610,69	946.780,93	0,09%
Transferências capital do Orçamento de Estado	181.563,00	200.823,00	-9,59%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	181.563,00	200.823,00	-9,59%
Empresas	297.587,06	310.670,48	-4,21%
TOTAL GERAL	4.490.417,75	4.700.443,41	-4,47%

Em 2015 o Município obteve proveitos de “Transferências e Subsídios Obtidos” no valor de 4.490.417,75 €, registando uma variação negativa de 4,47 % face ao ano anterior.

No que diz respeito ao Fundo de Equilíbrio Financeiro verifica-se uma redução quer em transferências correntes quer em transferências de capital.

Em relação ao Fundo Social Municipal não se registaram variações, ou seja, os valores foram iguais aos do ano anterior.

A Participação no IRS regista uma ligeira redução de 0,45 % face ao ano anterior, ou seja, mais - 5.173 €. O valor em causa diz respeito à receita que o Município irá efetivamente receber em 2016 mas que é considerado como um proveito de 2015 (MAPA XIX do OE 2016).

Os proveitos registados na rubrica “outras transferências correntes” dizem respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Ministério Educação Ciência - Pessoal N/ Docente	591.428,34
DREL - Acordo Cooper. Pré-Escolar	139.924,52
DREL - Enriquecimento curricular (AEC)	68.890,60
C. Emprego T. Novas - Programa Inserção CEI +	53.542,16
Fundo Florestal Permanente	33.641,44
ISS - Instituto da Segurança Social	21.205,98
Ministério Educação Ciência-Gestão Parque Escolar	20.000,00
IEFP - GIP	7.451,00
DREL - Refeições Escolares (1º Ciclo)	4.623,06
C. Emprego T. Novas - Estágios Profissionais	2.914,97
IEFP - Outras Transferências	2.493,99
C. Emp. T Novas - EACE - Deficientes/Incapacitados	621,96
C. Emprego T. Novas - Programa PAC	447,52
C. Emprego T. Novas - Programa PAC-CEI	286,10
ANSR - Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	139,05
C. Emprego T. Novas - Programa PAC - CEI+	0,00
TOTAL GERAL	947.610,69

Proveitos e Ganhos Financeiros (Conta 78)

Em 2015 registou-se proveitos desta natureza no valor de 40.053,52 €, tal como demonstra o quadro seguinte.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
78	Proveitos e ganhos financeiros	8.924,96	48.978,48	0,00	40.053,52
781	Juros obtidos	8.924,96	38.069,04	0,00	29.144,08
7811	Juros bancários	0,00	0,47	0,00	0,47
7812	Juros de mora	8.866,38	37.303,25	0,00	28.436,87
7813	Juros compensatórios	58,58	765,32	0,00	706,74
783	Rendimentos de imóveis	0,00	10.909,44	0,00	10.909,44
7831	Terrenos e recursos naturais	0,00	10.909,44	0,00	10.909,44
Totais Gerais:		8.924,96	48.978,48	0,00	40.053,52

Deste valor 29.144,08 € correspondem a juros obtidos e 10.909,44 a rendas de imóveis.

O proveito registado em rendimentos de propriedade diz respeito à renda de terrenos pela instalação de antenas de empresas de telemóveis.

Comparando com o ano anterior verificou-se uma redução dos proveitos desta natureza em 28,47 %, tal como demonstra o quadro abaixo:

Designação	2015	2014	Variação
Juros bancários	0,47	40,97	-98,85%
Juros de mora / compensatórios	29.143,61	45.043,52	-35,30%
Rendimentos de imóveis	10.909,44	10.909,44	0,00%
Total Geral	40.053,52	55.993,93	-28,47%

Na rubrica “juros de mora / compensatórios” são registados os juros cobrados pelo município a entidades por atrasos no pagamento nas vendas e prestações de serviços e compensações por atrasos na liquidação de impostos (IMI, IMT, IUC).

Proveitos e Ganhos Extraordinários (Conta 79)

Designação	Valor
Ganhos em existências	2.446,73
Outros	2.446,73
Alienação de imobilizações corpóreas	49.494,19
Terrenos urbanos	8.971,40
Terrenos no cemitério	40.422,79
Outros bens patrimoniais	100,00
Benefícios de penalidades contratuais	204.455,37
Multas	202.065,96
Taxas de Relaxe	2.389,41
Reduções de amortizações e provisões	165.051,32
Provisões	165.051,32
Correcções relativas a exercícios anteriores	12.033,33
Reposições não abatidas aos pagamentos	139,65
Reposições abatidas aos pagamentos	9,33
Outros	11.884,35
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.676.472,13
Transferências de capital	1.534.584,23
Iva cobrado	558,95
Outros	141.328,95
Total Geral	2.109.953,07

Ganhos em existências

Refere-se à valorização de existências feita no programa informático.

Os ganhos obtidos em **alienação de imobilizações corpóreas** diz respeito à concessão de terrenos no cemitério municipal. A venda desses terrenos originou um proveito de 40.422,79 €. Na sequência do processo GESTELEC já referido foi também cobrada a parcela de terreno do domínio público que foi ocupada por esta entidade na sequência do alvará de loteamento 1/2007. A alienação foi feita por 8.971,40 €.

O valor registado na conta “**transferências de capital**” refere-se à especialização de subsídios para investimentos.

Na medida em que forem sendo amortizados os imobilizados objeto de comparticipação comunitária, é transferida para a conta em questão o valor da amortização desses investimentos na percentagem do financiamento que obteve.

Reduções de amortizações e provisões

Em 2015 foram reduzidas as seguintes provisões:

Descrição:

Inspeção no Mercado Diário (Auto de contraordenação nº 975052870)

Intervenientes:

Autor: ASAE

Reu: Município do Entroncamento

Decisão:

Processo arquivado. Foi aplicada uma coima no valor de 550 € que foi paga no dia 09/07/2015. A anulação da provisão foi no valor de 44.890 €

Descrição:

O processo em apreço tem como objeto um processo disciplinar intentado contra o Sr. Paulo Alexandre Gorjão Lourenço de Oliveira no passado (no âmbito da sua relação laboral com o Município), o qual culminou com uma deliberação tomada em reunião ordinária desta Câmara Municipal de 18/07/2005 de aplicação àquele de uma pena de multa, no valor correspondente a uma vez o seu vencimento mensal; foi igualmente deliberado pela Câmara suspender esta pena por um período de dois anos.

Neste contexto, Paulo Alexandre Gorjão Lourenço de Oliveira dirigiu-se ao Tribunal em Junho de 2007, peticionando a revogação do processo disciplinar e a condenação do Município e dos demais Réus no pagamento de indemnizações várias por danos morais, na carreira profissional e na saúde, ascendendo ao valor de 110.000,00 euros (cento e dez mil euros).

Intervenientes:

Autor: Paulo Alexandre G. Lourenço de Oliveira

Reu: Município do Entroncamento

Decisão:

Chegou-se a um entendimento entre as partes tendo sido deliberado a revogação do processo disciplinar e do ato punitivo consequente contestados e o autor desistiu do processo contra o Município do Entroncamento.

A anulação da provisão foi de 110.000 €.

Descrição:

Pedido de indemnização a título de danos patrimoniais na sequência de um furto ocorrido na Feira do Artesanato das Festas da Cidade e S. João no ano de 2000.

Intervenientes:

Autor: Maria José da Rocha

Reu: Município do Entroncamento

Decisão:

O Município foi condenado a pagar 5.140,61 € pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. O pagamento foi feito em janeiro de 2015.

Foi feita a anulação da provisão no valor de 6.809,96 €, tendo sido substituída pelo pagamento efetivo da condenação.

Descrição:

Contraordenação ANSR - Veículo sem extintor

Intervenientes:

Autor: ANSR

Reu: Município do Entroncamento

Decisão:

Apos contestação o município foi condenado a pagar uma multa de 202,50 €.

Foi feita a anulação da provisão no valor de 249,40 €, tendo sido substituída pelo pagamento efetivo da condenação.

Descrição:

Contraordenação ANSR - Veículo sem inspeção obrigatória

Intervenientes:

Autor: ANSR

Reu: Município do Entroncamento

Decisão:

Apos contestação o município foi condenado a pagar uma multa de 427,50 €.

Foi feita a anulação da provisão no valor de 1.250 €, tendo sido substituída pelo pagamento efetivo da condenação.

Foram anulados também valores referentes a provisões constituídas por dívidas de águas, saneamento e RSU.

Benefícios de penalidades contratuais

Diz respeito principalmente à aplicação de uma multa contratual à entidade Nogueira e Matias Lda na sequência do incumprimento do contrato referente à Escola Básica do Bonito.

Tendo em conta os sucessivos atrasos na empreitada foi deliberado a aplicação de uma multa contratual ao abrigo do art.º 403 do CCP. A multa foi fixada em 1.419,34 €/dia.

A deliberação é datada de 21/10/2014 e foi posta em prática em 2015 com o acionamento das garantias bancárias da obra.

O valor das garantias bancárias é de 240.016,42 €, foram acionados 200.126,94 €, e ficou em aberto um saldo de 39.889,48 €.

Outros proveitos não específicos

Dos 141.328,95 € destaca-se os seguintes movimentos:

- Acionamento de uma parte da **garantia bancária** da empreitada Escola EB2/3 Dr. Ruy Andrade para correção de trabalhos mal executados. Valor = 64.100 €.

- **Faturação de saneamento** emitida pelo município às Águas do Centro referente à diferença entre os mínimos faturados e os valores efetivamente medidos (até ao mês de fevereiro).

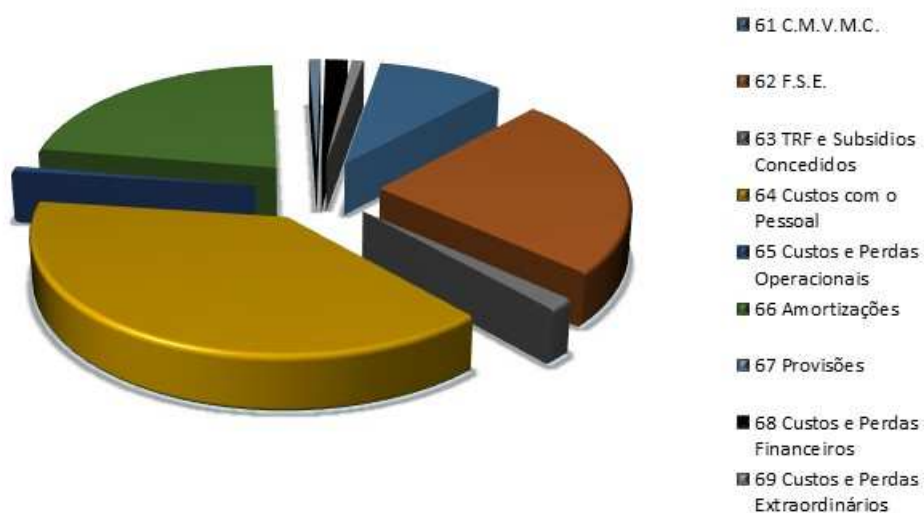
Valor = 45.935,11 €.

- **Patrocínio** da Sociedade Central de Cervejas às Festas da Cidade e S. João 2015.

Valor = 16.297,50 €

- **Donativo** dado pela entidade TRACOPOL como reconhecimento das obras efetuadas na Rua Elias Garcia. Valor = 10.000 €.

3.3.2. Custos



Analisando o gráfico, conclui-se que existem 2 rubricas que constituem a base de funcionamento corrente do município: “custos com pessoal” e “fornecimentos e serviços externos”.

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (Conta 61)

O CMVMC é obtido a partir da fórmula:

$$\text{CMVMC} = \text{Existências iniciais} + \text{Compras} - \text{Existências Finais}$$

São assim considerados custos do exercício, o valor das mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e diversas que estavam em armazém no início do ano, adicionadas às compras e subtraídas das que ficaram em armazém no final do ano.

Em 2015 esta rubrica registou um custo no valor de 1.177.272,49 € distribuído por:

Mercadorias: 946.350,73 €

Refere-se ao valor cobrado pelas Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) relativamente ao consumo de água.

Em relação ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 54.948,1€.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: 230.921,76 €

Refere-se ao consumo de materiais para garantir o bom funcionamento dos serviços municipais.

Do valor acima referido 128.044,37 € (55,45 %) corresponde ao consumo de gasóleo pelas viaturas municipais.

Fornecimentos e Serviços Externos (Conta 62)

A conta 62 – Fornecimentos e serviços externos, regista, a débito despesas com:

- a) As aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis;
- b) Serviços prestados por entidades externas;

Já nos referimos a estas despesas no ponto 2.4.1.2. colocando a ênfase no aspeto orçamental, e justificando o conteúdo das rubricas mais importantes.

Existem diferenças entre os dois mapas, tendo em conta os princípios organizativos de que cada um deles parte.

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação
Trabalhos especializados	940.933,76	1.127.317,92	-19,81%
Electricidade	807.270,34	758.220,76	6,08%
Outros fornecimentos e serviços	638.074,86	643.036,46	-0,78%
Conservação e reparação	216.293,77	162.602,77	24,82%
Combustíveis	118.511,37	135.583,49	-14,41%
Comunicação	95.350,63	88.843,64	6,82%
Encargos de cobrança	90.735,29	78.938,40	13,00%
Vigilância e segurança	75.741,54	95.745,41	-26,41%
Honorários	60.134,60	90.713,49	-50,85%
Seguros	51.221,44	84.761,72	-65,48%
Rendas e alugueres	29.449,32	43.334,49	-47,15%
Ferramentas e utensílios	8.650,30	11.357,80	-31,30%
Deslocações e estadas	5.596,26	5.121,90	8,48%
Publicidade e propaganda	5.109,66	11.545,02	-125,94%
Artigos para oferta	4.978,40	7.015,74	-40,92%
Material de escritório	4.475,91	4.737,32	-5,84%
Despesas de representação	3.395,36	4.092,00	-20,52%
Limpeza, higiene e conforto	2.699,27	5.483,53	-103,15%
Contencioso e notariado	2.615,91	1.064,33	59,31%
Livros e documentação técnica	1.466,06	2.099,42	-43,20%
Outros fluídos	239,18	7.246,38	-2929,68%
Transportes de mercadorias	13,95	0,00	100,00%
TOTAL GERAL	3.162.957,18	3.368.861,99	-6,51%

Esta conta registou custos no valor de 3.162.957,18 €, representando uma redução de 6,51 % face ao ano anterior.

Analisando o quadro da folha anterior pode-se verificar que as maiores despesas foram ao nível de:

- Trabalhos Especializados
- Eletricidade
- Outros Fornecimentos e Serviços
- Conservação e Reparação
- Combustíveis
- Comunicação

Estas despesas representam 89,04 % do total das aquisições de bens e serviços.

Na rubrica “**Trabalhos especializados**” são contabilizados serviços que a CME não consegue superar pelos seus próprios meios e por isso tem de recorrer a entidades externas.

A sua composição era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação
Recolha e Tratamento de Efluentes	500.430,43	711.501,24	-42,18%
Tratamento de Resíduos Sólidos	263.880,56	245.138,69	7,10%
Trabalhos de impressão	49.574,22	23.755,78	52,08%
Contratos de manutenção e assistência técnica	46.878,02	38.641,86	17,57%
Outros	25.957,30	60.707,16	-133,87%
Serviços jurídicos e contabilísticos	24.105,66	18.530,18	23,13%
Serviços Informáticos	18.535,52	24.592,23	-32,68%
Serviços de arquitectura e engenharia	7.195,50	0,00	100,00%
Inspecções de viaturas	2.238,30	2.248,83	-0,47%
Serviços de ensaios e análises técnicas	2.138,25	2.201,95	-2,98%
TOTAL GERAL	940.933,76	1.127.317,92	-19,81%

86,50%

Existem 3 rubricas responsáveis por 86,50 % dos custos verificados em “trabalhos especializados” são elas:

Recolha e tratamento de efluentes – Refere-se ao tratamento de águas residuais.

A redução face ao ano anterior deve-se ao facto da faturação a partir de julho de 2015 ser feita com base nos valores medidos e não com base nos mínimos definidos no contrato.

Comparando este mesmo período (julho a dezembro) em cada um dos anos verificou-se uma redução de 211.006,93 € na faturação do saneamento (2014 = 358.782,90 € e 2015 = 147.775,97 €).

Tratamento de Resíduos Sólidos – Refere-se à recolha e tratamento de resíduos sólidos pela Resitejo. Face ao ano anterior verificou-se um aumento de 7,10 %.

Este aumento deve-se ao facto de a partir de 01 de janeiro a Resitejo passar a debitar a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) na sequência da publicação da Lei nº 82-D/2014 de 31 de dezembro (art.º 16).

Atendendo ao disposto na alínea a) nº 3 do referido artigo, a Resitejo passou a incidir a TGR sobre as quantidades de refugo proveniente da unidade de TMB que tem como destino o aterro sanitário, estimando-se que esse valor seja de 20 % da quantidade total de resíduos entrados na referida unidade. O valor da TGR é debitado mensalmente e corresponde a 20 % dos RSU'S que são produzidos no concelho e rececionados na Resitejo.

O aumento em questão foi de 18.741,87 €, o que em média por mês representa 1.561,85 €.

A rubrica “**trabalhos de impressão**” registou o valor de 49.574,22 €. Face ao ano anterior registou um aumento de 25.818,44 €.

Este aumento deve-se principalmente à edição e impressão de 1000 exemplares do livro do Parque Verde do Bonito (comparticipado em 85 % pelo QREN) pelo valor de 14.628 €.

É igualmente classificado nesta rubrica despesas com o boletim municipal e impressão de cartazes para diversos eventos.

No que diz respeito à “**eletricidade**” a rubrica divide-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação
Iluminação Publica - Electricidade	441.105,04	408.982,61	7,28%
Centrais Elevatórias (ETAR) - Electricidade	58.697,14	57.111,05	2,70%
Piscinas Municipais - Electricidade	34.007,42	41.813,90	-22,96%
E.E. Centro de Convívio	32.590,29	32.194,49	1,21%
Outras Instalações - Electricidade	28.636,66	26.906,22	6,04%
Escola Básica da Zona Verde - Electricidade	24.496,60	20.920,80	14,60%
Campo de Jogos - Electricidade	24.297,86	23.720,24	2,38%
Escola Básica do Bonito	24.165,90	4.805,25	80,12%
Ed. P. do Conc. - Electricidade	23.331,56	25.261,12	-8,27%
Parque de Estac. Subterraneo - Electricidade	17.567,35	16.965,66	3,43%
Mercado Diário - Electricidade	16.143,79	17.000,60	-5,31%
Edifício do DUOP - Electricidade	14.495,69	14.965,50	-3,24%
Centro Escolar Sul (Escola António Gedeão)	11.938,90	11.834,21	0,88%
Pavilhão Polidesportivo - Electricidade	10.316,05	11.066,17	-7,27%
JI Sophia de Mello Breyner - Electricidade	10.205,97	11.040,81	-8,18%
Oficinas e Viaturas - Electricidade	7.050,52	5.893,75	16,41%
Serv. Culturais - R. Junta Freguesia (2º andar)	5.674,76	3.723,41	34,39%
Recinto Multiusos - Electricidade	4.844,82	4.318,89	10,86%
Biblioteca Municipal - Electricidade	4.201,77	4.027,93	4,14%
DEVA - Electricidade	3.530,77	2.176,06	38,37%
Centro de Convívio - Electricidade	2.945,38	4.484,62	-52,26%
CENPRE e GIP - Electricidade	1.996,31	594,69	70,21%
Cemitério - Electricidade	1.341,38	1.269,34	5,37%
Escola Primária Nº 2 (EB) - Electricidade	1.182,36	2.519,68	-113,11%
Escola de Trânsito - Electricidade	1.168,81	1.371,76	-17,36%
Cine-teatro S. João - Electricidade	786,64	817,34	-3,90%
Centro Cultural - Electricidade	356,43	435,15	-22,09%
Escola Primária Nº 3 (EB) - Electricidade	194,17	1.999,51	-929,77%
TOTAL GERAL	807.270,34	758.220,76	6,08%

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Os custos com “eletricidade” registaram um valor de 807.270,34 € o que significa um aumento de 6,08 % face ao ano anterior.

Existem 9 rubricas responsáveis por 86,64 % do total do custo.

A rubrica “outras instalações” respeita a semáforos, jardins, fontes na Rua Falcão de Sommer e Largo José Duarte Coelho, iluminação das passagens inferiores da via férrea, entre outros.

A composição da conta “outros fornecimentos e serviços” era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação
Refeições	204.478,14	194.690,93	4,79%
Centro de Emprego	123.626,28	184.091,24	-48,91%
Actividades culturais e turísticas	95.030,64	80.987,79	14,78%
Serviços de educação	78.878,37	61.364,70	22,20%
Produtos Alimentares	32.081,42	36.228,20	-12,93%
IMI - Transferência para as Freguesias	25.647,55	25.321,74	1,27%
Emolumentos	13.089,22	0,00	100,00%
Outros	8.795,56	8.897,26	-1,16%
Livros Escolares	8.307,56	8.094,79	2,56%
Material Didático	6.458,53	2.540,36	60,67%
Encargos c/ Cobrança de Água - CTT	6.323,45	5.284,48	16,43%
Bolsas de Estudo	6.307,11	7.273,77	-15,33%
Indemnizações a Terceiros	4.837,85	6.307,65	-30,38%
Cursos/Formações/Seminários	4.236,87	1.759,02	58,48%
Material Desportivo, Cultural e Recreativo	3.018,16	4.240,86	-40,51%
Jornais e Revistas	2.724,27	2.618,50	3,88%
Cativação no F.E.F. - DGAL	1.812,00	2.004,00	-10,60%
Tintas / Div. Mat. de Preparação	1.627,57	813,54	50,02%
Condomínios	1.538,33	1.230,87	19,99%
Material escolar	1.503,21	0,00	100,00%
Números de Polícia e Placas Toponimicas	1.247,16	249,27	80,01%
Árvores, Plantas e Flores	1.101,88	3.418,56	-210,25%
Copos, Talheres, Pratos, Toalhas, Outros	1.060,44	759,32	28,40%
Sementes, Fertilizantes e Pesticidas	911,52	636,16	30,21%
Passes de Estudante	844,95	520,20	38,43%
Despesas com Alojamentos	742,00	272,00	63,34%
Fundos Bibliograficos e Audiovisuais	522,22	5,49	98,95%
Portagens	381,29	544,81	-42,89%
Produtos Farmaceuticos	355,00	380,71	-7,24%
Informática - Acessórios	222,58	1.106,37	-397,07%
Chaves, Fechaduras, e Cadeados	149,84	446,80	-198,18%
Produtos Quimicos	123,89	210,00	-69,51%
Direitos de Autor	90,00	83,25	7,50%
Certificações Electricas	0,00	300,00	-
Artigos de Decoração	0,00	81,00	-
Transporte Escolares	0,00	198,97	-
Actividades Desportivas	0,00	73,85	-
TOTAL GERAL	638.074,86	643.036,46	-0,78%

Da análise do quadro da folha anterior verifica-se que existiram 5 rubricas responsáveis por 83,70 % do total dos custos apurados.

Em relação às **“refeições”** diz respeito ao fornecimento de refeições para os jardim-de-infância e Escolas Primárias. Este serviço é feito pela UNISELF e registou um aumento de 4,79 % face ao ano anterior.

A rubrica **“centro de emprego”** refere-se aos custos com os CEI e CEI+ a prestar serviço no município. Registou uma variação negativa de 48,91 % face a 2014.

Nas **“atividades culturais e turísticas”** estão incluídos os custos com as festas da cidade e outros espetáculos culturais que ocorreram ao longo do ano de 2014. Quando comparado com o ano anterior verifica-se um aumento de 14,78 %.

Na rubrica **“serviços de educação”** estão incluídos custos com prestações de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC – Inglês, atividade física e expressões artísticas – Valor = 56.277,82 €) e prolongamento de horários (22.300,75 €).

Na rubrica **“produtos alimentares”** estão os custos provenientes do cartão entroncamento solidário, o qual, atribui produtos alimentares a pessoas carenciadas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



“Conservação e reparação” conforme o próprio nome indica, inclui custos com a manutenção dos diversos equipamentos e edifícios, a saber:

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Variação
Edifícios e outras construções	76.964,93	88.637,99	-15,17%
Campo de Jogos Municipal - Cons. Reparação	19.039,43	4.021,57	78,88%
Piscinas Municipais - Cons. Reparação	10.623,54	22.652,72	-113,23%
Parques e Jardins - Cons. Reparação	7.973,45	17.974,24	-125,43%
Passagem Inferior - Cons. Reparação	5.692,54	6.318,34	-10,99%
Rede Viária - Cons. Reparação	5.300,09	2.782,87	47,49%
Habitação Social - Cons. Reparação	5.018,66	2.952,93	41,16%
Edifício do D.U.O.M. - Cons. Reparação	4.919,91	4.698,05	4,51%
Rede de Águas - Cons. Reparação	2.415,36	5.173,47	-114,19%
Pavilhão Desportivo - Cons. Reparação	2.123,19	1.446,80	31,86%
Rede de Esgotos - Cons. Reparação	2.006,64	3.904,62	-94,58%
Outros - Cons. Reparação	1.987,91	3.358,96	-68,97%
Edifício Paços do Concelho - Cons. Reparação	1.807,67	1.913,29	-5,84%
P. de Estacion. (P. Salg. Maia) - Cons. Reparação	1.514,63	526,68	65,23%
Escola Dr. Ruy de Andrade - Cons. Reparação	1.132,96	913,77	19,35%
Escola Básica do Bonito	757,92	0,00	100,00%
Cemitério - Cons. Reparação	755,52	253,35	66,47%
Escola Básica Zona Verde	694,10	154,78	77,70%
Oficinas Municipais - Cons. Reparação	661,90	675,23	-2,01%
Jardim Infância Sophia Mello Breyner	562,53	0,00	100,00%
Centro Cultural - Cons. Reparação	537,88	641,01	-19,17%
Centro de Convívio - Cons. Reparação	525,45	570,61	-8,59%
Mercado Municipal - Cons. Reparação	366,41	889,91	-142,87%
Escola Básica António Gedeão	212,18	3.330,22	-1469,53%
Recinto Multiusos - Cons. Reparação	105,48	0,00	100,00%
Novas instalações da DEVA	57,88	0,00	100,00%
Edifício da Biblioteca Municipal - Cons. Reparação	55,82	147,24	-163,78%
Campo de Ténis - Cons. Reparação	51,79	0,00	100,00%
Centro Empresarial - Cons. Reparação	47,29	53,27	-12,65%
Escola Primária Nº 1 (EB) - Cons. Reparação	11,80	0,00	100,00%
Posto Turismo - Cons. Reparação	5,00	34,38	-587,60%
Jardim-de-infância Nº 1 (Norte) - Cons. Reparação	0,00	1.805,24	-
Remodelação IP do concelho - Cons. Reparação	0,00	116,04	-
Academia do Saber	0,00	1.328,40	-
Equipamento básico	14.727,44	9.385,21	36,27%
Serviço de parques e jardins	5.342,43	3.118,99	41,62%
Serviço de saneamento	3.608,67	308,08	91,46%
Serviço de desporto	2.982,55	3.662,85	-22,81%
Serviço de obras	2.000,17	573,56	71,32%
Serviço de resíduos sólidos	778,62	1.209,52	-55,34%
Serviço de eletricidade	15,00	88,77	-491,80%
Serviço de águas	0,00	423,44	-
Equipamento de transporte	66.008,94	53.449,31	19,03%
Serviço de resíduos sólidos	24.744,88	19.229,15	22,29%
TURÉS	19.662,11	12.068,37	38,62%
Serviços de obras	10.576,10	13.043,64	-23,33%
Serviço de desporto	1.981,12	959,96	51,54%
Serviço de parques e jardins	1.922,68	1.192,71	37,97%
Serviço de proteção civil	1.797,71	263,59	85,34%
Serviço de águas	1.479,39	1.170,72	20,86%
Serviço de cultura	1.334,33	171,80	87,12%
Serviço de saneamento	1.086,44	3.087,48	-184,18%
Presidência	992,55	1.989,44	-100,44%
Serviço de eletricidade	264,97	209,10	21,09%
ESER - escola de trânsito	85,92	12,30	85,68%
Outros	56,16	0,00	100,00%
Ação social - CPCJ	15,35	51,05	-232,57%
Serviço de educação	9,23	105,51	-1043,12%
Ferramentas e utensílios	9,72	17,22	-77,16%
Equipamento administrativo	213,27	0,00	100,00%
Outras conservações e reparações	58.369,47	11.007,53	81,14%
TOTAL GERAL	216.293,77	162.497,26	24,87%

Na rubrica “conservação e reparação” registou-se um aumento de 24,87 % face ao ano anterior, ou seja, 53.796,51 €. A principal diferença está relacionada com os contratos de manutenção de servidores que em 2014 não houve e que se encontram registados na rubrica “outras conservações e reparações”.

Vejamos agora outras contas com subdivisões e respetivos custos suportados em 2015:

DESIGNAÇÃO	2015
Combustíveis	118.511,37
Gasóleo	935,86
Gasolina	50,00
Gás	117.140,03
Outros	385,48
Rendas e alugueres	29.449,32
Terrenos	10.248,00
Edifícios	17.304,00
Escola Camões	460,68
Outros	1.436,64
Comunicação	95.350,63
Comunicações Fixas	7.932,03
Comunicações Móveis	14.576,89
Internet	11.330,10
Serviços Postais	56.921,96
Rádio comunicações	878,41
Outras	3.711,24
Seguros	51.221,44
Seguros de Máquinas e Viaturas	28.068,16
Responsabilidade Civil	7.449,55
Multirriscos	1.593,44
Bombeiros	6.080,40
Autarcas	569,26
Centro de Emprego	5.318,13
Atividades Culturais e Desportivas	2.142,50
Publicidade e propaganda	5.109,66
Jornais	4.083,63
Rádios	72,57
Diário da Republica	953,46
Vigilância e segurança	75.741,54
Parque de Estacionamento	43.424,50
Mercado Semanal	16.617,12
Guardas Noturnos	10.800,00
Festas da Cidade	4.899,92

Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (Conta 63)

Refere-se aos apoios atribuídos a entidades diversas (coletividades, clubes, associações).
Vd. ponto 2.4.1.4 e mapa nominal no ponto 8.3.4 dos Anexos ao Balanço

DESIGNAÇÃO	2015	%
Instituições sem fins lucrativos	107.243,92	51,82%
Freguesias	28.460,64	13,75%
Municípios	28.216,54	13,63%
Outros "Admin. Local - Continente"	27.000,00	13,05%
Outras entidades	9.662,50	4,67%
Associações de municípios	6.387,95	3,09%
TOTAL GERAL	206.971,55	100,00%

Registou em 2015 custos no valor de 206.971,55 €.

Estes custos tiveram origem em:

"Instituições sem fins lucrativos" diz respeito aos apoios concedidos aos clubes e outras entidades sem fins lucrativos.

Os 107.243,92 € dizem respeito às seguintes entidades:

Entidade	Total Anual
APOIOS PERMANENTES	104.355,00
Associação Escoteiros de Portugal-Grupo 84	2.640,00
Associação Filarmónica e Cultural	4.800,00
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	780,00
Casa do Benfica	5.700,00
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)	8.580,00
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	16.200,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	16.200,00
Companhia de Teatro Poucaterra	4.800,00
Conferência de S. Vicente Paulo da Paróquia de N. Sr. Fátima	5.700,00
Corpo Nacional de Escutas- Agrup.(542)	2.640,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Famílias Carênciadas)	5.700,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. do Entronc. - Caritas (Renda instalações)	2.820,00
Grupo Recreativo 1º de Outubro 1911	3.420,00
Núcleo Sportinguista	1.080,00
Orfeão do Entroncamento	2.640,00
União Futebol do Entroncamento	18.420,00
Clube Amadores de Pesca do Entroncamento	1.125,00
Conferência S. João Batista - Paróquia da Sagrada Família	570,00
Liga dos Combatentes- núcleo regional Entroncamento	540,00
APOIOS PONTUAIS	2.888,92
Academia Cultural e Recreativa de Dança - Campeonato do Mundo das 10 Danças	300,00
Pára-Clube Nacional "Os Boinas Verdes" -Patrocínio ao Livro Ao Ritmo do Guia	200,00
União Futebol do Entroncamento - Taça Cidade Ferroviária	488,92
Clube de Lazer Aventura e Competição - Trilhos do Almorol	1.900,00
TOTAL GERAL	107.243,92

“Freguesias” diz respeito ao contrato de delegação de competências nas Juntas de Freguesia (manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, entre outros).

“Municípios” refere-se à comparticipação que coube ao município na gestão do canil intermunicipal.

“Associação de Municípios” refere-se aos projetos desenvolvidos pela CIMT.

“Outros – Admin. Local – Continente” refere-se aos apoios deliberados para a Associação dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento

“Outras entidades” refere-se principalmente aos seguintes apoios:

- Encoprof = 3.720 €
- Agrupamento de Escolas Cidade Ferroviária = 5.620 € (referente ao subsídio do ensino pré-escolar e visitas de estudo efetuadas ao longo de 2015).

Custos com o Pessoal (Conta 64)

As despesas com o pessoal em 2015 atingiram o valor de 4.982.222,58 €, registando uma redução de 2,24 % relativamente ao ano de 2014.

DESIGNAÇÃO	2015	%	2014	%	Varição
Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	224.402,35	4,5%	229.232,58	4,5%	-2,15%
Remuneração Mensal	178.570,65	3,6%	177.248,38	3,6%	0,74%
Despesas de Representação	30.053,99	0,6%	35.844,40	0,7%	-19,27%
Ajudas de Custo	15,65	0,0%	0,00	0,0%	0,00%
Senhas de Presença	5.219,68	0,1%	5.219,68	0,1%	0,00%
Membros da Assembleia	10.542,38	0,2%	10.920,12	0,2%	-3,58%
Remunerações do pessoal	3.308.129,39	66,4%	3.386.113,66	66,5%	-2,36%
RCTFP por tempo indeterminado	3.289.739,67	66,0%	3.308.033,67	66,4%	-0,56%
Pessoal com contrato a termo certo	0,00	0,0%	30.065,62	0,6%	-
Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,0%	2.288,53	0,0%	-
Estágios profissionais	18.389,72	0,4%	45.725,84	0,9%	-148,65%
Suplementos de remunerações	392.761,35	7,9%	396.939,75	7,8%	-1,06%
Trabalho extraordinário	23.097,13	0,5%	37.123,80	0,7%	-60,73%
Trabalho em regime de turnos	58.929,76	1,2%	44.004,06	0,9%	25,33%
Abono para falhas	23.296,88	0,5%	20.930,82	0,4%	10,16%
Subsídio de refeição	282.530,66	5,7%	293.515,53	5,9%	-3,89%
Ajudas de custo	3.542,75	0,1%	765,41	0,0%	78,40%
Vestuário e artigos pessoais	1.364,17	0,0%	595,38	0,0%	56,36%
Outros suplementos	0,00	0,0%	4,75	0,0%	-
Prestações sociais directas	23.705,47	0,5%	26.136,51	0,5%	-10,26%
Subsídio familiar a crianças e jovens	16.135,91	0,3%	17.975,49	0,4%	-11,40%
Outras prestações familiares	7.569,56	0,2%	8.161,02	0,2%	-7,81%
Pensões	9.060,10	0,2%	2.348,69	0,0%	74,08%
Encargos sobre remunerações	831.840,48	16,7%	845.179,21	16,6%	-1,60%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	24.330,18	0,5%	37.144,50	0,7%	-52,67%
Outros custos com o pessoal	167.993,26	3,4%	170.890,58	3,4%	-1,72%
TOTAL GERAL	4.982.222,58	100,0%	5.093.985,48	100,0%	-2,24%

Enquadramento

Em termos de alterações legislativas destaca-se o seguinte:

- No ano de 2015 os funcionários com remunerações acima de 1.500 €, por força do artigo 4º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, viram o seu vencimento ser reposto em 20 % do valor do corte que estava em vigor no final de 2014.

- O salário mínimo nacional aumentou de 485 € para 505 €, ou seja, mais 20 € mensais. Este aumento abrangeu cerca de 118 funcionários da CME.

Apesar destes aumentos verifica-se uma redução na rubrica “**remunerações do pessoal**” em 2,36 %, ou seja, menos 77.984,27 €.

A rubrica “**Remunerações de pessoal a tempo indeterminado**” com uma despesa de 3.289.739,67 € regista uma variação negativa de 0,56 % face ao ano anterior. Apesar dos aumentos acima referidos esta redução é explicada pelo nº de funcionários que saíram em 2014 (17 funcionários) e em 2015 (6 funcionários). As saídas de 2014 estão a afetar o ano de 2015 no seu todo, enquanto em 2014 só afetou uma parte do ano, ou seja, a partir do momento que a sua saída se tornou efetiva.

Em 2015 não se registaram quaisquer admissões a termo certo, sendo que todos os funcionários têm um contrato por tempo indeterminado.

A rubrica “**estágios profissionais**” registou uma redução de 27.336,12 € face ao ano anterior resultado da redução de pessoas a fazer este tipo de estágio remunerado.

A rubrica “**despesas de representação**” registou uma redução de 5.790,41 € face ao ano de 2014, que é justificada pelas alterações que houve ao nível da organização dos serviços implementada em meados de 2014 e que influencia o ano de 2015 no seu todo.

Os “**suplementos de remunerações**” tiveram uma redução de 4.178,40 € face ao ano anterior. Nesta rubrica destaca-se a redução das horas extraordinárias em 14.026,67 € e o consequente aumento do trabalho em regime de turnos em 14.925,70 €.

A implementação do regime de turnos em determinados serviços (RSU, Águas e Saneamento) esteve na origem desta movimentação.

De destacar ainda a redução da rubrica “**subsídio de refeição**” em 10.984,87 € que é o reflexo da redução do nº de trabalhadores entre 2014 e 2015.

O efeito desta redução não é visível na rubrica das remunerações devido ao aumento do salário mínimo nacional e à diminuição das reduções remuneratórias, contudo, como o subsídio de refeição manteve-se inalterável entre os 2 anos é possível ver essa variação.

Encargos sobre remunerações

Os “encargos com remunerações” registaram uma redução de 1,6 %, ou seja, 13.338,73 €.

Inclui-se nesta rubrica os encargos da entidade patronal à Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, estando diretamente relacionada com o nº de funcionários ao serviço.

Outros Custos com Pessoal

A rubrica “**outros custos com pessoal**” refere-se a despesas com:

- Verbas retidas nas transferências do OE para o Serviço Nacional de Saúde (art.º154 da Lei nº 82-B/2014 de 31 dezembro. O valor retido ascendeu a 94.155,81 €.
- Encargos com RO'S que se traduzem em despesas dos beneficiários da ADSE no setor público e privado (com acordos com a ADSE). Em 2015 o município suportou encargos desta natureza no valor de 51.189,02 €.
- Outros encargos com saúde pagos juntamente aos vencimentos no valor de 22.648,43 €.

Outros Custos e Perdas Operacionais (Conta 65)

Relativamente aos “outros custos e perdas operacionais” atingiram um valor 83.878,37 €. Face ao ano anterior registou uma redução de 2,54 %.

DESIGNAÇÃO	2015	2014	Varição
Impostos e taxas	35.926,81	39.297,26	-9,38%
Imposto sobre o rendimento	0,10	0,00	100,00%
Imposto Municipais S/ Imóveis	225,84	2.644,07	-1070,77%
Contribuição Audio Visual - L30/2003	1.815,22	1.957,67	-7,85%
Taxa de Recursos Hídricos	30.455,67	31.700,82	-4,09%
Outros impostos e taxas	3.429,98	2.994,70	12,69%
Quotizações	47.951,66	46.713,76	2,58%
ADIRN	5.100,00	0,00	100,00%
Comunidade Intermunicipal Medio Tejo	36.913,32	36.913,32	0,00%
ANMP	4.756,00	4.756,00	0,00%
Resitejo	1.041,60	4.200,00	-303,23%
A.Logos- Assoc.Desenv.de Ass.Ens.Técnicos	140,74	844,44	-500,00%
TOTAL GERAL	83.878,47	86.011,02	-2,54%

As despesas referentes ao “**IMI**”, referem-se à fração onde atualmente funcionam alguns serviços como é o caso da CPCJ. Este imposto é debitado pela locadora ao município, que posteriormente o vai recuperar.

“**Taxa de recursos hídricos**” é um custo suportado pelo município, que visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

“**Quotizações**” regista um custo de 47.951,66 €. Face ao ano anterior teve um aumento de 2,58 %, ou seja, 1.237,90 €.

Amortizações do Exercício (Conta 66)

Diz respeito às amortizações sobre o imobilizado registrado nas contas da classe 4 do plano de contas, a saber:

- 42 – Imobilizado corpóreo
- 43 – Imobilizado incorpóreo
- 45 – Bens do domínio público

Vd. ponto 6 do Volume II

Mês de Dezembro

Ano: 2015

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
66	Amortizações do exercício	4.144.740,43	1.353.313,46	2.791.426,97	0,00
662	Imobilizações corpóreas	1.724.000,81	628.245,59	1.095.755,22	0,00
6622	Edifícios e outras construções	875.773,11	291.910,90	583.862,21	0,00
66221	Edifícios	573.235,95	191.065,18	382.170,77	0,00
66222	Outras construções	302.537,16	100.845,72	201.691,44	0,00
6623	Equipamento básico	376.919,55	139.770,43	237.149,12	0,00
66231	Software	135.738,14	43.226,14	92.512,00	0,00
66239	Outros	241.181,41	96.544,29	144.637,12	0,00
6624	Equipamento de transporte	159.085,07	60.743,05	98.342,02	0,00
66242	Equipamento de transporte-Viaturas-Adm. Geral	159.085,07	60.743,05	98.342,02	0,00
6625	Ferramentas e utensílios	2.904,72	1.105,58	1.799,14	0,00
6626	Equipamento administrativo	234.109,79	105.399,77	128.710,02	0,00
66261	Software	4.851,75	1.576,74	3.275,01	0,00
66269	Outros	229.258,04	103.823,03	125.435,01	0,00
6628	Outras imobilizações corpóreas	75.208,57	29.315,86	45.892,71	0,00
663	Imobilizações incorpóreas	147.486,87	45.439,96	102.046,91	0,00
6639	Outras imobilizações incorpóreas	147.486,87	45.439,96	102.046,91	0,00
665	Bens de domínio público	2.273.252,75	679.627,91	1.593.624,84	0,00
6652	Edifícios	526.621,74	128.887,59	397.734,15	0,00
6653	Outras construções e infraestruturas	1.743.784,21	549.791,38	1.193.992,83	0,00
6655	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	2.413,85	804,62	1.609,23	0,00
6659	Outros bens de domínio público	432,95	144,32	288,63	0,00
Totais Gerais:		4.144.740,43	1.353.313,46	2.791.426,97	0,00

Os custos com amortizações registaram em 2015 o valor de 2.791.426,97 €. Este tipo custo representa 19,63 % do total dos custos.

Em comparação com os valores registados em 2014 (2.706.626,86 €), houve um aumento de 3,04 % o que resulta, principalmente, da transferência de obras em curso para imobilizado corpóreo.

Provisões do Exercício (Conta 67)

Vd. ponto 3.1.3.

Foram constituídas e reforçadas provisões para clientes, contribuintes e utentes que estão em situação devedora. O valor das provisões do exercício é de 109.575,46 €.

Mês de Dezembro

Ano: 2015

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
671	Para cobranças duvidosas	28.234,51	0,00	28.234,51	0,00
672	Para riscos e encargos	81.340,95	0,00	81.340,95	0,00
6723	Processos judiciais em curso	1.455,00	0,00	1.455,00	0,00
6725	Outros riscos e encargos	79.885,95	0,00	79.885,95	0,00
Totais Gerais:		109.575,46	0,00	109.575,46	0,00

Foram feitas as seguintes provisões:

Para cobranças duvidosas - 28.234,51 € (Referente a dívidas de água, saneamento, RSU, rendas).

Processos judiciais em curso – 1.455 €

Diz respeito a uma ação administrativa interposta no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria por Adelina Maria Norberta Escada (a prestar serviço na autarquia através do IEF), na sequência de um acidente ao serviço.

Outros riscos e encargos – 79.885,95 € (reforço)

Autor: Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

Ação: Parque Infantil do Parque Desportivo do Bonito

Valor máximo da contraordenação: 5.000 €

Para além dos processos acima referidos foi ainda criada uma provisão no valor de **74.885,95 €**. Como já foi referido anteriormente, esta faturação é o reflexo da posição do Município face aos critérios de faturação do saneamento adotados pelas Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) e é referente à diferença entre os consumos mínimos e os medidos até ao mês de fevereiro de 2015.

Já existe um princípio de entendimento entre as partes, onde as Águas de Lisboa e Vale Tejo aceitam os argumentos do município e apenas aguarda validação por parte ERSAR para fazer a anulação dos valores do saneamento cobrados indevidamente (Ver volume II – Ponto 4).

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Custos e Perdas Financeiras (Conta 68)

DESIGNAÇÃO	2015	%
Juros de Empréstimos Bancários	147.329,71	70,49%
De curto prazo	658,77	0,32%
Banco Santander Totta, S.A.	658,77	0,32%
De médio e longo prazos	146.670,94	70,18%
Caixa Geral de Depósitos	40.755,41	19,50%
C.G.D. - Construção 32 Fogos Habitação Social	739,51	0,35%
C.G.D. - Financiamento p/div. investimentos	789,98	0,38%
C.G.D. - Zona Industrial	749,78	0,36%
C.G.D. Saneamento Financeiro - 465.810 €	386,06	0,18%
C.G.D. Jardim de Infância Norte - 242.100 €	415,09	0,20%
CGD - Financ. Div. Invest.-2.855.000,00 €	37.674,99	18,03%
Novo Banco	9.765,30	4,67%
NB - Requal.espaços públicos (117.311,20€)	555,89	0,27%
NB - Saneamento básico conc. (174.248,17€)	798,35	0,38%
NB - Project.qualific.z.urb.(111,396,92€)	527,89	0,25%
NB - Pavilhão - Cobertura (98,063,67€)	450,02	0,22%
NB - Pavilhão Polidesportivo 3ª. Fase	1.568,38	0,75%
NB - Requalificação Zona Env.Mercado Municipal	5.864,77	2,81%
Banco BPI,SA	23.383,36	11,19%
BPI-Recinto Multiusos	1.520,81	0,73%
BPI - EB1 + JI Sul - 1.265.000,00 €	21.862,55	10,46%
Direção-Geral do Tesouro	72.766,87	34,82%
DGTF - PREDE - 187.392,00 €	1.642,34	0,79%
DGTF - PAEL - 3.219.262,96 Euros	71.124,53	34,03%
Outros Juros	27.965,74	13,38%
Juros de mora	20.766,45	9,94%
Juros de Leasing	399,06	0,19%
Juros de acordos	6.800,23	3,25%
Outros custos e perdas financeiros	33.710,92	16,13%
Encargos Bancários	1.121,60	0,54%
TPA-Terminais Pagamento Automático	2.874,10	1,38%
Encargos com Cobrança Água	29.203,77	13,97%
Encargos com Empréstimos	248,00	0,12%
Outros	263,45	0,13%
TOTAL GERAL	209.006,37	100,00%

Em 2015 os custos com juros e encargos financeiros totalizaram 209.006,37 €.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



O quadro seguinte faz a comparação entre 2015 e 2014.

DESIGNAÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO
Juros			
Empréstimos Bancários	147.329,71	172.878,69	-17,34%
Outros juros	27.965,74	40.654,98	-45,37%
Outros custos e perdas financeiras	33.710,92	48.202,21	-42,99%
Total	209.006,37	261.735,88	-25,23%

Analisando o quadro acima verifica-se uma redução dos custos financeiros em 25,23 % face ao ano anterior.

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	175.295,45	213.533,67	781	Juros obtidos	29.144,08	45.084,49
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	10.909,44	10.909,44
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	33.710,92	48.202,21	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-168.952,85	-205.741,95	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		40.053,52	55.993,93			40.053,52	55.993,93

Custos e Perdas Extraordinários (Conta 69)

Em 2014 foram contabilizados “custos e perdas extraordinários” no valor de 109.864,55 €.

CL	DESIGNAÇÃO	2015
69	Custos e perdas extraordinários	109.864,55
691	Transferências de capital concedidas	31.955,78
69101	Administração Autárquica	31.955,78
6910102	CÂMARA MUNICIPAL	31.955,78
691010208	Transferências de capital	31.955,78
69101020805	Administração local	16.955,78
6910102080501	Continente	16.955,78
691010208050104	Associações de municípios	16.955,78
69101020807	Instituições sem fins lucrativos	15.000,00
6910102080701	Instituições sem fins lucrativos	15.000,00
692	Dívidas incobráveis	3.189,53
693	Perdas em existências	18.908,24
6938	Outras	18.908,24
695	Multas e penalidades	827,32
6952	Multas não fiscais	74,82
6958	Outras penalidades	752,50
697	Correções relativas a exercícios anteriores	54.983,68
6972	Outras	54.983,68
TOTAL GERAL		109.864,55

Como “custos e perdas extraordinárias” destaca-se”:

“Associação de Municípios” refere-se a custos com projetos desenvolvidos pela CIMT mais propriamente dos projetos “modernização administrativa” e “médio tejo on-line”.

“Perdas em existências”

Refere-se à desvalorização de existências feita no programa informático.

“Multas e penalidades” – 827,32 €

Diz respeito principalmente a:

- Multa no valor de 550 € na sequência uma ação inspetiva da ASAE ao Mercado Diário.
- Multa por parte da PSP pelo facto de uma viatura dos TURE estar a circular com um extintor fora de validade.

“Instituições sem fins lucrativos” refere-se ao apoio atribuído à Associação dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento para aquisição de 2 ambulâncias.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



“Correções relativas a exercícios anteriores”

Diz respeito principalmente a:

- Regularização de encargos com férias. A previsão feita no ano anterior foi superior ao custo real.
- Correção da previsão do IMI e Derrama. O valor previsto em 2014 foi superior ao efetivamente recebido.

Os resultados extraordinários (diferença entre a conta 79 e a 69), saldaram-se por um proveito de 2.000.088,52 €.

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	31.955,78	0,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	3.189,53	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	18.908,24	54.570,36	793	Ganhos em existências	2.446,73	2.708,70
694	Perdas em imobilizações	0,00	63.150,00	794	Ganhos em imobilizações	49.494,19	36.767,07
695	Multas e Penalidades	827,32	2.029,50	795	Benefícios de penalidades contratuais	204.455,37	7.865,22
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	165.051,32	33.403,02
697	Correções relativas a exercícios anteriores	54.983,68	213.884,61	797	Correções relativas a exercícios anteriores	12.033,33	82.677,67
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	836,97	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.676.472,13	1.631.553,02
	Resultados extraordinários	2.000.088,52	1.460.503,26				
		2.109.953,07	1.794.974,70			2.109.953,07	1.794.974,70

3.4. Análise do Resultado Líquido do Exercício

Após 2 anos consecutivos com prejuízo, o ano de 2015 fechou com um resultado líquido positivo de 1.014.378,11 €.

Para além da redução de custos em 953.295,85 €, os proveitos registaram um aumento de 703.963,14 €.

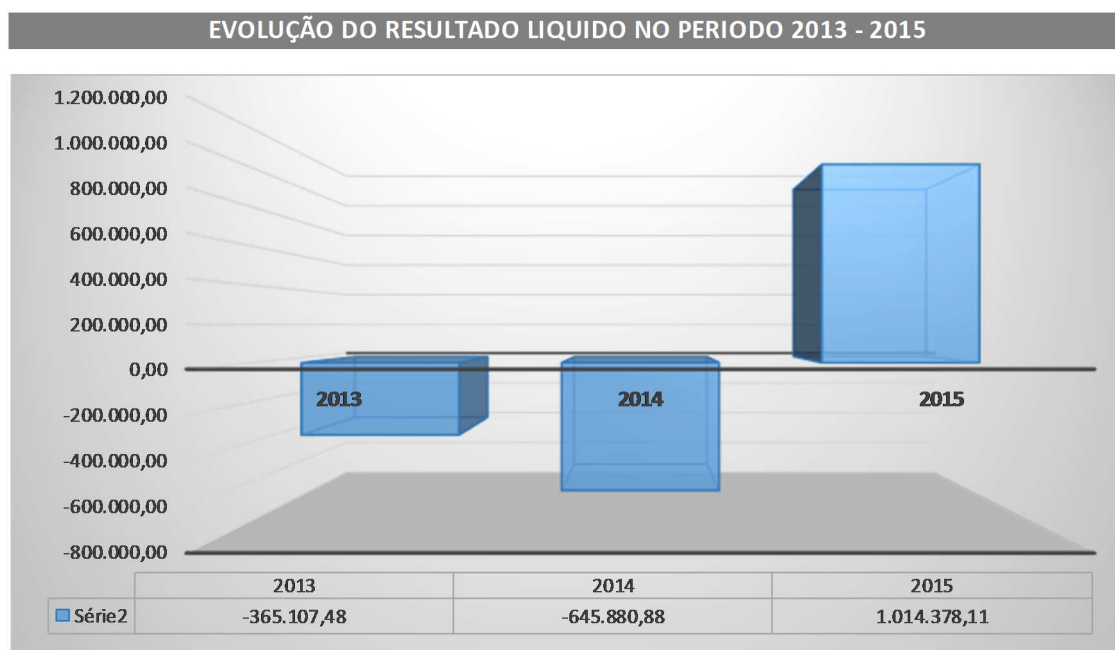
Da análise efetuada destaca-se o seguinte:

Custos

- Início da faturação do saneamento pelos valores efetivamente medidos a partir de julho de 2015 (analisando o 2º semestre de 2014 e 2015 esta medida significou uma redução de custos na ordem dos 211.006,93 €).
- Face a 2014 a provisão feita para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi bastante menor (em 2014 a provisão foi de 387.079,13 € e em 2015 foi de 74.885,95 €) devido ao princípio de entendimento já referido anteriormente.

Proveitos

- Aumento da rubrica do IMT face ao ano anterior em 537.194 €
- Multa contratual aplicada à firma Nogueira e Matias no valor de 200.126,94 €



3.5. Contabilidade de Custos

Segundo o ponto 2.8.3.1 do POCAL a Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. A implementação da Contabilidade de Custos trata-se de um processo bastante complexo e sujeito a melhorias contínuas, de modo a constituir-se como um sistema de apoio ao processo de gestão.

Os custos apurados repartiram-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	CUSTO
GIP - Gabinete de inserção profissional	17.082,28
Proteção civil e luta contra incêndios	57.388,66
Freguesias	38.075,28
Canil intermunicipal	18.696,41
Serv. Munic. Veterinária	30.235,95
Comunidade Intermunicipal	29.960,43
Outros custos gerais	209.201,95
Administração Geral, Finanças, Inovação e Educação	5.162.741,42
Administração geral	
Serviços comuns	79.416,43
Secção de licenças e taxas	65.267,86
Serviços jurídicos	118.207,06
Notariado	40.895,53
Secção central	75.984,58
Fiscalização municipal	13.563,74
Serviços de habitação a ação social	296.174,14
Serviços Culturais	507.761,03
Serviços Desportivos	905.455,85
Gabinete de turismo, indústria e comercio	22.298,15
Arquivo municipal	34.347,16
Gestão financeira	
Serviços comuns	41.001,94
Contabilidade	135.661,77
Aprovisionamento e armazens	151.097,82
Investimentos e planeamento	43.504,20
Mercados e Feiras	212.591,60
Tesouraria	21.423,23
Inovação, recursos humanos e educação	
Serviços comuns	29.509,79
Sistemas de informação	239.141,65
Secção de recursos humanos	115.982,36
Serviços de educação	1.942.720,39
Comunicação, imagem e protocolo	70.735,12
Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos	7.129.469,92
Gestão urbanística e obras	937.863,63
Ambiente e serviços urbanos	
Espaços verdes	606.233,85
Gestão de viaturas	166.928,17
Águas	1.356.094,19
Saneamento	934.339,44
Resíduos sólidos	672.546,40
Cons. Manut. Rede viária, arruam. Passeios	1.188.281,57
Cemitério	75.112,32
Transportes urbanos	274.688,25
Parque de estacionamento	136.760,40
Outros serviços urbanos	87.960,42
Eletricidade	541.750,12
Serviços comuns	150.911,17
Outros Serviços	140.323,31
Total Geral	12.833.175,62

4. DIVIDA DO MUNICIPIO

4.1 Estrutura da dívida

RUBRICAS	Valor (€)	%
A MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.997.960,62	67,86%
A CURTO PRAZO		
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	902.381,93	7,66%
Fornecedores		
Fornecedores gerais c/c	1.323.981,08	11,23%
Fornecedores - Faturas em Recepção e Conferência	306.844,04	2,60%
Fornecedores de imobilizado - c/c	288.679,72	2,45%
Leasing	5.482,94	0,05%
Factoring	0,00	0,00%
Faturas em Recepção e Conferência	0,00	0,00%
Total "Fornecedores"	1.924.987,78	16,33%
Outros		
Estado e outros entes públicos	63.933,38	0,54%
Administração autárquica	18.841,78	0,16%
Devedores e credores diversos	877.549,74	7,45%
Total "Outros"	960.324,90	8,15%
Total de débitos de curto prazo	3.787.694,61	32,14%
DIVIDA TOTAL	11.785.655,23	100,00%

A dívida de médio e longo prazo, composta no total de empréstimos bancários, era de 7.997.960,62 €. Esta rubrica representa 67,86 % do total da dívida.

A curto prazo, a dívida era de 3.787.694,61 €, sendo:

- Empréstimos MLP (Vencimento n+1) – 902.381,93 €
- Fornecedores – 1.924.987,78 €
- Outros credores – 960.324,90 €.

Representa 32,14 % do total.

É incluído na dívida de curto prazo o valor das amortizações dos empréstimos a vencer em 2016. Retirando este efeito as dívidas de curto prazo baixam a sua percentagem na dívida total, passando para 24,48 %, por sua vez, as dívidas referentes a empréstimos bancários sobem para 75,52 % do total da dívida.

Na rubrica “**devedores e credores diversos**” encontra-se incluída a dívida referente à realização do capital social do **Fundo Apoio Municipal (FAM)**, para o qual o Município teve obrigatoriamente de participar por força do nº 1 do art.º 19 da Lei 53/2014 de 25 de agosto. A participação do município é de 496.358,86 €. Deste valor foram pagos em 2015 70.908 € e estão em dívida 425.450,86 €. O pagamento ocorre ao longo de 7 anos através de 2 prestações anuais de 35.454 € cada.

Ainda dentro desta rubrica “**devedores e credores diversos**” estão ainda outras entidades, tais como:

Direção-Geral de Proteção Social (ADSE)

Instituições sem Fins Lucrativos – Apoios pontuais e permanentes que foram deliberados mas que ainda não foram pagos.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Referente a quotas e projetos com comparticipação dos vários municípios que a compõem.

Manuel Barroso Tavares - referente à compra do estúdio 121.

Para além destas entidades temos ainda:

Operações de Tesouraria – Referente a encargos de dezembro mas que só serão pagas em janeiro de 2016.

Cauções / garantias de fornecedores de imobilizado

4.2 Evolução da Dívida

RUBRICAS	2015	2014	2013	VAR. (2015/2014)
A MÉDIO E LONGO PRAZO				
Dividas a Instituições de Crédito	7.997.960,62	8.662.915,49	9.555.511,49	-7,33%
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	902.381,93	889.846,26	1.058.000,08	
A CURTO PRAZO				
Fornecedores				
Fornecedores gerais c/c	1.630.825,12	1.619.882,55	1.591.887,39	0,67%
Fornecedores de imobilizado - c/c	288.679,72	1.153.869,59	773.787,22	-299,71%
Leasing	5.482,94	34.783,06	83.671,62	-534,39%
Total "Fornecedores"	1.924.987,78	2.808.535,20	2.449.346,23	-45,90%
Outros				
Estado e outros entes públicos	63.933,38	63.463,93	79.028,52	0,73%
Administração autárquica	18.841,78	1.378,57	2.177,58	92,68%
Devedores e credores diversos	877.549,74	392.225,50	482.413,92	55,30%
Total "Outros"	960.324,90	457.068,00	563.620,02	110,11%
Total de débitos de curto prazo	2.885.312,68	3.265.603,20	3.012.966,25	-11,65%
DÍVIDA TOTAL	11.785.655,23	12.818.364,95	13.626.477,82	-8,76%

Nota: Para fazer a comparação da evolução da dívida face aos anos anteriores optou-se por colocar a rubrica "Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)" como dívida de médio e longo prazo (no mapa da folha anterior é colocado em curto prazo), ou seja, a análise é feita usando a mesma base.

Da análise do quadro acima pode-se concluir que houve uma diminuição global da dívida em 8,76 %.

As dívidas de curto prazo reduziram em 45,90 % e as dívidas de médio e longo prazo registaram uma redução de 7,33 %.

A redução da dívida de curto prazo deve-se principalmente ao encerramento financeiros das diversas empreitadas que estavam a decorrer, tais como:

- Escola EB 2/3 Dr. Ruy Andrade
- Escola do Bonito
- Req. Rua Elias Garcia
- Req. Acessos aos Casais Formigos
- Req. da Avenida das Forças Armadas
- Ciclovía da Freguesia N. Sra. Fátima

No global a dívida regista menos 1.032.709,72 € face a 2014 e menos 1.840.822,59 € face a 2013.

A redução da dívida poderia ser bastante superior não fosse a subscrição obrigatória do capital social do **FAM** que implica um encargo adicional para o município de 496.358,86 €.

4.3 Aferição do Limite da Dívida Total

Com a publicação da Lei nº 72/2013 (LFL) os municípios passam a ter um limite à dívida total ao abrigo do art.º 52 da referida lei.

O artigo em questão refere o seguinte:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei nº 98/97, de 26 de agosto.

Tendo em conta o **ponto 1** do artigo 53 o limite da dívida para o ano de 2014 era o seguinte:

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
11.077.928	11.099.807	11.320.735	33.498.470	11.166.157

Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total

16.749.235,00

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



No final de 2015 o cenário era o seguinte:

Dívida Total							
Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
16.749.235	01-01-2015						
	12.818.365	48.325	12.866.690	12.604.847		4.144.388	828.878
	31-12-2015						
	11.785.655	77.124	11.862.779	11.136.828		5.612.407	1.122.481
Variação da Dívida %							-11,65%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							2.296.897

O município cumpriu com os limites fixados no art.º 53 da LFL.

A dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 11,65 %.

Tendo em conta o que é referido no art.º 54 da LFL estão incluídas no quadro acima as entidades participadas pelo município.

À data de 01/01/2015 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de 48.325 € e à data de 31/12/2015 essa contribuição passou para 77.124 €.

Para estes valores contribuíam as seguintes entidades:

Entidade	01-01-2015	% Participação	31-12-2015	% Participação
A. LOGOS - Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos	4.466	0,92%	0	0,00%
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	0	0,00%	62.392	12,20%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	343	0,32%	291	0,32%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	3.045	5,42%	823	5,42%
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal	9.048	0,95%	3.886	0,95%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	12.435	10,50%	1.332	4,34%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	18.989	0,03%	8.400	0,03%
TOTAL	48.325		77.124	

Os valores da Resitejo considerados estão de acordo com a decisão efetuada na reunião da Assembleia Geral de 11 de novembro de 2014, na qual foi deliberado por unanimidade aprovar que a quota-parte dos municípios nas despesas de funcionamento da Resitejo nunca poderá ser superior a **0,21 % do total das despesas de funcionamento**, correspondendo também esse limite para a relevância do endividamento da Resitejo nos limites da dívida total dos Municípios associados.

Na sequência desta deliberação foi comunicado pela Resitejo os seguintes valores:



Contribuição do Passivo da RESITEJO para a Dívida dos Municípios Associados a 31 de Dezembro de 2015

Municípios	Quotização 2015	Percentagem	Contribuição Dívida Municípios	Contribuição Dívida Total Municípios
C. M. Alcanena	1.188,00 €	4,95%	1.519,41 €	740.226,01 €
C. M. Chamusca	1.636,80 €	6,82%	2.093,41 €	1.019.866,95 €
C. M. Constância	664,80 €	2,77%	850,26 €	414.227,48 €
C. M. Entroncamento	1.041,60 €	4,34%	1.332,17 €	649.006,24 €
C. M. Ferreira do Zêzere	1.188,00 €	4,95%	1.519,41 €	740.226,01 €
C. M. Golegã	892,80 €	3,72%	1.141,86 €	556.291,06 €
C. M. Santarém	7.430,40 €	30,96%	9.503,24 €	4.629.777,23 €
C. M. Tomar	4.459,20 €	18,58%	5.703,17 €	2.778.464,50 €
C. M. Torres Novas	4.459,20 €	18,58%	5.703,17 €	2.778.464,50 €
C. M. Vila Nova da Barquinha	1.039,20 €	4,33%	1.329,10 €	647.510,83 €
Total	24.000,00 €	100,00%	30.695,23 €	14.954.060,82 €

Cálculo do Passivo para a Contribuição da Dívida Bruta dos Municípios

Dívidas a Terceiros	15.031.687,05 €
Provisões	0,00 €
Saldo Operações não Orçamentais	77.626,23 €
Contribuição para a Dívida dos Municípios	14.954.060,82 €
Percentagem da Quotização sobre os Custos de Funcionamento (Conforme Deliberação da Assembleia Geral a 11 de Novembro de 2014)	0,21%
Contribuição para a Dívida dos Municípios	30.695,23 €

No quadro acima é possível ver as 2 situações, ou seja, a contribuição para a dívida considerando uma percentagem dos custos de funcionamento (1.332,17 €) e a contribuição considerando a totalidade da dívida (649.006,24 €).

4.4 Situação de Saneamento ou Recuperação Financeira

Tendo em conta o artigo 58º e 61º da Lei 73/2013 (LFL) é demonstrado de seguida se o município se encontra em situação de saneamento financeiro ou recuperação financeira.

O artigo 58º refere que o município deve contrair empréstimos para **saneamento financeiro**, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, **quando, no final do exercício**:

1 a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou

1 b) **O montante da dívida**, excluindo empréstimos, **seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º.

3 — Caso a dívida total prevista no artigo 52.º se **situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto nos artigos 61.º e seguintes.

Face a esta situação o cenário é o seguinte:

Municípios	Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Margem	Ultrapassa o limite da dívida total	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2+n-1)	Média das receitas correntes	Montante total de empréstimos	Dívida total excluindo empréstimos	Dívida total = ou > média das receitas correntes	Dívida total, excluindo empréstimos, > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos	Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e <= 3 * média das receitas correntes dos últimos três anos
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2), se (1)>(2)	(4)=(2)-(1), se (1)<(2)	(5)	(6)=(5)/3	(7)	(8)=(2)-(7)	(9)=(2)>(6)	(10)=(6)*0,75<(8)	(11)=(2)>(6)*2,25 e (2)<=(6)*3
ENTRONCAMENTO	16.749.235	11.136.828	5.612.407		33.498.470	11.166.157	8.900.343	2.236.485	Sim	Não	Não

Tendo em conta o quadro anterior o município não está numa situação de adesão obrigatória a um empréstimo de saneamento financeiro.

Tendo em conta o artigo 61 da LFL um município é obrigado a recorrer a um plano de **recuperação financeira** quando de encontre em situação de rutura financeira.

A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2 +n-1)	Média das receitas correntes	Dívidas total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/3	(5)=(2)>(4)*3
16.749.235	11.136.828	33.498.470	11.166.157	Não

O art.º 56 da Lei 73/2013 de 3 de setembro refere ainda determinados mecanismos de alerta precoce:

Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal

Artigo 56.º

Alerta precoce de desvios

1 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

2 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

3 — No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 % são informadas as entidades referidas no n.º 1.

4 — O alerta referido nos números anteriores é emitido pela DGAL, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º.

5 — Os alertas referidos nos n.ºs 1 e 2 incluem ainda a evolução do rácio referido no n.º 1 ao longo dos três exercícios anteriores.

Face a estes mecanismos o cenário é o seguinte:

Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

☒

4.5 – Pagamentos em Atraso

O nº 1 do artigo 98 da Lei do OE para 2015 refere que as entidades enquadradas no subsetor da administração local são obrigadas a reduzir no mínimo em 10 % dos pagamentos em atraso (PA) registados no SIIAL com mais de 90 dias à data de setembro de 2014.

No caso de incumprimento das reduções previstas no referido artigo há lugar a uma redução das transferências do OE no valor equivalente a 20 % do montante que excede.

Face ao exposto informa-se o seguinte (mapas em anexo):

Pagamentos registados no SIIAL (setembro 2014) = 50.980,41€

Pagamentos registados no SIIAL (final de 2015) = 0 €

O município não tem pagamentos em atraso, estando assim em situação de cumprimento perante a Lei do OE para 2015.

4.6 – Prazo Médio de Pagamento

O 4º trimestre de 2015 fechou com um prazo médio de pagamento de 84 dias.

A evolução deste indicador nos últimos anos foi a seguinte:

	2012	2013	2014	2015
1º Trimestre	167	160	84	91
2º Trimestre	165	147	76	91
3º Trimestre	172	122	71	92
4º Trimestre	175	96	84	84
Nota: Dados da DGAL				

5 APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

5.1 – Resumo dos principais indicadores

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2015 / 2014
Ativo Líquido	57.249.072,68	58.861.051,24	59.440.858,95	0,99%
Fundos próprios	19.175.505,39	18.274.594,99	19.291.745,63	5,57%
Passivo	38.073.567,29	40.586.456,25	40.149.113,32	-1,08%
Volume de Vendas	2.998.322,77	2.968.152,95	2.990.109,81	0,74%
Impostos e Taxas	4.171.061,54	3.621.025,60	4.217.019,58	16,46%
Resultados Operacionais	-1.330.997,95	-1.900.642,19	-816.757,56	-57,03%
Resultados Financeiros	-243.967,83	-205.741,95	-168.952,85	-17,88%
Resultados Extraordinários	1.209.858,30	1.460.503,26	2.000.088,52	36,95%
Resultados Líquidos	-365.107,48	-645.880,88	1.014.378,11	-257,05%
Nº de Efetivos (1)	336	319	313	-1,88%

Rendibilidade dos Fundos Próprios a)	-1,90%	-3,53%	5,26%
Rendibilidade do Ativo b)	-0,64%	-1,10%	1,71%
Liquidez Geral c)	0,22	0,21	0,20
Autonomia Financeira d)	0,33	0,31	0,32
Solvabilidade e)	1,50	1,45	1,48
Ativo líquido / (Passivo - Acrec. Dif.)	7,29	3,61	3,75

(1) Não considerando cargos políticos

a) **Rendibilidade dos fundos próprios:** Resultados líquidos/Fundos próprios

b) **Rendibilidade do ativo:** Resultados líquidos/Ativo

c) **Liquidez geral:** Ativo Circulante/Passivo Circulante

d) **Autonomia Financeira:** Fundos próprios/Ativo líquido

e) **Solvabilidade:** Ativo líquido/Passivo

O ativo líquido é o valor do município após terem sido feitas as correções patrimoniais, ou seja, depois de terem sido deduzidas ao ativo o valor das provisões e amortizações referentes às diversas rubricas do ativo do balanço.

Face ao ano anterior verifica-se um acréscimo de 0,99 %.

Os fundos próprios por sua vez registam uma redução de 5,57 % fruto do resultado líquido positivo registado.

O passivo, fruto dos investimentos promovidos pelo município, registou um decréscimo de 1,08 % quando comparado com o ano anterior (com a inclusão dos acréscimos e diferimentos).

A rendibilidade dos fundos próprios fixou-se em 5,26 %. A rentabilidade dos fundos próprios determina a sobrevivência financeira da autarquia a longo prazo e a atração de capitais, quer próprios quer alheios.

O rácio de liquidez geral indica a aptidão da autarquia para satisfazer os seus compromissos a c/prazo.

Quando maior que 1 mais desafogada é a situação da organização.

Quando inferior a 1 significa que poderá haver dificuldades de tesouraria.

Quando igual a 1 todos os capitais circulantes são financiados por débitos a curto prazo.

No ano de 2015 verifica-se que, o município continua longe do objetivo ($> / = 1$) ficando por um rácio de 0,20.

O grau de autonomia financeira traduz a capacidade de o município financiar o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos.

Se tomarmos 0,50 como um valor normal, conclui-se que em 2015, este rácio ainda se encontra aquém do objetivo (0,32).

O grau de solvabilidade traduz a posição de independência do município face aos credores. Quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos, em caso de falência.

Quando o valor superior a 1, o Ativo é maior que o Passivo, pelo que as dividas a pagar estão garantidas pelos bens da autarquia. Sob este ponto de vista o município está numa posição cómoda, dado que possui um património imobiliário muito superior aos seus débitos, quer a curto quer a médio e longo prazo.

Se ao passivo retirarmos os acréscimos e diferimentos – que na realidade não constituem uma dívida, pelo menos no caso da conta 2745 – o grau de solvabilidade passa para 3,75.

5.2 Indicadores de Natureza Orçamental

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS RECEITAS	2013		2014		2015	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
impostos diretos / receitas correntes (cobrado liquido)	3.597.923,56 11.099.806,93	32,41%	3.327.839,20 11.320.735,00	29,40%	3.773.702,07 11.620.644,92	32,47%
transferências correntes / receitas correntes (cobrado liquido)	4.150.227,03 11.099.806,93	37,39%	4.208.133,80 11.320.735,00	37,17%	4.335.252,12 11.620.644,92	37,31%
transferências de capital / receitas de capital (cobrado liquido)	4.241.788,96 7.483.952,80	56,68%	3.898.978,13 3.975.099,61	98,09%	2.601.866,95 3.533.558,78	73,63%
receitas de empréstimos / receitas totais (cobrado liquido)	3.181.877,53 20.080.062,24	15,85%	0,00 15.602.224,50	0,00%	682.047,70 15.169.343,35	4,50%
receitas correntes(cobrado liquido) / receitas totais(cobrado liquido)	11.099.806,93 20.080.062,24	55,28%	11.320.735,00 15.602.224,50	72,56%	11.620.644,92 15.169.343,35	76,61%

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS DESPESAS	2013		2014		2015	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas pessoal/ despesas correntes	5.583.273,78 12.842.397,00	43,48%	5.176.435,04 10.481.882,16	49,38%	5.005.663,77 9.856.258,46	50,79%
despesas correntes / despesas totais	12.842.397,00 19.890.005,56	64,57%	10.481.882,16 15.698.662,63	66,77%	9.856.258,46 15.285.874,07	64,48%
investimentos /despesas de capital	5.828.121,19 7.047.608,56	82,70%	4.154.853,07 5.216.780,47	79,64%	4.016.788,36 5.429.615,61	73,98%

RÁCIOS FINANCEIROS	2013		2014		2015	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas c/ pessoal/ receitas correntes (cobrado liquido)	5.583.273,78 11.099.806,93	50,30%	5.176.435,04 11.320.735,00	45,73%	5.005.663,77 11.620.644,92	43,08%
(FEF + FSM+ P. IRS) / despesas totais	3.183.452,00 19.890.005,56	16,01%	3.095.612,00 15.698.662,63	19,72%	3.068.830,00 15.285.874,07	20,08%
despesas correntes / receitas correntes (cobrado liquido)	12.842.397,00 11.099.806,93	115,70%	10.481.882,16 11.320.735,00	92,59%	9.856.258,46 11.620.644,92	84,82%
despesas de capital / receitas de capital (cobrado liquido)	7.047.608,56 7.483.952,80	94,17%	5.216.780,47 3.975.099,61	131,24%	5.429.615,61 3.533.558,78	153,66%
receitas totais (cobrado liquido) / despesas totais	20.080.062,24 19.890.005,56	100,96%	15.602.224,50 15.698.662,63	99,39%	15.169.343,35 15.285.874,07	99,24%

5.3 Indicadores de Gestão Patrimonial

DESIGNAÇÃO	INDICADOR		2014		2015		
			VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	
RÁCIOS DO IMOBILIZADO							
Envelhecimento Patrimonial	Amortizações Acumuladas Património Final Bruto	=	26.534.807,73	33,67%	29.311.794,03	35,62%	
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação total do imobilizado.			78.818.458,24		82.287.032,03		
Depreciação Patrimonial no Exercício	Amortizações do Exercício	=	2.706.626,86	10,20%	2.791.426,97	9,52%	
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação do imobilizado no exercício em	Amortizações Acumuladas		26.534.807,73		29.311.794,03		
Especialização de Bens patrimoniais	423 - Eq.Básico	=	2.840.853,83	3,60%	2.999.509,45	3,65%	
	Património Final Bruto		78.818.458,24		82.287.032,03		
	426 - Eq.Adm.	=	2.538.768,46	3,22%	2.588.824,73	3,15%	
	Património Final Bruto		78.818.458,24		82.287.032,03		
	Permite saber, em percentagem, qual o peso das principais naturezas de imobilizado.	422 - Edif.Outras.Const	=	24.924.658,63	31,62%	24.924.663,58	30,29%
		Património Final Bruto		78.818.458,24		82.287.032,03	
		453-.Outras.Const e Infraest.	=	26.426.106,98	33,53%	28.457.999,46	34,58%
		Património Final Bruto		78.818.458,24		82.287.032,03	
44 - Imob. Em Curso		=	7.777.019,95	9,87%	5.652.210,39	6,87%	
Património Final Bruto			78.818.458,24		82.287.032,03		
Rotação Patrimonial Anual	Património Final Bruto	=	78.818.458,24	105,27%	82.287.032,03	104,40%	
	Património Inicial Bruto		74.873.842,18		78.818.458,24		

5.4 Rácios de atividade – Recursos Humanos

INDICES DE ATIVIDADE	2013	2014	2015
Despesas com horas extraord. Pessoal do quadro e contratado x 100	$\frac{5.527,33}{2.989.390,77} \times 100$ 0,18	$\frac{7.458,81}{2.880.927,63} \times 100$ 0,26	$\frac{2.022,23}{2.825.208,72} \times 100$ 0,07
Venc. Pessoal do quadro Despesas com pessoal x 100	$\frac{2.952.351,97}{5.583.273,78} \times 100$ 52,88	$\frac{2.852.005,05}{5.176.435,04} \times 100$ 55,10	$\frac{2.825.208,72}{5.005.663,77} \times 100$ 56,44
Venc. Pessoal contratado Despesas com pessoal x 100	$\frac{37.038,80}{5.583.273,78} \times 100$ 0,66	$\frac{28.922,58}{5.176.435,04} \times 100$ 0,56	$\frac{0,00}{5.005.663,77} \times 100$ 0,00
Despesas com o pessoal Nº total de funcionários da câmara x 100	$\frac{5.583.273,78}{336}$ 16.616,89	$\frac{5.176.435,04}{319}$ 16.227,07	$\frac{5.005.663,77}{313}$ 15.992,54

Principais conclusões:

- O trabalho extraordinário reduziu o seu peso quando comparado com 2013 e 2014.
- As despesas com pessoal do quadro representam 56,44 % do total das despesas com o pessoal.
- Não houve registo de despesas com pessoal contratado a tempo certo.
- Cada trabalhador acarretou para o município um custo médio de 15.992,54 € no ano.

6. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Na sequência da auditoria da Agência de Desenvolvimento & Coesão nº 2015/2/SC1/ CENTRO às Operações do Programa Operacional Regional do Centro (MaisCentro) realizada ao abrigo das competências definidas no artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho, e do nº 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, e Decreto-Lei nº 99/2009, de 28 de abril, foi efetuada uma auditoria relativa à operação em epígrafe, a qual foi igualmente auditada pela IGF.

Neste sentido, o relatório final resultante da auditoria supra referida, incluiu extrato do relatório da IGF (nº 2015/2208) de Supervisão da atividade de controlo sobre operações da Estrutura de Auditoria Segregada – Amostra 2015 FEDER e FC (Proc. Nº 2015/12/A3/100), tendo esta proposto uma correção financeira por Irregularidades Processuais, no montante de despesa elegível de **877.652,15 €**, a que corresponde uma correção FEDER no montante de **746.004,33 €**.

Contudo e uma vez que a autarquia não concorda com a correção financeira proposta, encontra-se neste momento a desenvolver todos os esforços necessários no sentido de contrapor esta decisão, estando a aguardar o envio de alguns elementos, por parte do Mais Centro, para assim formalizar o seu contraditório.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme visto anteriormente, o resultado do exercício saldou-se por um resultado líquido positivo no valor de 1.014.378,11 €.

Propõe-se à Digníssima Assembleia, que o resultado líquido seja transferido para a conta 59 “resultados transitados”, e que o seu montante seja distribuído da seguinte forma:

1 – que 5%, no montante de 50.718,91 €, seja utilizado para reforçar a reserva legal, em cumprimento do ponto 2.7.3.5.

2 – que os remanescentes 95 %, no montante de 963.659,20 €, sejam aplicados em reforço do património, em conformidade com a alínea a) do ponto 2.7.3.3.

(Ver detalhe na folha 3)